



**Ana Cunha e a arquitetura em contexto  
municipal**  
**Percurso e prática no interior de Portugal**  
(versão final após defesa)

**Ana Catarina de Matos Oliveira Neto**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(mestrado integrado)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Patrícia Santos Pedrosa

**agosto de 2024**

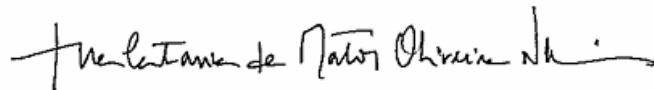


## **Declaração de Integridade**

Eu, Ana Catarina de Matos Oliveira Neto, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 42169 do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 19/08/2024





À minha mãe, Anabela



## **Agradecimentos**

O realizar deste sonho tornou-se numa verdadeira aventura... obrigada a todos aqueles que ao longo destes anos me acompanharam nesta caminhada tão prazerosa.

À minha filha Ana Leonor, a minha maior força. Mesmo sem muitas vezes te aperceberes, foste sempre o elo mais forte.

Ao meu pai, o meu pilar de sempre e para sempre. Obrigada por tudo. Sem ti não teria sido possível realizar este sonho. Este momento é nosso.

Ao meu irmão por todas as palavras de incentivo... sempre nos momentos certos.

À Prof. Doutora Patrícia Santos Pedrosa por ser uma lutadora, pela confiança, pela constante disponibilidade, pelos ensinamentos e motivação, pela sua orientação e por todo o seu entusiasmo. Admiro-a.

À Arquiteta Ana Cunha pela sua disponibilidade constante e por me abrir as portas da sua vida. O meu bem-haja.



## **Resumo**

A invisibilidade do trabalho das mulheres na arquitetura exige que se deem passos largos no sentido da igualdade de género. Existe ainda uma falta de conhecimento e reconhecimento do trabalho realizado pelas arquitetas portuguesas. É fundamental dar a conhecê-lo, bem como às suas histórias, e contribuir dessa forma para uma cada vez maior visibilidade das arquitetas e para a sua inclusão na História da Arquitetura Portuguesa. A presente dissertação procura dar voz ao tema das mulheres na arquitetura no contexto da arquitetura municipal. O primeiro momento do trabalho consta de uma análise do contributo de algumas arquitetas precursoras portuguesas na difícil caminhada para pertencerem à profissão. Engloba também uma reflexão sobre o trabalho dos arquitetos e arquitetas municipais em Portugal, onde se mencionam aspetos relacionados com as suas competências, direitos e deveres e são referidos alguns constrangimentos à sua ação. Na parte considerada o eixo fulcral deste estudo, percorre-se o percurso académico e profissional de Ana Isabel Aranda e Cunha (n. 1961), arquiteta com trabalho extenso na Câmara Municipal do Fundão, na Beira Interior, dando ênfase a alguns aspetos relevantes desta sua atividade. Ana Cunha é uma arquiteta que, no interior do país, longe das luzes da ribalta, trabalha pela causa pública. O anonimato afasta-a da visibilidade dos *starchitects*, apesar de a sua ação contribuir decisivamente para o equilíbrio e sustentabilidade do património ambiental, cultural, edificado, da cidade e do território onde trabalha. Este estudo pretende evidenciar a sua obra, dar a conhecer a sua história, contribuindo, assim, para uma cada vez maior visibilidade das arquitetas portuguesas e para a construção de uma História da Arquitetura Portuguesa real, ampla e diversa.

## **Palavras-chave**

Mulheres arquitetas; arquitetura municipal; história da arquitetura; Câmara Municipal do Fundão (Portugal).



## **Abstract**

The invisibility of women's work in architecture demands significant steps towards gender equality. There still is a lack of knowledge and recognition about the work carried out by Portuguese women architects. It is essential to make it known, along with their stories, contributing in this way to the visibility increase of women architects and their inclusion in the History of Portuguese Architecture. This dissertation seeks to give voice to the topic of women in architecture within the context of municipal architecture. The first part of the work consists of the analysis about the contribution of some pioneering Portuguese female architects in the challenging journey to belong to the profession. It also includes a reflection on the work of municipal architects in Portugal, mentioning aspects related to their skills, rights and duties and highlighting some constraints to their action. In the part that I consider the centre axis of this study, I will focus and trace the academic and professional journey of Ana Isabel Aranda e Cunha (b. 1961), an architect with extensive work at the Municipal Council of Fundão, in the Beira Interior region, emphasizing some relevant aspects of her activity. Ana Cunha is an architect who, in the inland regions of the country, far from the spotlight, works for the public cause. The anonymity keeps her away from the visibility of the starchitects, despite her actions decisively contributing to the balance and sustainability of the environmental, cultural, built heritage of the city and the territory where she works. This study aims to highlight her work, share her story, thus contributing to increasing the visibility of Portuguese women architects and to the construction of a real, broad and diverse History of Portuguese Architecture.

## **Keywords**

Women architects; municipal architecture; architectural history; Fundão City Council.



# Índice

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Palavras-chave	ix
Abstract	xi
Lista de Acrónimos	xv
Introdução	1
1. Enquadramento	6
1.1 Notas sobre as arquitetas portuguesas	6
1.2 Arquitetos municipais	23
2. Ana Cunha e a arquitetura em contexto municipal	34
2.1 Infância e juventude	34
2.2 Formação e primeiros anos de atividade profissional	37
2.3 Atividade desenvolvida no Fundão	43
2.4 Projetos selecionados	54
Considerações Finais	83
Bibliografia	87
Apêndice	94
A. Entrevista com Ana Isabel Aranda e Cunha	94
B. Cronologia Profissional	108
C. Listagem de projetos e obras realizadas	109
Anexo	131
Currículo da arquiteta Ana Cunha	131



## Lista de Acrónimos

AAP	Associação de Arquitetos Portugueses
ADIBER	Associação de Desenvolvimento da Economia Rural
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
AICA	Associação Internacional de Críticos de Arte
ARU	Área de Reabilitação Urbana
BNAUT	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CAET	Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas
CIEG	Centro Interdisciplinar de Estudos de Género
CMF	Câmara Municipal do Fundão
CODA	Concurso de Obtenção do Diploma de Arquitecto
DIVDOT	Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do Território
DGU	Divisão de Gestão Urbanística
DOCOMOMO	Documentação e Conservação dos Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno
DOPQV	Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida
DSUH- DGOPC	Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação – Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações
FDIM	Federação Democrática Internacional de Mulheres
GTL	Gabinete Técnico Local
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IIAM	Instituto de Investigação Agronómico de Moçambique
LEADER+	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MA	Mulheres na Arquitetura
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
MEREC	Managing Energy and Resource and Efficient Cities
OA	Ordem dos Arquitectos
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PEDU	Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PP	Plano de Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PU	Plano de Urbanização

QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégica
SAAL	Serviço Ambulatório e Apoio Social
SIG	Sistema de Informação Geográfica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UBI	Universidade da Beira Interior
UC	Universidade de Coimbra
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

[...] toda a história dos arquitetos e arquitetas nas câmaras municipais ou em gabinetes de apoio técnico local está por fazer e vai-se perceber que muitas mulheres estiveram aí. Para mim, como arquiteta, investigadora, professora e feminista é importante que a história não seja só a dos supostos vencedores. Onde estão as projetistas nos livros de História da Arquitetura Nacional? Não estão!

Patrícia Santos Pedrosa (cit. por Henriques, 2023, p. 87)

## **Introdução**

Começo por homenagear todas as mulheres portuguesas, arquitetas em particular, que no anonimato, na obscuridade, na invisibilidade e no silêncio desempenharam e desempenham com zelo e competência as suas funções profissionais, vítimas de uma tradição que em muitos casos alimenta princípios contrários ao direito à liberdade, à dignidade e à autonomia. A elas dirijo um convite e um pedido para que lutem pela nossa “libertação urgente”.

A presente dissertação, destinada à obtenção do grau de mestre em arquitetura, advém de uma longa tradição de injustiça sobre as mulheres a nível social e profissional. No respeitante à arquitetura, os estudos de género constituem uma fonte de análise cultural e social para abrir caminhos para uma sociedade democrática e justa. A falta de visibilidade das mulheres arquitetas em Portugal é ainda gritante, embora estejam a ser dados passos determinantes para modificar esta situação.

Como referido, na atual realidade portuguesa urge refletir sobre a arquitetura a partir de uma perspetiva de género. A escassa visibilidade das arquitetas a nível nacional e também internacional é facilmente constatada numa breve pesquisa a publicações, como livros e revistas, e até nos conteúdos de ensino das faculdades de arquitetura. Tudo isto contribui para a construção de uma imagem enviesada da relevância do trabalho feminino neste campo profissional. A nós arquitetas, cabe-nos lutar pelos nossos direitos e impormo-nos pelo nosso saber e competência, sempre com o compromisso de uma busca constante do conhecimento que nos torne profissionais capazes de enfrentar desafios cada vez mais complexos e criativos. Há que intensificar a dialética entre a arquitetura, a história e as ciências sociais, tendo sempre presentes os processos sociais, culturais, económicos e políticos.

O androcentrismo revela-se nefasto e contraria todos os princípios da plena e universal dignidade humana. Considerar investigações, estudos ou resultados de pesquisas como válidos a partir de uma perspetiva unicamente masculina faz com que o conhecimento produzido não possa ser considerado completamente verdadeiro ou, no mínimo que tenha falhas e incorreções.

A sociedade do futuro, para bem da humanidade, não pode ser segregacionista. Torna-se imperioso investigar e escrever sobre as arquitetas portuguesas, dando relevância e valor ao seu trabalho. Nesse processo, as narrativas orais são uma ótima fonte de informação e problematização para a construção da história das mulheres arquitetas, assim como os percursos tidos como menos relevantes ou visíveis.

### **Questão e objetivos**

A principal questão à qual me proponho dar resposta no âmbito desta investigação é: *Como é que uma mulher arquiteta desenvolve um percurso profissional, num contexto municipal, no interior do país?*

A investigação visa compreender as condições particulares da prática profissional das mulheres arquitetas no contexto municipal no interior do país, onde desempenham um trabalho relevante e fundamental para a concretização da arquitetura e da cidade, enquanto espaço de todos. Muitas vezes o seu trabalho passa despercebido, chegando mesmo a ser desvalorizado.

Através da análise do percurso académico e profissional da arquiteta Ana Cunha, atualmente a desempenhar funções na Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida (DOPQV) da Câmara Municipal do Fundão (CMF), pretendo compreender e divulgar como é que a arquiteta, na sua condição de mulher, consegue derrubar barreiras e abrir caminhos para manter coesa a equipa que coordena e, ao mesmo tempo, desenvolver o seu trabalho em prol da comunidade. O conhecimento e a compreensão da sua prática profissional podem potenciar novas formas de agir e dar maior visibilidade ao trabalho das arquitetas, designadamente daquelas que desempenham as suas funções em contexto municipal, aproximando da verdade a História da Arquitetura Portuguesa.

### **Relevância da investigação**

É cada vez maior o número os homens e mulheres que lutam pela igualdade de género,

na sociedade, em geral, e na arquitetura, em particular. Em Portugal existe um défice de investigação da ação das arquitetas portuguesas. Diversos estudos de âmbito universitário a que tive acesso têm contribuído para a superação da invisibilidade das mulheres na arquitetura portuguesa. O reconhecimento do seu trabalho tem vindo a alterar-se gradualmente, mas mantem-se ainda num estado distante daquilo que seria desejável e de elementar justiça. No respeitante à arquitetura desenvolvida em contexto municipal, os estudos são praticamente inexistentes. O reconhecimento da ação dos arquitetos e arquitetas municipais é muito ténue, direi mesmo, quase nulo. Falta uma História da Arquitetura Portuguesa onde as arquitetas existam plenamente, acontecendo o mesmo com os arquitetos e arquitetas municipais.

Ana Cunha corporiza os diversos obstáculos que ainda dificultam o caminho para o sucesso e do reconhecimento profissional na área da arquitetura: o facto de ser mulher, desenvolver a sua atividade em contexto municipal e numa autarquia do interior do país. Mas isso não lhe tolheu os passos. Lutou e continua a lutar pelo lugar a que tem direito na arquitetura nacional. Dar voz a uma arquiteta, que trabalha num município do interior de Portugal é também “contribuir com mais uma história para o conjunto de histórias onde a diversidade de quem faz se cruza com a diversidade de modos de fazer e de se ser arquiteta e arquiteto.” (*Projeto W@ARCH.PT, 2020*)

As reduzidas referências e estudos relativos à arquitetura desenvolvida em contexto municipal tornam também esta investigação um trabalho, direi, provavelmente singular. Esta será uma história dentro da História da Arquitetura Portuguesa. Será um contributo, pequeno é certo, mas pleno de intenção, pela visibilidade das mulheres na arquitetura e pelo reconhecimento da arquitetura praticada a partir das câmaras municipais.

## **Metodologia**

A metodologia adotada para o presente trabalho incluiu, num primeiro momento, um alargado trabalho de revisão bibliográfica, recorrendo-se a pesquisa e leitura de livros, dissertações, revistas e jornais sobre a temática das mulheres arquitetas portuguesas, da sua invisibilidade na história da arquitetura e, em simultâneo, sobre a atividade das arquitetas e arquitetos municipais.

Para a elaboração da investigação relativa ao percurso profissional da arquiteta Ana Cunha, como principal fonte de recolha de informação foi utilizada a História Oral.

Neste sentido, foi realizada uma primeira reunião introdutória com a arquiteta onde foi apresentado o trabalho, os objetivos e solicitada a sua colaboração. Obtida a sua concordância para a realização da investigação, procedi a uma análise do seu currículo profissional, a partir do qual elaborei uma cronologia do seu percurso que serviu de base para a realização de uma entrevista exploratória, de natureza mais específica, da qual foram retirados dados para ajudar à investigação. Estes dois primeiros momentos permitiram desenhar, no final, uma entrevista que consta no apêndice da dissertação.

Atendendo ao elevado número de obras projetadas e supervisionadas pela arquiteta Ana Cunha no desempenho da sua profissão na Câmara Municipal do Fundão (CMF), foram realizadas visitas com registo fotográfico apenas às obras escolhidas, que serão referidas na segunda parte do trabalho e das quais a arquiteta facultou elementos dos respetivos projetos de arquitetura. A escolha das obras foi feita em articulação com a própria investigada: nomear as obras com as quais mais se identificava era parte importante do processo.

## **Estrutura**

A dissertação encontra-se estruturada em quatro partes e é composta por dois capítulos principais. A primeira parte, onde nos encontramos, consta de uma introdução ao tema, onde são apresentadas as ideias gerais que dão a conhecer o conteúdo da dissertação, a justificação da escolha do tema, a questão em análise, os objetivos, a relevância da investigação e a metodologia adotada.

No primeiro capítulo - *1. Enquadramento* - procurei dar a conhecer o tema da investigação, abordando o contributo e as dificuldades de afirmação das arquitetas precursoras portuguesas e a desigualdade de género ainda existente na profissão. É também realizada uma breve análise das funções e competências dos arquitetos e arquitetas municipais e alguns aspetos relacionados com a sua invisibilidade e falta de reconhecimento, comprovada pela muito escassa bibliografia, estudos e investigações alusivos ao seu trabalho, anteriormente referida.

No segundo capítulo - *2. Ana Cunha e a arquitetura em contexto municipal* -, que comporta o objeto de estudo propriamente dito da dissertação, é dado a conhecer o percurso de Ana Cunha, dos anos formativos até ao momento presente, tendo centrado a minha atenção no seu trabalho desenvolvido na CMF, com o intuito de o divulgar e valorizar, dando-lhe visibilidade.

Por último, são apresentadas as considerações finais onde constam algumas reflexões sobre o tema das mulheres na arquitetura, da arquitetura municipal, e sobre o trabalho desenvolvido pela arquiteta Ana Cunha na Câmara Municipal do Fundão. Com estas reflexões procuro responder à questão e objetivos lançados inicialmente. São também apontadas algumas pistas para investigações futuras.

# 1. Enquadramento

O presente capítulo tem como propósito realizar o enquadramento do tema da presente investigação, abordando o contributo e as dificuldades de afirmação das arquitetas precursoras portuguesas e de outras que lhes seguiram e, também, a desigualdade de género ainda existente na profissão, comprovada através de alguns exemplos que considero pertinentes. É também abordada a quase completa invisibilidade dos arquitetos municipais em Portugal, comprovada pela muito escassa bibliografia existente e pela inexistência de estudos ou investigações alusivas ao trabalho que desenvolvem.

É meu intuito divulgar e valorizar o trabalho levado a efeito pelas arquitetas e arquitetos municipais, designadamente pela arquiteta Ana Cunha, que é chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida (DOPQV), da Câmara Municipal do Fundão (CMF), na Beira Interior.

Anima-me uma forte esperança de que a abrangência e qualidade do seu trabalho constituam um elemento motivador para abrir caminho para outros estudos e investigações sobre a arquitetura desenvolvida em contexto municipal. É necessário e urgente que tiremos do anonimato os arquitetos municipais, fazendo jus ao trabalho que desenvolvem ao serviço dos munícipes e da causa pública. Se assim não for, a história da arquitetura portuguesa fica comprometida, muito incompleta, direi mesmo falseada. Serão desta forma realçadas as competências e constrangimentos dos arquitetos e das arquitetas municipais.

## 1.1 Notas sobre as arquitetas portuguesas

Começo por referir, neste primeiro subcapítulo, o contributo das arquitetas precursoras, que foi decisivo no percurso das arquitetas portuguesas no sentido da sua emancipação e busca da igualdade. Numa análise breve, muito aquém da sua importância individual, vou começar por me referir a duas arquitetas precursoras, numa homenagem sentida e merecida aos seus trajetos de vida e, também, de agradecimento pelo exemplo transmitido às que posteriormente se lhes seguiram na profissão e que continuam a lutar pela igualdade de género na profissão em Portugal. Refiro-me às arquitetas Maria José Brito Estanco (1905-1999) e Maria José Marques da Silva (1914-1994) que, em primeiro lugar, ousaram frequentar e concluir um curso de arquitetura, numa altura em que era destinado tendencialmente aos homens

e por terem tido a coragem de assumir a profissão e lutar contra as adversidades que tiveram de enfrentar. Por ser uma temática já plasmada em alguns estudos, das suas histórias e percursos referirei apenas alguns dos aspetos que considero mais relevantes.

Maria José Brito Estanco [Fig. 1] foi a primeira mulher portuguesa a graduar-se em arquitetura. Realizou os seus estudos secundários em Lisboa e em seguida ingressou no curso de pintura na Escola de Belas Artes, que interrompeu quando viajou com a sua mãe para o Brasil. Após a sua permanência durante dois anos naquele país, onde assistiu ao nascimento da cidade de Marília no interior nordeste de São Paulo, regressou a Portugal e abandonou o curso de pintura, optando por ingressar em arquitetura. A experiência no Brasil marca a viragem na sua carreira académica e profissional. (P. Pedrosa, 2013a, p. 1457)

Terminou a componente curricular do curso de arquitetura em 1935 na Escola de Belas Artes de Lisboa e em julho de 1942 defendeu o seu projeto final com o título “Um Jardim-Escola para o Algarve” [Fig. 2], no contexto do Concurso de Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), com a classificação final de 16 valores. (Roxo, 2016, pp. 75; 102)



Fig. 1 – Maria José Brito Estanco (Roxo, 2016, p. 101); Fig. 2 - Perspetiva de “Um Jardim-Escola no Algarve”, Pintura de Maria José Estanco oferecida ao Dr. João de Deus Ramos que atualmente faz parte do Museu João de Deus em Lisboa, 1942. (Roxo, 2016, p. 83)

Quando terminou a sua formação de arquiteta, tentou ser admitida na Câmara Municipal de Lisboa, tendo lhe sido negado o acesso. Naquela altura era exigida a apresentação da carta militar, documento que a arquiteta nunca poderia apresentar pelo facto de ser mulher. Tentou também trabalhar em vários ateliers, onde mais uma vez as respostas foram sempre negativas por ser mulher e a sua capacidade de trabalho ser constantemente questionada. Como arquiteta a sua experiência profissional na área ficou reduzida ao desenho e construção de uma casa de veraneio em São Pedro de Moel, um pedido feito por uma amiga. Para além de ter sido professora liceal de desenho,

envolveu-se na decoração de interiores e na conceção de mobiliário, sendo “graças a ela que o termo “arquitecta” passou a ser usado na profissão em Portugal”. (Roxo, 2016, pp. 87–89)

A arquiteta fez parte do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), associação fundada em 1968, e que congregava “mulheres lutadoras pela paz, liberdade, pelo pão e, acima de tudo, pela dignificação das mulheres que tinham um estatuto jurídico, social, económico e político da subalternidade e menoridade”. Maria José Estanco participou em vários congressos da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), tendo representado o movimento em Praga, na Conferência Mundial de Mulheres, em 1981. (Duarte, 2020, p. 9; *MDM*, s/d)

Para a História da Arquitetura Portuguesa, Maria José Brito Estanco é uma figura incontornável, tal como Maria José Marques da Silva [Fig. 3] que se lhe seguiu e que foi a primeira mulher a obter o diploma de arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto em 1943, a primeira arquiteta nos ateliers em Portugal e a primeira presidente de um órgão da Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP), atual Ordem dos Arquitectos (OA). A arquiteta era uma mulher conhecida pela sua forte determinação, “uma pessoa de ideias fixas que lutava para atingir os seus objetivos e que demonstrava uma enorme paixão pela sua profissão”. (F. Carvalho, 2020, p. 137)



Fig. 3 - Maria José Marques da Silva, 1953. (Sigarra - UP, 2009); Fig. 4 - Palácio do Comércio, 1953. Porto. (Fundação Marques da Silva, s/d)

Filha do arquiteto portuense José Marques da Silva (1869-1947), foi dentro do círculo de amigos de seu pai que conheceu o arquiteto e urbanista David Moreira da Silva (1909-2002), com quem casou e a partilhou um atelier no Porto durante mais de meio século. Entre os seus principais projetos encontram-se algumas propostas urbanísticas como por exemplo Vila Praia de Âncora e Matosinhos, e vários edifícios na cidade do Porto, como o Palácio do Comércio [Fig. 4]. Até há pouco tempo, algumas publicações consideravam ainda que essas e outras obras eram projetos exclusivamente elaborados pelo seu marido. (P. Pedrosa, 2013b, p. 2794)

O acesso à carreira da primeira geração de arquitetas foi muito dificultado. Na década de 1940 formaram-se apenas cinco arquitetas. Mesmo num número muito reduzido, elas representam uma rutura com a “normalização masculina da disciplina até então praticada”. Nos anos 1950, as condições tornaram-se mais favoráveis e houve um aumento do número de diplomadas em arquitetura, sendo considerada esta a altura em que se deu uma abertura da disciplina no feminino. (Monteiro, 2015, p. 59)

Pela relevância do seu trabalho, da sua coragem e determinação, farei referência a outras arquitetas que se formaram posteriormente e cuja ação considero, também, merecedora de ser divulgada. Luz Valente-Pereira (1934-2023) [Fig. 5] é outro exemplo de uma arquiteta relevante na História da Arquitetura Portuguesa do século XX. A arquiteta desenvolveu um importante e extenso trabalho ao longo dos anos, fazendo parte de um grupo emergente de investigadores da arquitetura e da cidade. Luz Valente-Pereira foi a primeira arquiteta a trabalhar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Mesmo assim, o seu trabalho encontra-se na sombra, desconhecido no âmbito da História da Arquitetura Portuguesa. (P. S. Pedrosa & Antunes, 2020, p. 175)



Fig. 5 – A arquiteta e investigadora Luz Valente-Pereira durante uma entrevista conduzida pelo projeto [W@ARCH.PT](http://W@ARCH.PT), dezembro de 2019. (w@rch, 2019)

Formou-se em Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes em Lisboa em 1958. Inicialmente passou pela experiência do ensino secundário, mas no início da década de 1960 resolveu arriscar pela experiência internacional num atelier em Paris (*Société d'Études Techniques et d'Aménagements Planifiés*) onde trabalhou com o arquiteto e urbanista Guy Lagneau (1915-1996). No regresso a Portugal, trabalhou com Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) em projetos arquitetónicos. Foi nessa fase e com essa experiência que percebeu que não era o tipo de trabalho que lhe interessava. Mais uma vez, Luz Valente-Pereira procurou novos desafios e as suas escolhas levaram-na a realizar entre 1962 e 1963, uma pós-graduação em Planeamento e Desenvolvimento Regional em Paris. Quando regressou ao nosso país também participou na elaboração do Plano Regional de Aveiro (1963) e no Plano Diretor da Cidade de Lisboa (1965-1966). (P. S. Pedrosa & Antunes, 2020, pp. 178–180)

No ano de 1966, a vida da arquiteta mudou quando em março iniciou um percurso de três décadas no LNEC. O seu trabalho de pesquisa e investigação focou-se em temas como o urbanismo, o planeamento local, a habitação, reabilitação e sociologia urbana. No LNEC acabou por fazer uma equipa com o arquiteto Nuno Portas (n. 1934) e juntos desenvolveram estudos revolucionários que permitiram a definição daquilo que era a qualidade da habitação. (P. S. Pedrosa & Antunes, 2020, p. 180)

Na mesma época encontramos duas arquitetas que se destacam pelo seu trabalho precursor desenvolvido para as ex-colónias portuguesas em África: Maria Carlota de Carvalho e Quintanilha (1923-2015) e Maria Emília Caria (1926-2000). A primeira “distingue-se por um excepcional espírito vanguardista, determinado e lutador, numa altura em que as mulheres eram submetidas à supremacia masculina e a igualdade entre géneros não passava de um conceito utópico e filosófico”. (A. Santos et al., 2010, p. 70)

Maria Carlota Quintanilha viveu vários constrangimentos quando optou por estudar arquitetura na Escola de Belas Artes de Lisboa. Sentiu na pele a hostilidade no meio académico lisboeta, pelo facto de ser mulher. Essa situação levou-a a mudar-se e a ir estudar para o Porto por volta do ano de 1948. Foi com duas colegas e aí concluiu o curso de arquitetura e defendeu o CODA com a classificação de 17 valores, no ano de 1953. (Milheiro, 2011, pp. 20–21)

Foi no Porto, durante a sua formação, que conheceu João José Tinoco (n. 1932) com quem casou em 1953 [Fig. 6], antes de embarcarem para Angola, onde o casal trabalhou

durante três anos. Em 1956 foram para Moçambique, país onde se encontram a maioria das suas obras. (Milheiro, 2011, p. 22)

Na História da Arquitetura Portuguesa, o trabalho de Maria Carlota Quintanilha encontra-se sempre associado à sua parceria com o seu marido. Abrangeu os mais variados programas, desde aerogares, a arranjos urbanísticos, passando pelos edifícios habitacionais e de administração [Fig. 7]. Apenas aquando da formação do atelier A121 em 1974, pelos arquitetos Tinoco, António Guilherme Matos Veloso (1923-2014) e Octávio Rego Costa, a arquiteta deu início a um processo de afastamento ao seu marido, passando a desenvolver colaborações com outros colegas. Exclusivamente da sua autoria encontram-se identificadas obras como o estudo urbanístico e a adaptação e ampliação de edifícios existentes do Instituto de Investigação Agronómico de Moçambique (IIAM), uma casa-tipo para Moçambique, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria (SNECI). (Milheiro, 2011, p. 23)



Fig. 6 - A arquiteta Maria Carlota Quintanilha e João José Tinoco no dia do casamento, 28/04/1953.  
Fig. 7 - Palácio das Repartições em Vila Cabral, Lichinga. Fotografia de Elisiário Miranda, 2009.  
(Milheiro, 2011, pp. 21 e 23)

Quando regressou a Portugal integrou os serviços do Estado onde elaborou entre os anos 1972 e 1973 estudos arquitetónicos para o LNEC. A partir de 1973, progrediu no funcionalismo público enquanto arquiteta do Ministério da Educação e durante a década de 1980 realizou vários projetos de intervenção em equipamentos escolares. (Milheiro, 2011, p. 23)

Infelizmente, a sua obra permanece até aos dias de hoje pouco estudada. Em homenagem à arquiteta e com o “objetivo de estimular as novas gerações no interesse pelo conhecimento, formação e investigação em projeto de arquitetura”, em 2020, a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa criou o Prémio de Mérito Carlota Quintanilha. (Regulamento do Prémio de Mérito Carlota Quintanilha, 2020)

A arquiteta Maria Emília Caria trabalhou com vários arquitetos, como Alfredo da Silva e Castro (1936-2000) e António Saragga Seabra (1929-2015), e projetou para os países africanos, na Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação – Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH – DGOPC), no Ministério do Ultramar. Viajou por Angola, Cabo Verde e pela atual Guiné-Bissau. Foi responsável pela elaboração dos planos de desenvolvimento urbano das cidades Praia e Mindelo. (Portela, 2012, pp. 110–111) Em 1965, integrou com o arquiteto António Seabra, o grupo de trabalho de urbanismo e habitação da província de Cabo Verde, ano em que elaborou o seu primeiro relatório sobre a região. Tinha uma abordagem metodológica rigorosa e fazia o levantamento e estudo das populações locais através do uso de “fotografias, esboços e breves descrições” que utilizava nos seus relatórios na realização dos planos [Fig. 8]. (Milheiro & Fiúza, 2020, pp. 9–10)



Fig. 8 - Bissau, Guiné-Bissau. Fotografias da autoria de Maria Emília Caria recolhidas durante a Missão na Província, 1966. (Milheiro & Fiúza, 2020, p. 9)

A arquiteta, que também se formou em arquitetura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, foi “uma das primeiras arquitetas a exercer a profissão num organismo público português. [...] Terá sido, eventualmente, um caso excecional que abriu as portas do funcionalismo público na área da arquitetura, a muitas mulheres que após a sua entrada ingressaram também nestes organismos do Estado.” (Portela, 2012, p. 229)

Como um exemplo na cidade do Porto, surge a arquiteta Maria Emília Guedes Castro, que depois de se licenciar, em 1959, na Escola Superior de Belas Artes do Porto, nessa mesma década inaugurou um atelier próprio, desenvolvendo a profissão em regime liberal. (Duarte, 2020, p. 11) Destacou-se pela sua determinação, aceitando todos os trabalhos que lhe eram solicitados. Naquela altura a arquiteta foi pioneira e rompeu barreiras quando acreditava que “a profissão se fazia desde a grande escala dos

equipamentos hospitalares até à pequena escala do desenho de interiores, sem que a variabilidade entre estas duas escalas diminuísse o valor do profissional ou da sua ação”. (Monteiro, 2015, p. 60)

A arquiteta encarava cada projeto como uma possibilidade de contribuir para a melhoria da realidade existente. O volume de trabalho era muitas vezes admirado pelos colegas de profissão, contudo, na sua maioria eram os trabalhos que os mesmos não aceitavam fazer por os considerarem trabalhos pouco aliciantes. Mas terão sido estes trabalhos considerados menores que permitiram à arquiteta construir a sua carreira, num trabalho de proximidade com todos os intervenientes em cada projeto ou obra e num cuidado acrescido relativamente à escala de cada um dos seus projetos. (Monteiro, 2015, p. 60)

Um outro exemplo notável é a arquiteta Olga Quintanilha [Fig. 9], nascida em 1942 e graduada em 1967, foi a primeira mulher a presidir à Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP) e, em 1999, assumiu o primeiro cargo de presidente da Ordem dos Arquitectos (OA). No mesmo ano foi presidente da direção do DOCOMOMO Ibérico – Documentação e Conservação dos Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno. A arquiteta iniciou o seu ativismo político anti-regime ainda enquanto estudante universitária, quando Portugal vivia uma das épocas politicamente mais conturbadas da sua história, na intensa década de 1960. (Pinheiro, 2021, p. 77)



Fig. 9 - Olga Quintanilha, Lisboa, década de 1990. (Pinheiro, 2021, p. 20); Fig. 10 – Perspetiva do Complexo Twin Towers, Lisboa. (Pinheiro, 2021, p. 53)

O início da sua atividade profissional encontra-se associado a construções escolares no âmbito do Gabinete Técnico das Construções Escolares do Ministério da Educação e da Direção Geral das Construções Escolares. Ao longo do seu percurso profissional, a arquiteta venceu vários concursos de arquitetura e projetou obras de referência como o Complexo *Twin Towers* em Lisboa [Fig. 10]. (Pinheiro, 2021, p. 79)

Estas são algumas das mulheres arquitetas que mudaram o rumo da profissão e ajudaram a derrubar barreiras num caminho para a igualdade de género. São um símbolo de luta e determinação. Graças a elas e certamente a muitas outras, começou a alterar-se uma realidade dramática que omitia a importância da presença feminina numa sociedade profundamente patriarcal. Estas e outras arquitetas precursoras, que fazem parte da nossa história, conseguiram desbravar caminhos que nos permitiram chegar até aos dias de hoje, em que a realidade, não sendo ainda de igualdade plena, é bem diferente.

Não posso deixar de abrir um parêntese para me referir à corajosa e profícua ação de Patrícia Santos Pedrosa [Fig. 11] “arquiteta, investigadora, professora, feminista, ativista e mãe”. (P. Pedrosa, 2024) Professora auxiliar da Universidade da Beira Interior (UBI), o seu currículo é o melhor testemunho da sua competência, do seu dinamismo e do seu enorme contributo em prol da igualdade de género na arquitetura. Co-fundadora e vice-presidente da associação Mulheres na Arquitectura (MA) [Fig. 12] é precursora da investigação das mulheres arquitetas portuguesas. Assumiu a coordenação do Projeto W@ARCH.PT – Arquitetas em Portugal; construção da visibilidade 1942-1986”, do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) da Universidade de Lisboa. (P. Pedrosa, 2024) O seu excelente trabalho, resultante de um desdobrar permanente de tarefas e funções, muito têm contribuído para reescrever a verdadeira História da Arquitetura Portuguesa.



Fig. 11 – A arquiteta Patrícia Santos Pedrosa (à esquerda na primeira fila) na festa do 6.º aniversário da associação Mulheres na Arquitectura, junho de 2023. Fig. 12 – Logotipo da associação Mulheres na Arquitectura. (Mulheres na Arquitectura, s/d)

Recentemente a arquiteta escreveu, em coautoria com Lia Antunes, também investigadora no CIEG e atualmente doutoranda no Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, um capítulo do livro *Género, Conhecimento, Resistências e Ação* intitulado “Plural Existences: Feminists’ Epistemologies and the History of Architecture”, relacionado com a metodologia de estudo da História da Arquitectura Portuguesa do século XX, em particular a história das mulheres arquitetas.

As arquitetas referem existir uma necessidade da construção de uma metodologia feminista para a escrita da História da Arquitectura que “considere as existências plurais e que saiba acolher múltiplos modos de se ser e fazer arquitetura” numa sociedade patriarcal que ainda prevalece em Portugal e em muitos outros países do mundo e que “provoca omissões evidentes e graves no trabalho de pensar, ensinar e fazer arquitetura”. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 205) Dessa forma, a História da Arquitectura deixa de ser refém de investigações monolíticas centradas em preconceitos do passado. Para construir uma verdadeira História da Arquitectura Portuguesa é necessário derrubar mecanismos patriarcais, desafiar estereótipos e as imagens redutoras da profissão, e exigir a construção de uma nova narrativa. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 207)

Na opinião das investigadoras (2023, p. 217), o conhecimento concreto da profissão implica que se tenha em linha de conta quem nunca a chegou a exercer, quem a abandonou, quem seguiu caminhos profissionais não tradicionais, bem como o porquê e em que contextos essas situações aconteceram.

São múltiplas as causas da invisibilidade das mulheres arquitetas e do seu trabalho. As arquitetas referem como exemplo a forma como a prática profissional se organiza nos ateliers, onde mulheres são muitas vezes membros invisíveis da equipa e que excecionalmente veem a sua participação reconhecida. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 216) É possível verificar esta marginalização em outras dimensões da prática da disciplina que são muitas vezes consideradas menos relevantes, como em trabalhos de arquitetura de menor visibilidade ou em atividades que não são consideradas fazerem parte do núcleo da disciplina. Como referem:

When they focus on architectural programs with less visibility – interior design, for example – or activities that do not constitute the core of the discipline - curatorship, teaching, among others -, this pressure for non-existence is reinforced. They are not seen as important, nor is their work seen as pertinent for the profession, therefore, what they do is irrelevant and beneath recognition or study. In a word, they are subjected to multiple forms of inexistence. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 216)

A História da Arquitetura e a própria arquitetura como disciplina complexa não pode ser uma história apenas de grandes acontecimentos, mas sim uma História de existências diversas. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 218) O estudo do papel das mulheres na História da Arquitetura Portuguesa é um trabalho contínuo. Em Portugal existiram alguns momentos importantes que marcaram o início dessa discussão. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se por questões e lutas antifascistas, onde também entraram as lutas feministas. Os estudos sobre as mulheres arquitetas surgiram institucionalmente na segunda metade da década de 1970, numa época de viragem na liberdade de todos os cidadãos e depois de uma intensa e complexa consolidação democrática, através da Comissão para a Condição Feminina e mais tarde com a Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher. Contudo, foi apenas no início do séc. XXI, 40 anos após a chegada da democracia, que a questão das mulheres arquitetas em Portugal começou a ser considerada relevante. (P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 215)

O ano 2010 é considerado um ano decisivo na luta pelo reconhecimento das mulheres na profissão. Nesse ano a arquiteta Patrícia Santos Pedrosa escreveu o artigo *Being a Female Architect in Portugal: A Short Introduction to a Long Ride*, o primeiro texto académico elaborado em Portugal sobre o tema, escrito no contexto do Congresso Internacional de História da Arquitetura Europeia que se realizou na cidade de Guimarães. Nesse ano também se realizou o encontro *Mulheres na Arquitetura* na Universidade de Coimbra, do qual resultou o primeiro número da segunda série da

Revista *Joelho*, editado pelo arquiteto Jorge Figueira. (Duarte, 2020, p. 19; P. Pedrosa & Antunes, 2023, p. 215)

No contexto nacional, são inúmeras as arquitetas que poderíamos mencionar, cujas histórias e percursos foram e são fundamentais para o reconhecimento e qualificação da profissão e pela luta da igualdade. Contudo, apesar da evolução verificada nos últimos anos, continua a ser sinuoso e difícil o caminho que ainda falta percorrer. São ainda muitos os factos que comprovam as dificuldades e desigualdades que as arquitetas ainda têm de enfrentar. Por exemplo, nas pesquisas que fui realizando constatei que as obras divulgadas e premiadas dos arquitetos são esmagadoramente de arquitetos homens ou gabinetes, onde raramente figuram nomes de arquitetas. A desproporção é notória à vista desarmada e, daí a importância de estudos que deem visibilidade ao amplo e diversificado trabalho realizado no feminino.

De modo meramente indicativo, se virmos no contexto internacional o percurso do prémio *Pritzker*, criado em 1979, frequentemente referido como o prémio Nobel da Arquitetura, vimos que apenas no ano de 2004 distinguiu pela primeira vez uma mulher arquiteta, a iraquiana Zaha Hadid (1950-2016). Depois de Hadid [Fig. 13], foram reconhecidas e homenageadas, em 2010, a arquiteta japonesa Kazuyo Sejima (em parceria com o arquiteto Ryue Nishizawa), em 2017, a arquiteta espanhola Carme Pigem Barceló (em parceria com os arquitetos Rafael Aranda e Ramón Vilalta), em 2020, as arquitetas irlandesas Yvonne Farrell e Shelley McNamara e, por último, em 2021, a arquiteta francesa Anne Lacaton (em parceria com o arquiteto Jean-Philippe Vassal). (*Prémio Pritzker*, 2023) Ou seja, num período de 45 anos do prémio Pritzker, apenas foram distinguidas seis arquitetas.



Fig. 13 – Zaha Hadid (1950-2016). Fotografia de Brigitte Lacombe, abril de 2016. (Rosenfield, 2016)

Também em Portugal, a importância do trabalho das arquitetas, através de prémios e outros reconhecimentos, mostra um desequilíbrio efetivo. No caso da OA, a atribuição do título de membro honorário a pessoas singulares ou coletivas pelas importantes contribuições na defesa e promoção da arquitetura, pode ser disto exemplo.

Na lista dos membros honorários, desde 1903 (como Sociedade dos Arquitetos Portugueses) até 2022, constata-se que num universo de cento e oitenta membros honorários, apenas seis dos distinguidos com tal estatuto, são arquitetas [Fig. 14]: Cristina Salvador (1947-2011) atribuído em 2011; Olga Quintanilha (1942-2005) atribuído em 2014; Ana Tostões (n. 1959), atribuído em 2016; Isabel Ortins de Simões Raposo (n. 19??), atribuído em 2017; Helena Roseta (n. 1947), atribuído em 2019 e Maria José Marques da Silva (1914-1996), atribuído em 2021. (Ordem dos Arquitectos, s/d)



Fig. 14 – As arquitetas membros honorários da Ordem dos Arquitectos: A - Cristina Salvador (1947-2011); B - Olga Quintanilha (1942-2005); C - Ana Tostões; D - Isabel Ortins de Simões Raposo; E - Helena Roseta; F - Maria José Marques da Silva (1914-1996).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Imagens retiradas de: A - (Ordem dos Arquitectos, 2011); B - (*Olga Quintanilha*, 2020); C - (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, s/d); D - (CiAUD Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa, s/d); E - (DN/Lusa, 2019); F - (Sigarra - UP, 2009)

Ainda em Portugal, desde o ano 1981 que a seção Portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) reconhece e atribui um prémio a duas personalidades das Artes Visuais e Arquitetura, “cujo percurso profissional seja considerado relevante pela crítica e cujo trabalho tenha estado particularmente em foco no ano a que o prémio diz respeito”. Precisamos chegar ao ano 2015 para encontrarmos uma arquiteta: “após debate sobre critérios e metodologia, o júri decidiu atribuir o prémio de arquitetura a SAMI (Miguel Vieira e Inês Vieira da Silva) [Fig. 15], pela obra Casa E/C, em São Miguel Arcanjo, São Roque do Pico, Ilha do Pico” [Fig. 16]. (AICA Portugal, s/d)



Fig. 15 – Os arquitetos Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira fundadores do atelier SAMI, fotografia de Tiago Miranda, 2023. (Cruz, 2023); Fig. 16 – E/C House, projeto vencedor AICA 2015. (SAMI arquitectos, s/d)

Até à última atribuição do prémio realizada no presente ano, seguiu-se em 2016 a arquiteta Célia Gomes [Fig. 17] juntamente com o arquiteto Pedro Machado, com a obra de requalificação da Escola Secundária Luís de Freitas Branco em Paço de Arcos [Fig. 18]. Em 2017, a arquiteta Inês Lobo [Fig. 19] viu reconhecido o seu percurso profissional, associado à sua “capacidade em montar estratégias que vão da pequena à grande escala, da investigação ao desenho do edifício e da cidade, da qualidade da construção à dimensão social da arquitetura, da transversalidade colaborativa à ação curatorial [...]” (AICA Portugal, s/d)

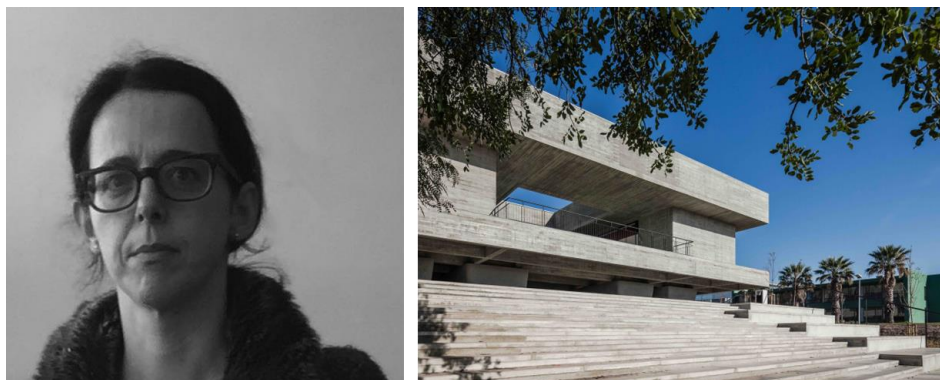


Fig. 17 – A arquiteta Célia Gomes. Fig. 18 – Escola Secundária Luís de Freitas Branco em Paço de Arcos. (Narciso, 2017)



Fig. 19 – Arquiteta Inês Lobo. (*Inês Lobo Arquitectos*, s/d)

No ano 2020, foi premiado o trabalho do Atelier Corvo, fundado pelos arquitetos Carlos Antunes e Desirée Pedro [Fig. 20] que, nesse ano, marcado pela pandemia, realizaram um trabalho singular em Miranda do Corvo, abrindo as portas do seu atelier com o projeto *Senso. Galeria efémera para os dias de clausura* onde mostravam “obras de arquitetura e artes plásticas nas portas e janelas do edifício que também chamam de casa” [Fig. 21]. (AICA Portugal, s/d; Colectiva, 2020)



Fig. 20 – A arquiteta Desirée Pedro e o arquiteto Carlos Nunes. (Rosendo, 2020); Fig. 21 – Fotografia do seu atelier com o projeto “*Senso. Galeria efémera para os dias de clausura*”. (Colectiva, 2020)

Em abril do presente ano foi atribuído o prémio relativo ao ano de 2023 à dupla de arquitetos Cristina Guedes [Fig. 22] e Francisco Vieira de Campos do atelier *Menos é Mais*, pela obra de reabilitação do edifício da Companhia de Seguros “A Nacional” [Fig. 23], na Avenida dos Aliados, na cidade do Porto, da autoria do arquiteto José Marques da Silva. O trabalho dos arquitetos foi distinguido pela “subtileza das edificações no edificado original, que poderão designar-se de “circurgicas”, possibilitando uma delicada adaptação do uso sem criação de dissonâncias”. (AICA Portugal, s/d)



Fig. 22 - A arquiteta Cristina Guedes do atelier Menos é Mais. Fig. 23 - Interior do edifício da Companhia de Seguros “A Nacional” – obra de reabilitação, Porto. (menos é mais arquitectos, s/d)

Analisando os dados disponíveis verifica-se que desde 1981 nos prémios AICA foram distinguidos os trabalhos de 5 arquitetas, apenas depois do ano 2005.

Um outro exemplo é o *Prémio Secil* atribuído por esta empresa portuguesa, desde 1992, a projetos nacionais de arquitetura e engenharia e que tem como objetivo incentivar e promover o reconhecimento público de autores de obras que incorporam o material que constitui o seu núcleo de atividade - o cimento. Ao analisarmos a lista de vencedores, apenas encontramos uma arquiteta portuguesa, Cristina Guedes, em parceria com os arquitetos Francisco Vieira de Campos e João Mendes Ribeiro, vencedores da última edição realizada em 2018 com a obra *Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas* edificada em Ribeira Grande, nos Açores [Fig. 24]. (menos é mais arquitectos, s/d; Secil, s/d)



Fig. 24 – A obra Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande, Açores. (menos é mais arquitectos, s/d)

Estes e outros exemplos elucidam bem os caminhos que ainda falta percorrer até à paridade e igualdade das mulheres na arquitetura. A discrepância é também visível no acesso aos lugares de chefia, na visibilidade, na remuneração salarial, no

reconhecimento social, entre muitos outros aspetos. O discurso arquitetónico sempre promoveu uma arquitetura no masculino, apesar da paridade de género já não ser hoje uma miragem. Tenho plena consciência de que as mudanças não acontecem por milagre, nem de um dia para o outro. Temos de ser cidadãos a tempo inteiro e deixar de pactuar com princípios retrógrados desatualizados que esvaziam completamente o papel da mulher na sociedade, a quem durante séculos, competia apenas obedecer, fazer as tarefas domésticas e procriar.

Em jeito de conclusão, reitero o que expliquei previamente, que ao longo da história, as mulheres têm sido excluídas de diversas áreas profissionais e do conhecimento. As arquitetas não são exceção. Mesmo assim, ainda que mais tardiamente, comparadas com as dos Estados Unidos e da Europa, as arquitetas portuguesas conseguiram dar passos significativos na sua caminhada para a igualdade de género, um pouco à semelhança do que aconteceu em todos os setores da atividade, mais especificamente nas pessoas portadoras de maior formação académica e profissional. O peso da tradição de uma sociedade dominada pelos homens, que paira sobre as mulheres de Portugal, ainda nos dias de hoje, dificulta a sua emancipação total. Há que continuar a lutar contra a negação de princípios fundamentais de cidadania a que muitas mulheres são sujeitas, que lhes enfraquece a capacidade de lutar e lhes tolhe o poder de iniciativa.

## **1.2 Arquitetos municipais**

No presente subcapítulo proponho-me realizar uma breve análise das funções e competências dos arquitetos municipais para, de seguida, referir alguns aspetos relacionados com a sua invisibilidade e falta de reconhecimento, comprovados pela escassez de estudos e de bibliografia existente sobre a sua atividade.

### **Funções e competências**

Em termos legais, o exercício da profissão de arquiteto em Portugal encontra-se devidamente regulado pela Ordem dos Arquitectos (OA). A Ordem rege-se pelo seu Estatuto, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98 de 3 de julho, alterado pela Lei n.º 113/2015, de 28 de agosto e recentemente pela Lei n.º 12/2024, de 19 de janeiro.

O arquiteto é definido como “um servidor do interesse público”, e no artigo 54.º do referido diploma, são estabelecidos os seus deveres no exercício da profissão. Assim, o arquiteto deve atuar sempre de modo que o trabalho que desenvolve contribua para a melhoria da “qualidade do ambiente e do património cultural” e adotar sempre soluções que garantam a “qualidade da construção, o bem-estar e a segurança das pessoas”. O arquiteto deve ser sempre um agente integrador e estimular a “participação dos cidadãos no debate arquitetónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente”. Deve sempre “observar, cumprir e promover o cumprimento das normas legais e regulamentares” e, na elaboração dos seus projetos deve considerar “os fatores sociais, ambientais e paisagísticos relevantes”. (Alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, 2024, p. 158; Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, 2015, p. 6461)

A inscrição na OA permite aos arquitetos, no território nacional, independentemente do modo de exercício da profissão, elaborar e apreciar estudos, projetos e planos de arquitetura bem como exercer “as demais competências previstas em legislação especial que lhes sejam exclusivamente reservadas”. Nos termos do Estatuto, para além destas competências, os arquitetos podem:

“intervir em estudos, projetos, planos e atividades de consultoria, gestão, fiscalização e direção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, conceção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das atividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente.” (Alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, 2024 - Cap. VI, Artigo 44.º)

No que diz respeito aos seus direitos e nos termos do Estatuto, os arquitetos e os membros estagiários podem recorrer à OA para defesa dos seus interesses legítimos em matéria profissional. Os arquitetos têm direito a exercer a sua profissão de acordo com a sua vocação, formação e experiência, sem interferência na sua autonomia técnica. Têm também direitos de autor e direitos conexos sobre as suas obras de arquitetura, e, direito à coautoria dos trabalhos em que colaborem. Os arquitetos têm ainda direito à atualização da sua formação e valorização profissional e pessoal, a publicitar a sua atividade, a divulgar as suas obras e estudos e a uma remuneração condigna pelo seu trabalho. (Alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, 2024; Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, 2015 - Cap. VI, Artigo 45.º)

O arquiteto é um profissional que tem de dominar uma multiplicidade de áreas e de ter capacidade de adaptação para assim contribuir de forma positiva para a qualidade e valorização dos espaços. Como refere Renato Leal (2022, p. 117) na sua dissertação de mestrado em arquitetura pela Universidade de Coimbra (UC) intitulada *Arquitetura de compromisso social. Experiência de estágio na Câmara Municipal de Coimbra*, cabe ao “arquiteto captar o espírito de cada lugar e, embora com outras funções ou diferentes materiais, manter intacto o seu encantamento [...] estimulando a troca de experiências entre pessoas, a convivência e a solidariedade”. A prática da arquitetura deve ser tida como humanista, uma necessidade básica, como um ato de cidadania. Como afirma o mesmo autor (2022, p. 35):

[...] a posição do arquiteto que não é mais o ditador que impõe a sua própria forma, mas o homem natural, simples, humilde, que se dedica aos problemas dos seus semelhantes não para se servir, mas para os servir, criando assim uma obra talvez anónima, mas apesar de tudo intensamente vivida.

Entendo o arquiteto como um agente no processo da evolução da disciplina e na relação da arquitetura com as pessoas. No desempenho das suas funções, o arquiteto deve procurar sempre compreender a sociedade onde se insere e para a qual projeta, pois, é uma realidade que projetar no norte do país diverge de projetar para o sul e que projetar no interior diverge do litoral. É um facto que as questões culturais e sociais

variam de lugar para lugar pelo que é perentório compreender e conhecer as pessoas, a cultura do lugar, os hábitos sociais uma vez que a arquitetura vive sob a influência do contexto onde se insere.

A arquitetura deve ser ativa e participativa, com foco na funcionalidade, no interesse social, na proximidade, no diálogo, na humanização. Exercer arquitetura não pode ser um ato isolado do mundo que nos rodeia. Nas palavras da arquiteta Patrícia Santos Pedrosa (2019, p. 23) “as diversidades complexas dos problemas que arquitectos/as e urbanistas recebem nas suas mãos não podem ser resolvidos no plano da subjetividade estética e da fotogenia, ou no potencial premiável das arquiteturas propostas, nem no reduto do escritório”.

Os arquitetos, no desempenho das suas funções, devem ser defensores da legalidade e ter um comportamento irrepreensível e uma idoneidade e seriedade intocáveis, através do cumprimento dos princípios e regras da deontologia profissional. O interesse público deve ser o permanente motivo da sua ação, que também deve ser orientada no sentido da isenção, da competência, do bom relacionamento com os seus pares e de ser digno das responsabilidades que sobre si recaem. Na mais completa independência e isenção, o arquiteto deve abster-se de exercer qualquer pressão ilegítima sobre quem quer que seja. (Estatuto da Ordem dos Arquitectos, 2015 - Cap. VII, Artigo 52.º)

A profissão de arquiteto é abrangente e existem diversos modos de a exercer que se encontram definidos no artigo 46.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos. Nos termos da sua alínea c), “a profissão de arquiteto pode ser exercida como trabalhador nomeado ou contratado para funções públicas da administração central, direta ou indireta, regional ou local”. (Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, 2015, p. 6459 - Cap. VI)

O arquiteto que desempenha funções na administração local (autarquia) é conhecido como arquiteto municipal e a sua atuação abrange diversas áreas, nomeadamente o planeamento; a gestão urbanística através da elaboração de planos de urbanização, planos de pormenor, regulamentação e análise de projetos; os projetos e obras municipais através da elaboração de projetos até ao projeto de execução ou acompanhamento de equipas externas até ao lançamento da obra e a fiscalização de obras municipais. (E. Santos, 2023)

Os arquitetos municipais são agentes interventivos que podem contribuir para que a arquitetura seja um elemento-chave na relação das pessoas com o espaço edificado, o espaço público e a cidade. É através deles que é estabelecida uma relação mais próxima com a sociedade na tomada de decisões sobre o urbanismo, o planeamento da cidade enquanto espaço de todos, no desenvolvimento de uma arquitetura pensada para as pessoas. Têm um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do território cabendo-lhes visualizar soluções, desenhar e desenvolver projetos que não comprometam o futuro, se adequem às necessidades do presente e respeitem o passado, garantindo segurança e o conforto dos cidadãos, na sua diversidade. (E. Santos, 2023)

Na área do urbanismo, os arquitetos municipais distinguem-se na apreciação técnica dos projetos de arquitetura e urbanismo, verificando a sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Desempenham um papel de garante da legalidade urbanística e conformidade regulamentar habilitando os municípios no exercício dos seus poderes e deveres de controlo. (Bispo, s/d, p. 3)

Mas a arquitetura em contexto municipal é também uma disciplina pluridisciplinar. Refere-se igualmente à prática da arquitetura e do planeamento urbano a nível municipal. Esta prática aborda questões relacionadas com o projeto de edifícios, de espaços públicos e infraestruturas no contexto de uma determinada área urbana. O arquiteto municipal é o “arquiteto da cidade” que deve sempre procurar desenvolver a sua atividade com o objetivo de serviço e pelo bem público. Deve estar consciente do seu campo de intervenção social, ao serviço do bem comum. A significação pública deve estar sempre associada a cada uma das suas decisões.

Embora seja um dever de todos os arquitetos, é principalmente aos arquitetos municipais que compete a salvaguarda de um correto ordenamento do território e de um urbanismo de qualidade, pela “defesa e promoção da paisagem e do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e do direito à arquitetura, na sua função social e cultural”. (Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, 2015, p. 6450 - Cap. I, Artigo 3.º)

Os arquitetos municipais também têm o dever de evitar todas as situações incompatíveis com o cargo que desempenham, cumprindo sempre a sua obrigação de imparcialidade. Devem ainda assegurar a veracidade das informações que prestam e nunca auferir rendimentos ilícitos, abstendo-se de exercer competição com os seus

colegas baseada unicamente na remuneração. Têm de dominar uma multiplicidade de áreas e ter capacidade de adaptação para assim contribuir de forma positiva para a qualidade e valorização dos espaços públicos, num absoluto respeito pelo património e pelo ambiente. (Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, 2015, p. 6461-Cap VII, Artigos 55º a 57º)

### **Invisibilidade e constrangimentos**

Nas pesquisas que efetuei encontrei poucas referências de âmbito universitário ou outro, relativas a percursos e obras de arquitetos municipais em Portugal. A bibliografia que encontrei é muito escassa. Mas, estou convicta que, apesar da realidade com que me deparei, são certamente muitas as arquitetas e arquitetos municipais que têm o seu nome associado a projetos e/ou obras municipais, mas que infelizmente continuam no anonimato não existindo dados concretos que nos permitam avaliar o seu contributo para a História da Arquitetura Portuguesa.

Assim, num artigo de opinião na revista *Ípsilon* do jornal *Público*, intitulado *O arquiteto municipal*, da autoria do arquiteto Pedro Baía, o mesmo começa por referir que atualmente o “exercício da profissão de arquiteto é composto por um mosaico heterogéneo de diferentes práticas e escalas de intervenção” e que um dos elementos desse mosaico é o arquiteto municipal. Descreve as funções inerentes à atividade dos arquitetos municipais enquanto técnicos especializados dentro dos municípios, descrevendo o arquiteto municipal como um “defensor do interesse público, responsável pela salvaguarda do património edificado e da paisagem construída”. (Baía, 2017) Na opinião do arquiteto, nos últimos anos existe uma maior visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos arquitetos municipais, como refere:

Esta crescente visibilidade dos arquitetos municipais acontece devido a uma maior consciência por parte dos autarcas relativamente ao efetivo poder que a arquitetura tem na qualidade de vida dos seus munícipes e na valorização das áreas intervencionadas. Mas também devida ao empenho cívico dos arquitetos municipais, inseridos em equipas de projetos, gestão urbanística e planeamento territorial.

No seguimento do artigo, Pedro Baía faz referência a dois arquitetos que considera terem contribuído para a crescente visibilidade da arquitetura em contexto municipal: Miguel Figueira (n. 1969) e Guilherme Machado Vaz (n. 1974), ambos licenciados pela Faculdade de Arquitetura do Porto (FAUP).

Miguel Figueira [Fig. 25] venceu o prémio de arquitetura AICA no ano 2011 como reconhecimento do trabalho que desenvolveu na reabilitação do espaço público e na criação de novos programas de desenvolvimento social e territorial, enquanto arquiteto na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Foi autor de projetos como o Centro de Alto Rendimento (centro náutico) no leito do rio Mondego [Fig. 26] ou o Percorso Pedonal Assistido na encosta do núcleo histórico da vila de Montemor-o-Velho. (AICA Portugal, s/d; Baía, 2017).



Fig. 25 – O arquiteto figueirense Miguel Figueira (Alves, 2018). Fig. 26 – Fotografia do Centro Náutico de Montemor-o-Velho, distrito de Coimbra. (AICA Portugal, s/d)

Guilherme Machado Vaz [Fig. 27] é arquiteto na Câmara Municipal de Matosinhos desde o ano 2000. Para além de projetos como o Centro Cívico de Custóias ou o Parque de Estacionamento de Manhufe, o arquiteto é autor, enquanto arquiteto municipal, do projeto de reabilitação do edifício da Real Vinícola, atual Casa da Arquitetura, que venceu o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, em 2018 [Fig. 28]. Ambos os arquitetos, no desenvolvimento da prática da arquitetura em contexto municipal, têm reconhecimento autoral em vários projetos. (Baía, 2017)



Fig. 27 – O arquiteto Guilherme Machado Vaz; Fig. 28 - Casa da Arquitetura. Fotografia de Luís Ferreira Alves. (Nunes, 2021)

Posteriormente encontrei um livro da autoria de Domingos Tavares (2016, p. 9), arquiteto e professor Emérito da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, intitulado *António Correia da Silva - Arquiteto municipal* onde pode ler-se:

Homem discreto, de comportamento sereno e seguras convicções, António Correia da Silva foi um típico portuense, criador de arquiteturas emblemáticas da cidade. A sua ação profissional nunca foi devidamente valorizada, e uma parte da sua obra foi sendo paulatinamente desvirtuada. Como exceção, ninguém contesta o significado da afirmação municipalista do edifício dos Paços do Concelho, no remate da Avenida dos Aliados, [...] ou a importância do Mercado do Bolhão como dinamizador da vida cívica e imagem urbana da expansão norte, promovida pela burguesia liberal da Primeira República.

O arquiteto portuense António Correia da Silva (1880-1963) [Fig. 29] terminou o curso de Arquitetura Civil em 1897, e em 1900, depois de conseguir o primeiro lugar no concurso para pensionista do Estado na classe de Arquitetura Civil, viajou para Paris onde frequentou a *École des Beaux Arts*. No ano de 1911, depois de regressar à cidade do Porto, foi nomeado arquiteto municipal. Para além das duas grandes obras que fazem parte da identidade da cidade do Porto, como os Paços do Concelho [Fig. 30] e o Mercado do Bolhão, foi também autor de obras como o Matadouro Municipal em São Roque da Lameira, a Escola Infantil da Praça da Alegria, o Posto de Bombeiros na Foz do Douro e o Bairro Operário Manuel Laranjeira em Paranhos. (Tavares, 2016, p. 20)



Fig. 29 - António Correia da Silva (1880-1963), arquiteto municipal portuense, 1907 (Tavares, 2016, p. 7). Fig. 30 - Escadaria exterior de ligação à futura Praça do Município em fase a acabamentos (Tavares, 2016, p. 183)

Cátia Ramos (2022, pp. 77–78), doutorada em Cultura Arquitetónica e Urbana pelo Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) e Investigadora associada do Centro de Estudos Sociais, num estudo que efetuou acerca do trabalho desenvolvido pela arquiteta Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999) [Fig. 31] refere que a mesma se trata de “uma figura

incontornável da história do programa habitacional de Serviço Ambulatório e Apoio Local (SAAL Norte) bem como da história da arquitetura da cidade da Guarda”. Segundo a investigadora, “Abrunhosa de Castro fez parte de uma geração de arquitetos/as que começou a integrar, de forma sistemática, o corpo técnico das autarquias no início da década de 1980”.

No final da década de 1970, Abrunhosa de Castro deixou a experiência do SAAL e chegou à cidade da Guarda juntamente com o seu marido, o também arquiteto Sérgio Gamelas, numa época em que as autarquias se encontravam carentes de pessoal técnico. Em 1980 ingressou como arquiteta, no Município da Guarda onde desempenhou diferentes atividades como a emissão de pareceres relativos a construção, a elaboração de projetos para o centro histórico da cidade e o desenvolvimento de estudos urbanísticos, entre outros. (Ramos, 2022, p. 84)



Fig. 31 - Maria José Abrunhosa de Castro, Fotografia do arquivo da família (Ramos, 2022, p. 79)

A arquiteta teve um papel crucial na implementação de um projeto piloto na cidade, designado *Managing Energy and Resource and Efficient Cities* (MERECE) que teve como base um “processo de planeamento abrangente dedicado à gestão eficiente de recursos locais”. A arquiteta, responsável pelo setor de planeamento municipal, centrou o seu trabalho no desenvolvimento do Plano Diretor Municipal (PDM) da Guarda [Fig. 32]. Mais tarde, na década de 1990, Abrunhosa de Castro desenvolveu vários instrumentos de gestão territorial como outros planos diretores municipais, planos de pormenor e de urbanização, com especial incidência na Beira Interior. (Ramos, 2022, p. 84)



Fig. 32 - Artigo de Abrunhosa no Boletim Municipal Oppidana intitulado Plano Diretor da Guarda um investimento no futuro, 1987. (Ramos, 2022, p. 87)

Cátia Ramos (2022, p. 91) refere que a arquiteta era “profundamente consciente da convergência de interesses na gestão urbana e dos problemas que tais proveitos acarretavam para a qualidade do espaço urbano”. Maria José Abrunhosa de Castro criticava em simultâneo a especulação imobiliária e a estrutura autárquica enquanto instituição “representativa da democracia na cidade” e que se encontrava mais próxima das pessoas, opondo-se “à sujeição do autarca a determinados grupos e redes de interesses, sob pretextos de progresso e desenvolvimento”, explicando como a administração técnica local deve assumir um papel persuasor em defesa do “interesse público contra os interesses do público”. (Ramos, 2022, p. 91)

Considerava que as pessoas deviam desenvolver um papel ativo na construção da cidade, cabendo as entidades administrativas trabalhar nesse sentido. A arquiteta foi uma defensora do exercício democrático concretizado, da “cidadania informada, participativa e politizada” na construção da cidade. (Ramos, 2022, p. 94)

Estas foram as poucas referências concretas que encontrei relativamente a arquitetos e arquitetas municipais. No que diz respeito às fragilidades associadas ao exercício da profissão de arquiteto em contexto municipal, encontrei um documento editado pela Associação Cívica *Transparência Internacional Portugal*, da autoria de Maxime Sousa Bispo (s/d, p. 4), que presta apoio técnico jurídico na área do direito público, no âmbito do ordenamento, do território e do urbanismo. No artigo, o autor refere quais as funções dos arquitetos municipais e procede a uma análise jurídica do regime legal de acumulação de funções públicas com privadas e as suas incompatibilidades e limitações, da qual efetua uma avaliação e análise dos possíveis impactos, considerando aquela que pode ser uma relação muito ténue entre interesses públicos e privados.

Sousa Bispo (s/d, p. 3) refere que “o urbanismo é uma das principais áreas de risco de corrupção” associado “à fraca regulação e gestão dos conflitos de interesses na administração autárquica” que possibilita que os arquitetos municipais acumulem funções privadas. Este facto pode, facilmente, gerar situações que colocam em causa a dignidade do exercício da profissão de arquiteto municipal, a sua imparcialidade e, simultaneamente, desprestigiar a administração pública.

Em meu entender, esta realidade pode potenciar situações abusivas e eticamente condenáveis, havendo necessidade de encontrar soluções que confirmem maior transparência não apenas ao exercício das funções dos arquitetos municipais, mas à própria atuação dos municípios, por exemplo, no controlo da conformidade dos projetos das obras particulares, prevenindo práticas de corrupção associadas ao setor do urbanismo e licenciamento de obras particulares.

Na verdade, são diversas as vulnerabilidades e constrangimentos que podem afetar o trabalho dos arquitetos municipais, quer ao nível da conceção dos projetos, quer da gestão urbanística, quer do planeamento. Em minha opinião, baseada na minha experiência profissional enquanto engenheira civil num município do interior do país, trabalhar em contexto municipal não é tarefa fácil, pois ao município existe sempre associada uma forte vertente política. Em última análise, a decisão é sempre da competência dos senhores presidentes da câmara e estas são muitas vezes decisões baseadas em critérios políticos, como o despovoamento que é preciso evitar, a necessidade de atrair pessoas e investimento, entre outros, e não têm muitas vezes em linha de conta as opiniões dos seus corpos técnicos, o que acaba por desvalorizar a importância das suas opiniões e propostas de decisão. O não acatamento pela vertente política das decisões técnicas, deve ser, tanto quanto possível, evitado. Um diálogo franco e aberto entre as duas partes parece-me ser a solução ideal, desde que os políticos aceitem que há linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas. O mesmo deve acontecer com os donos da obra, com os construtores e com os empresários.

Termino dizendo que apesar de caminharmos para o aumento da visibilidade do trabalho desenvolvido e reconhecimento dos arquitetos municipais, atualmente parece que ainda não fazem parte da História da Arquitetura Portuguesa. Embora tratando-se de variáveis que não se podem comparar, penso que não andarei longe da verdade ao afirmar que a visibilidade e reconhecimento do trabalho das arquitetas em relação aos arquitetos, é muito semelhante aos dos arquitetos municipais, relativamente aos dos arquitetos que trabalham em ateliers ou por conta própria. Reafirmo a necessidade de

uma investigação do que acontece em Portugal com arquitetos que trabalham em contexto municipal, pois eles constituem uma peça fundamental, no universo da História da Arquitetura Portuguesa, da qual parecem não fazer parte. Por considerar fundamental a sua missão e ter consciência da sua importância e ao mesmo tempo da sua falta de reconhecimento, procuro com a realização deste trabalho dar visibilidade aos arquitetos municipais contando a história de vida de uma mulher arquiteta em particular, também numa procura de contrariar o que habitualmente acontece que é o nome dos arquitetos e arquitetas municipais diluir-se na invisibilidade das suas práticas, sem reivindicação de autoria.

## **2. Ana Cunha e a arquitetura em contexto municipal**

A decisão de centrar o estudo numa arquiteta municipal, que desenvolve o seu trabalho num município do interior de Portugal, alicerça-se na necessidade de compreender as condições objetivas em que trabalham as mulheres arquitetas, de um modo geral, para a partir daí analisar o percurso de uma arquiteta municipal, com os seus êxitos, os seus problemas e dificuldades, em suma, a sua vida dia após dia.

Tendo como base as entrevistas realizadas, o currículo profissional e os elementos facultados pela arquiteta Ana Cunha, objeto de estudo da presente dissertação, no presente capítulo procuro dar a conhecer o seu percurso, dos anos formativos até aos dias de hoje. Das centenas de projetos elaborados pela arquiteta no Município do Fundão, serão apresentados no final do presente capítulo, alguns dos mais relevantes para o seu percurso.

### **2.1 Infância e juventude**

Ana Isabel Aranda e Cunha nasceu em 13 de dezembro de 1961, em Nova Lisboa, atual Huambo, em Angola. Viveu a sua infância naquela cidade e com quase 13 anos veio para Portugal, pouco tempo depois da Revolução do Cravos, em 25 de abril de 1974, quando foi decretada a Independência de Angola. (Cunha, 2024, p. 1)

Filha única de pais portugueses, que foram cedo para Angola, onde se conheceram, Ana Cunha teve uma educação privilegiada, no Colégio Ateniense onde só estudavam raparigas. Cedo teve o contacto com as artes através das disciplinas de música e piano. Desse tempo, apesar dos princípios rígidos e disciplina muito regrada do colégio, guarda boas recordações afirmando que este teve uma grande importância no seu crescimento e que a marcou no sentido positivo, pelo elevado grau de exigência e de acompanhamento permanente do trabalho, que lhe incutiu. (Neto, 2023)

A maior parte da sua família migrou para Angola. A mãe era natural do concelho de Vila Nova de Foz Côa e o pai do concelho de Condeixa. Depois do dia 25 de abril, Ana Cunha [Fig. 33 e Fig. 34] foi a primeira da sua família direta a vir de Nova Lisboa para Portugal, por decisão dos pais, e por uma questão de segurança. Veio ter no final do ano letivo com a sua tia paterna que já tinha regressado que, tal como o seu pai, era afilhada de Sá Viana Rebelo que na altura era Governador Civil de Angola. Foi para Condeixa-a-Nova, no distrito de Coimbra, terra onde o padrinho tinha um

pequeno solar no centro da Praça da República da localidade, a casa que a sua família paterna já partilhava nas férias quando vinha a Portugal. A sua mãe regressou em novembro desse ano e o seu pai chegou no Natal a Portugal. Ficou em Angola, concluída e pronta a entrar em funcionamento, uma fábrica de detergentes de tecnologia inovadora, propriedade de seu pai e de outros dois sócios. (Cunha, 2024, pp. 2–3; Neto, 2023)

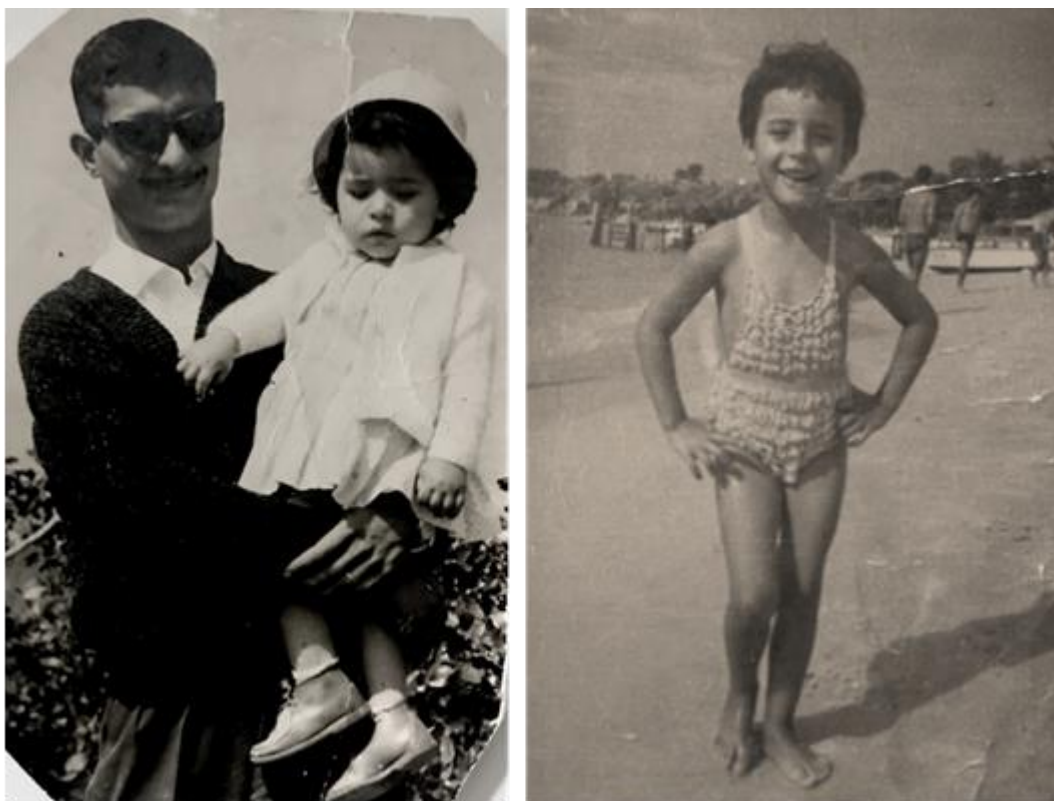


Fig. 33 – Ana Cunha e o seu pai, José Cunha, 1962. Nova Lisboa; Fig. 34 – Férias na praia, 1966. Luanda. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

Viveu na vila de Condeixa com a sua família e ali fez o primeiro e segundo ano do ensino preparatório. O solar, “uma casa lindíssima”, como a classificou a arquiteta, foi demolido para ser construído um novo edifício onde se sediou, naquela altura, a Caixa Geral de Depósitos. Considera esse ato “uma coisa inacreditável”, reconhecendo que na década de 1970 a “preservação do património não era prioridade”, pelo que foram feitos erros crassos no “património fantástico” de Condeixa, como solares, casas de viscondes, entre outros. Era, na altura, uma vila bastante rica em pessoas e património. Na atualidade, pela qualidade de vida que oferece e pelas suas acessibilidades, desempenha mais um papel de dormitório da cidade de Coimbra, tendo passando para segundo plano a sua riqueza arquitetónica. (Cunha, 2024, p. 3; Neto, 2023)

O seu interesse pela disciplina de arquitetura nasceu da influência do filho da sua vizinha de Nova Lisboa, que carinhosamente trata por avó, e que era engenheiro civil. Lembra-se de o ouvir falar de projetos e obras e de tudo aquilo a impressionar. A sua criatividade e evolução pessoal, associada àquela influência fê-la perceber que arquitetura seria o caminho que um dia queria seguir. (Cunha, 2024, p. 4; Neto, 2023)

Realizou o seu restante percurso escolar na cidade de Coimbra. Fez o ensino complementar no Liceu D. Duarte, na altura em que os seus pais foram residir para aquela cidade. Ingressou no Colégio de S. Pedro no sentido de subir as suas notas do 2.º ano do complementar e fez o 12.º ano no Liceu José Falcão. Foi naquela escola que concluiu o ensino secundário em 1980. (Cunha, 2024, p. 4)

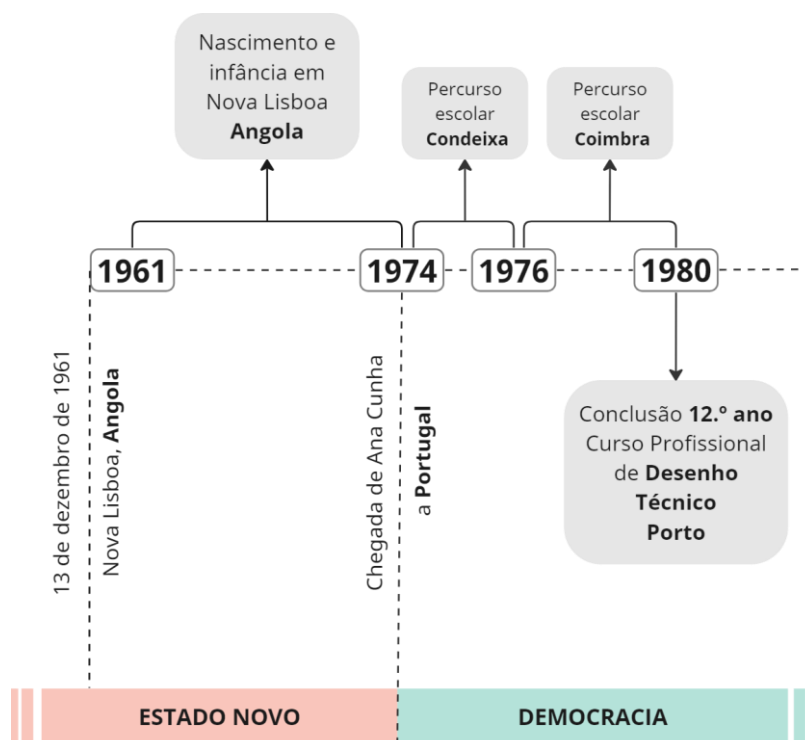


Fig. 35 - Síntese cronológica do nascimento, infância e juventude de Ana Cunha

## 2.2 Formação e primeiros anos de atividade profissional

Após a conclusão do ensino secundário em Coimbra, Ana Cunha concorreu para o Porto, para a Escola Árvore<sup>2</sup>, porque “adorava aquela escola”, mas por razões de ordem familiar, acabou por não frequentar. Com algum tempo livre, realizou, entretanto, um curso profissional de desenho técnico de construção civil num instituto na cidade do Porto, que a habilitou a poder começar a trabalhar como desenhadora num gabinete de arquitetura em Coimbra. (Cunha, 2024, p. 4)

Foi nesta altura que começou a namorar e casou, acabando por adiar a sua entrada na faculdade, mas sem nunca perder esse objetivo de vista. Entretanto mudou de empresa e começou a trabalhar num outro gabinete de arquitetura, a *PLARQ – Estudos de Arquitetura e Urbanismo*, também sediado na cidade de Coimbra. (Cunha, 2024, p. 4)

Desde cedo, os arquitetos fundadores perceberam o seu potencial e começaram a dar-lhe trabalhos onde podia dar asas à sua criatividade e, simultaneamente, assumir responsabilidades. Participou em inúmeros e diferentes projetos, mas guarda como referência um projeto de arquitetura industrial na cidade de Aveiro, a reabilitação da Fábrica Jerónimo Pereira Campos [Fig. 36], que é hoje o Centro Cultural e de Congressos da cidade. (Cunha, 2024, p. 4; Neto, 2023)

Os trabalhos naquele gabinete eram muitas vezes inspirados nas revistas internacionais de arquitetura, como por exemplo a *L'Architecture d'Aujourd'hui*, que apresentava uma diversidade de propostas, dando a conhecer obras de arquitetura que se faziam pelo mundo. Foi nesta fase que a arquiteta se apaixonou “pela reabilitação de edifícios antigos com valor arquitetónico”. (Cunha, 2024, p. 4)

---

<sup>2</sup> A Escola Árvore é uma “escola profissional vocacionada para uma educação centrada na cidadania ativa e para o desenvolvimento de formações em áreas que exigem competências artísticas, em particular no domínio das expressões plásticas, tendo as novas tecnologias como ferramenta complementar”. (*Escola Árvore*, s/d)



Fig. 36 - Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos. (Centro de Congressos de Aveiro, s/d)

Conciliou sempre o seu trabalho com a vida familiar e quando abraçou o sonho da arquitetura já era mãe dos seus dois filhos, Francisca e João. Ingressou em Coimbra, na Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra (ARCA – ETAC), em 1993, e terminou a licenciatura em arquitetura no ano de 1998. Passou pela experiência do ensino durante os dois últimos anos do curso de arquitetura, depois de deixar o trabalho como desenhadora. Lecionou a disciplina de Educação Visual e Tecnológica na Escola Preparatória de Tábua, distrito de Coimbra e, mais tarde, já a trabalhar como arquiteta, ainda deu aulas numa escola em Góis. (Cunha, 2023, p. 2, 2024, p. 5)

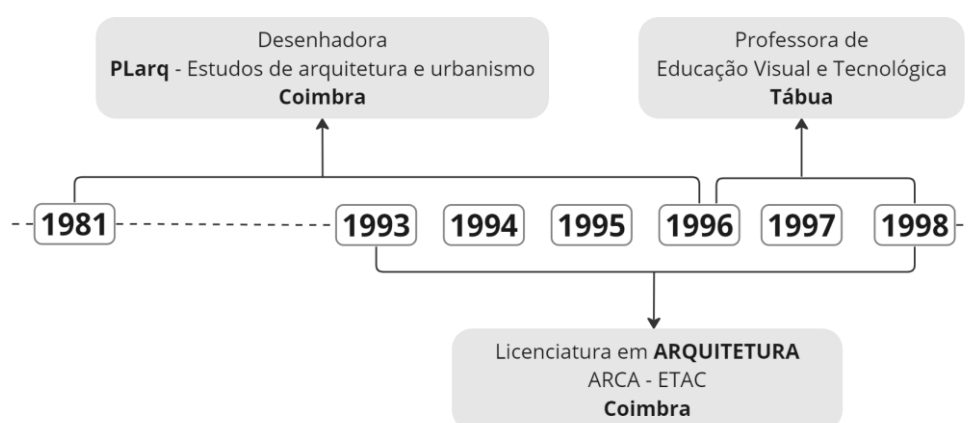


Fig. 37 – Síntese cronológica do percurso académico e profissional de Ana Cunha entre 1981 e 1998.

Após a conclusão do seu curso, em 1998, Ana Cunha iniciou o seu percurso profissional como arquiteta na Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra (ADIBER)<sup>3</sup>. O seu trabalho consistia em “dar apoio às obras no âmbito do programa LEADER”<sup>4</sup>. Era um trabalho que “implicava um conhecimento dos locais, dos promotores e uma avaliação do sucesso da operação candidata” e que a ajudou, segundo as suas próprias palavras, a “perceber que o desenvolvimento rural está muito alicerçado nas pessoas e na melhoria da sua qualidade de vida”. (Cunha, 2024, p. 6) A trabalhar naquela associação desenvolveu projetos de arquitetura no âmbito do programa comunitário RECITE II, designadamente o projeto de restauro da Igreja Matriz de Góis e a adaptação de um antigo solar para casa do artista. (Cunha, 2023, p. 4)

Ana Cunha refere que na ADIBER sentiu um “espírito de missão muito interessante” que acabou por lhe dar uma preparação fundamental e consciência para aquilo que procura pôr em prática todos os dias, o serviço de missão pública. Caracteriza o trabalho realizado na associação, com a qual colaborou entre os anos 1998 e 2000, como “muito singular”, uma experiência que contribuiu para a sua sensibilidade daquilo que é a proximidade ao território, às pessoas e o conhecimento intrínseco dos sítios. A arquiteta descreve essa passagem uma “fase muito importante” da sua vida. (Cunha, 2023, p. 4; Neto, 2023)

Em 1999, a arquiteta realizou uma pós-graduação em Conservação e Restauro do Património, na Ordem dos Arquitectos da Região Norte e foi nesse mesmo ano que integrou o Gabinete Técnico Local (GTL) de Arganil (1999-2000), então formalizado. (Cunha, 2023, p. 4)

Os gabinetes técnicos locais foram criados em 1985, no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana<sup>5</sup> (PRU). Em 1988, deu origem ao Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas<sup>6</sup> (PRAUD). Tratava-se de um programa nacional dedicado em específico à reabilitação urbana e que deu origem a mais de duas centenas de

---

<sup>3</sup> A associação ADIBER, fundada em 25/10/1994 é uma entidade que promove o desenvolvimento local na Beira Serra e que integra os Municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua.

<sup>4</sup> O LEADER II - Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural foi uma iniciativa comunitária sobre o desenvolvimento das comunidades rurais e deu continuidade ao programa LEADER I.

<sup>5</sup> Despacho n.º 4/SEHU/85 (Programa de Reabilitação Urbana, 1985).

<sup>6</sup> Despacho n.º 1/88 (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), 1988).

gabinetes no nosso país que estiveram em funcionamento durante praticamente duas décadas. (Pinho, 2009, p. 26) O PRAUD era gerido pela Direção Geral de Ordenamento do Território com a colaboração das comissões de desenvolvimento regional. Eram concedidos apoios às câmaras municipais para a realização de “operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas” e “ações de preparação e ou acompanhamento de operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas”. (PRAUD), 1988, p. 493)

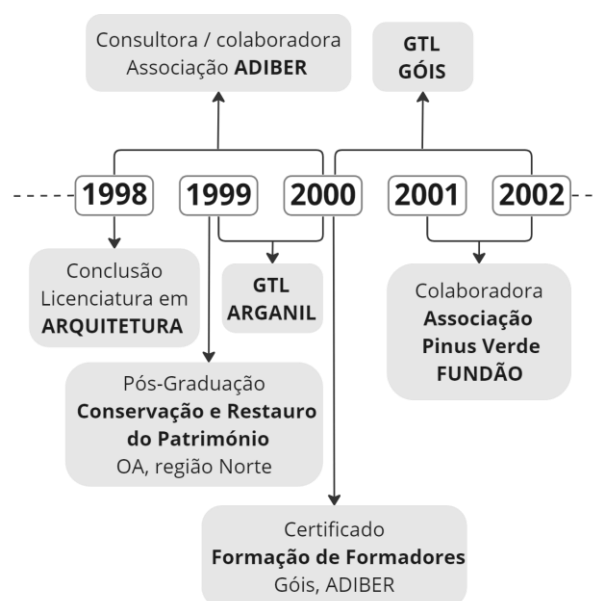


Fig. 38 – Síntese cronológica do percurso académico e profissional de Ana Cunha entre 1998 e 2002.

Na época em que a arquiteta foi coordenar o GTL de Arganil, estes gabinetes “tinham um propósito muito bem definido que consistia no desenvolvimento de Planos de Pormenor (PP), documentos essenciais de ordenamento que previam a proteção de zonas especiais”. Eram desenvolvidos em diversas fases: caracterização, diagnósticos e propostas de intervenção, nos quais a execução financeira e a calendarização das intervenções representavam a conclusão do plano. (Cunha, 2024, p. 6)

As equipas técnicas dos GTLs eram financiadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e os municípios “disponibilizavam as instalações e os equipamentos necessários à sua operacionalização”. As equipas formadas eram pluridisciplinares e “integravam profissionais nas áreas da arquitetura, engenharia, sociologia, geografia, topografia e apoio administrativo.” (Cunha, 2024, p. 6)

Embora com objetivos diferentes da associação ADIBER, também o trabalho desenvolvido no GTL de Arganil teve a particularidade de permitir a Ana Cunha estar muito próxima da população, proporcionando-lhe igualmente um conhecimento muito particular dos sítios, das pessoas, dos costumes, dos problemas e da história do lugar. (Neto, 2023)

A complexidade da elaboração e aprovação dos PP num prazo de 2 anos fez com que rapidamente se evoluísse para o desenvolvimento de planos estratégicos de intervenção, os chamados “Planos de Aldeia”, que “preconizavam a execução física dos projetos, em prol dos planos de pormenor”. (Cunha, 2024, p. 7) O plano de aldeia não era uma figura que decorresse da lei, mas foi uma designação que acabou por ser reconhecida pelas entidades competentes que acompanhavam e aprovavam os planos desenvolvidos. (Neto, 2023)

No GTL de Arganil, a arquiteta trabalhou no desenvolvimento do PP da zona antiga da vila e integrou a equipa técnica que elaborou o Plano da Aldeia de Benfeita para uma candidatura ao Programa Aldeias do Xisto (PAX). (Neto, 2023) Implementado em 2001, o PAX foi uma iniciativa pública suportada pela Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior (componente FEDER) do Programa Operacional da Região Centro. Pretendia requalificar “um conjunto de aldeia serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturas como redes básicas” e construir “uma rede de sítios de interesse turístico”. (P. Carvalho, 2009, p. 186) Segundo a arquiteta, o sucesso do programa assentou na sua estratégia de desenvolvimento, como “um projeto participativo, envolvendo a comunidade residente nas aldeias, concentrando as intervenções nas suas necessidades e aspirações”, diferente do Programa das Aldeias Históricas. (Cunha, 2024, p. 7) Foi nesta fase que iniciou aquela que considera a sua “rota das aldeias do xisto” e que definitivamente marca o seu percurso profissional. (Neto, 2023)

Dois anos depois, abre o GTL de Góis (2000-2002), também no distrito de Coimbra. (Cunha, 2023, p. 5) Ana Cunha é convidada pela CCDR para ir para Góis, local para onde vai viver com a sua família e onde tem como missão desenvolver os Planos de Pormenor do centro histórico de Góis e de Vila Nova de Ceira, uma vila muito próxima. Em simultâneo preparou quatro candidaturas às Aldeias do Xisto. (Neto, 2023)

O trabalho que a arquiteta desenvolveu nos GTLs de Arganil e Góis e no projeto das Aldeias do Xisto não passou despercebido e deu-lhe o reconhecimento e notoriedade para ser convidada a desenvolver o seu trabalho no Fundão. A Associação *Pinus Verde*, um projeto com início no ano de 1998 e “com uma forte ligação ao território do Pinhal Interior (região centro)”, na pessoa do seu então presidente Paulo Fernandes, à altura vereador do desenvolvimento regional da Câmara Municipal do Fundão (CMF), convidou a arquiteta Ana Cunha a trabalhar no Concelho do Fundão. Mais uma vez, a arquiteta aceita o desafio. (Cunha, 2024, p. 7; Neto, 2023)

A associação *Pinus Verde* assume-se desde o início como um instrumento ao serviço da comunidade e do território, adotando como objetivos transversais às suas missões a melhoria da qualidade de vida da população rural, a promoção da floresta, a salvaguarda do ambiente e a preservação do património. (*Pinus Verde*, 2010) Após a conclusão da licenciatura em arquitetura e depois de colaborar com a ADIBER e logo a seguir integrar os GTLs de Arganil e Góis (Coimbra), é a associação *Pinus Verde* com a qual colaborou entre os anos 2001 e 2002, que marca o início do percurso profissional da arquiteta Ana Cunha na área do Município do Fundão.

## 2.3 Atividade desenvolvida no Fundão

No Fundão, mas ainda a trabalhar em Góis, a arquiteta Ana Cunha desenvolveu o plano da aldeia de Janeiro de Cima [Fig. 39], localizada nas proximidades do rio Zêzere, na união de freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo. Depois do plano concluído num prazo record de 3 meses é convidada a operacionalizá-lo, trabalho que aceita fazer. (Neto, 2023)

Durante a sua colaboração com a Associação Pinus Verde (2001-2002), a arquiteta foi responsável pela conceptualização e materialização da rede de Lojas Aldeias do Xisto<sup>7</sup> e da Loja Móvel Aldeias do Xisto. Implementou o projeto *Património do Xisto* que desenvolveu em parceria com o Museu de Røros, uma cidade mineira na Noruega classificada como Património da Humanidade pela UNESCO. (Cunha, 2023, p. 5) Este projeto foi candidatado e aprovado no âmbito do mecanismo financeiro EEA Grants e baseou-se na “transferência de conhecimentos entre artesãos noruegueses e portugueses, tendo como base a recuperação de edifícios nas Aldeias do Xisto”. Neste contexto, foram realizados vários workshops técnicos e práticos nas aldeias do Xisto. (*Aldeias do Xisto | Projetos, s/d*)



Fig. 39 - Ana Cunha a realizar a apresentação do projeto da Casa das Tecedeiras inserido no Plano de Aldeia de Janeiro de Cima, 2006, Fundão. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

---

<sup>7</sup> Na rede de lojas Aldeias do Xisto (atualmente composta por 15 lojas) são vendidos produtos artesanais feitos por artesãos tradicionais e artistas contemporâneos. (*Aldeias do Xisto | Lojas, s/d*)

Como se percebe, o percurso profissional da arquiteta encontra-se associado, de modo relevante, ao Programa das Aldeias do Xisto. Por toda a sua experiência na conceptualização e acompanhamento dos planos elaborados, foi convidada pela Associação de Desenvolvimento Sustentável das Aldeias do Xisto (ADXTUR) para a coordenação de departamentos da agência. Esta associação tem como missão “gerar atratividade territorial, estimulando um desenvolvimento social e económico sustentável, integrado e participado” (*Aldeias do Xisto | ADXTUR, s/d*) e Ana Cunha é responsável pelo Departamento de Ordenamento, desde 2003. (Cunha, 2023, p. 5)



Fig. 40 - Ana Cunha (ao centro) no festival Elementos à Solta – Art Meets Nature, 2015, Aldeias do Xisto, Cerdeira, Serra da Lousã. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

No ano de 2003, a CCDR aprova um GTL para o Município do Fundão, designado por *GTL Freguesias Tradicionais (2003-2005)* [Fig. 41]. Ana Cunha é convidada a assumir a coordenação deste gabinete, desafio profissional que a leva definitivamente para o Fundão. Mais tarde este gabinete passou a designar-se *GTL Gardunha Aldeias Património (2005-2006)*, “nunca perdendo o foco no desenvolvimento dos planos, regulamentos municipais e elaboração de projetos de arquitetura de execução, que o Município entendia serem importantes para o desenvolvimento do concelho”. No trabalho desenvolvido havia sempre uma valorização de “território de cariz mais rural e também abandonado”. Neste GTL, “a serra da Gardunha também foi alvo de um plano de ordenamento da paisagem”. (Cunha, 2023, p. 6, 2024)



Fig. 41 - Ana Cunha (na esquerda) na exposição do GTL Freguesias Tradicionais do Município do Fundão. 2005. Fundão. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

Em 2006, houve uma reorganização do organigrama da Câmara Municipal do Fundão (CMF) e foi criada a Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do Território (DIVDOT). A divisão absorveu as equipas técnicas que integravam os GTLs do município e foi criado um “gabinete de projetos”. A arquiteta assumiu a chefia da divisão e desempenhou essa função entre 2006 e 2010. (Cunha, 2023, p. 6, 2024)

Durante esse período esteve envolvida na “elaboração de planos de ordenamento estratégicos por todo o concelho, planos de salvaguarda bem como no acompanhamento do Plano Diretor Municipal do Fundão em revisão”. Na DIVDOT elaborou vários projetos de arquitetura, implementou a Agenda 21 Gardunha e concentrou toda a informação no Sistema de Informação Geográfica (SIG). Elaborou candidaturas ao Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)<sup>8</sup> e ao Quadro de Referência

---

<sup>8</sup> O Quadro Comunitário de Apoio para Portugal para o período 2000-2006 (QCA III) permitiu aplicar, em concreto, as propostas da Comissão acolhidas pelo Conselho Europeu de Berlim (1999) e desenvolvidas nos diversos instrumentos legislativos adotados no seguimento da aprovação da “Agenda 2000: Por uma União mais forte e mais ampla”. (AD&C, s/d)

Estratégica Nacional (QREN)<sup>9</sup>, nomeadamente no que diz respeito ao Programa Operacional da Região Centro – Parecerias para Regeneração Urbana – POLIS 21 que foi aprovado. (Cunha, 2023, p. 6) A proposta da autarquia contemplou a recuperação do centro histórico e a construção de duas variantes rodoviárias à cidade do Fundão, uma a sul com ligação à autoestrada A23 e uma variante paralela à linha ferroviária. (Agência Lusa, 2007)

Como elemento da direção da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, a arquiteta assumiu também a coordenação técnica da elaboração de candidaturas ao Programa de Valorização Económica aos Recursos Endógenos (PROVEVE), em parceria com o ICNB – “*BuY Nature*”, focado no turismo sustentável em áreas classificadas. (Cunha, 2023, p. 6) Os PROVEVE pretendem incentivar “a competitividade dos territórios de baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos”. Estes programas de ação aplicam-se genericamente aos territórios fora dos centros urbanos. São um instrumento no contexto do QREN e de extrema relevância para a estratégia de desenvolvimento do território abrangido, a Região Centro. (PROVEVE, s/d)

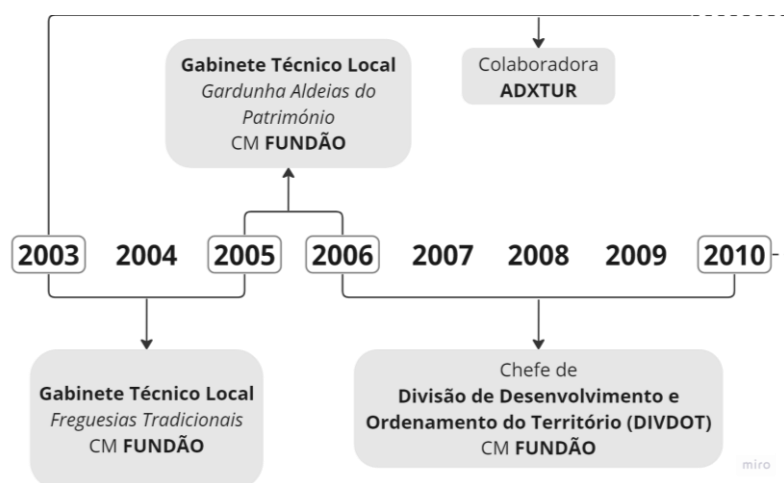


Fig. 42 - Síntese da cronologia profissional da arquiteta Ana Cunha entre os anos 2003 e 2010 no Fundão.

<sup>9</sup> O QREN constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal para o período 2007-2013. (AD&C, s/d)

Uma nova reestruturação do organigrama do Município do Fundão levou à alteração da Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do Território (DIVDOT) para Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida (DOPQV), absorvendo competências da área do Ambiente. Deste modo, a arquiteta Ana Cunha desempenha funções de dirigente na DOPQV desde o ano de 2011. (Cunha, 2023, p. 7; Neto, 2023)

A divisão que chefia apresenta um amplo e pluridisciplinar campo de atuação na área de projeto e ordenamento, encontrando-se as várias missões associadas àquele serviço definidas no artigo 34.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município do Fundão – Aviso n.º 17425/2022. (Reg. de Org. Serviços Municipais | Município do Fundão, 2022)

As principais atribuições da divisão passam pelo planeamento e ordenamento do território em coordenação com outros serviços do Município, como a Divisão de Gestão Urbanística (DGU) e o serviço de Agricultura, Florestas e Ordenamento do Território. A divisão promove e executa estudos, projetos de arquitetura e especialidades para o concelho e presta o apoio técnico a candidaturas. Uma das principais atribuições da DOPQV é promover e acompanhar os processos de reabilitação urbana, comercial e habitacional e assegurar a requalificação dos espaços públicos sempre numa perspetiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas, no que concerne à utilização dos espaços e ao ambiente. (Reg. de Org. Serviços Municipais | Município do Fundão, 2022)

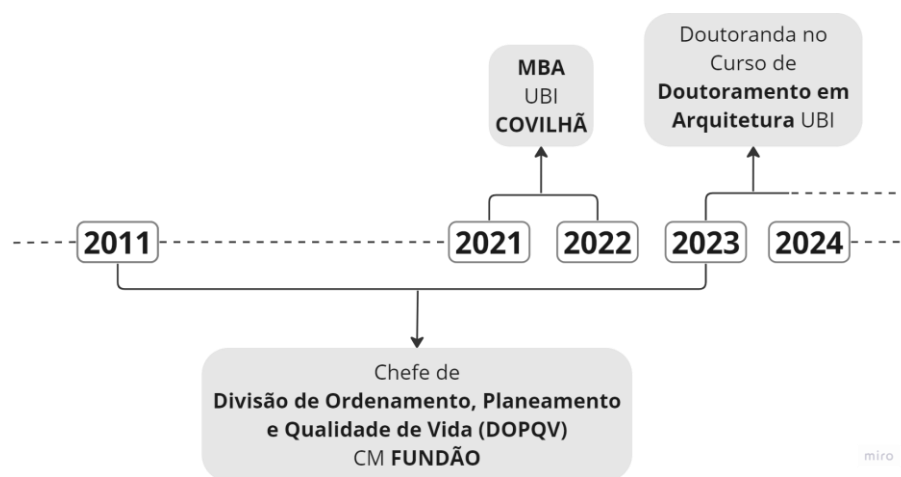


Fig. 43 - Síntese da cronologia profissional da arquiteta Ana Cunha entre os anos 2011 ao momento atual.

A arquiteta Ana Cunha lidera uma equipa pluridisciplinar constituída por 18 técnicos de diferentes áreas como a arquitetura, a engenharia civil, a topografia, o ambiente e a sociologia. São várias as frentes e vertentes em que a sua divisão trabalha. Atualmente a

DOPQV integra vários gabinetes: Freguesias, Zona Antiga, Ambiente e Floresta, *Agenda 21*, Topografia, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Fiscalização. (Cunha, 2023, p. 7)



Fig. 44 – A arquiteta Ana Cunha numa visita à obra do Cine-Teatro Gardunha, 2023. Fundão. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

Após a nova designação, em 2011, a DOPQV continuou a concentrar a elaboração de candidaturas ao III QCA e ao QREN. A arquiteta elaborou e coordenou, neste último quadro de apoio, a candidatura e a aprovação da Área de Reabilitação Urbana<sup>10</sup> (ARU) e implementou o Fundo Zona Antiga (FZA), um fundo municipal de apoio e incentivo à reabilitação urbana promovendo a Operação de Reabilitação Urbana<sup>11</sup> (ORU). (Cunha, 2023, p. 7)

A arquiteta foi responsável pela elaboração das candidaturas para a constituição de áreas de reabilitação urbana em todas as freguesias do concelho do Fundão. De acordo com o Portal da Habitação, o Município do Fundão tem 56 áreas de reabilitação urbana aprovadas. Elaborou também a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática

---

<sup>10</sup> Ver definição de ARU na alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual versão (DL n.º 10/2024, de 08/01).

<sup>11</sup> Ver definição de ORU na alínea h) do artigo 2.º do DL 307/2009, de 23/10, na sua atual versão (DL n.º 10/2024, de 08/01).

para a zona antiga do Fundão, Janeiro de Cima, Barroca, Alpedrinha, Castelo Novo e Alcaide. (Cunha, 2023, pp. 7–8)

Ana Cunha coordenou também a candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que integrou estratégias de reabilitação urbana ao nível do edificado e do espaço público, com inclusão de um plano de mobilidade para a cidade do Fundão e das freguesias periurbanas. (Cunha, 2023, p. 7)



Fig. 45 e Fig. 46 – A arquiteta Ana Cunha (de vermelho) na apresentação de projetos para as Termas da Touca em Alpedrinha em parceria com a UBI, 2013, Alpedrinha. (Arquivo pessoal de Ana Cunha)

A DOPQV tem uma vertente sociológica e ambiental através do desenvolvimento de estudos de carácter ambiental, social e urbanístico, inerentes ao desenvolvimento de candidaturas e de intervenções. (Reg. de Org. Serviços Municipais | Município do Fundão, 2022) Na vertente da DOPQV associada à área do ambiente, a arquiteta juntamente com a sua equipa, elaborou a candidatura da Serra da Gardunha a Paisagem Protegida Regional<sup>12</sup> e coordenou a aprovação do projeto. Como membro do Conselho Diretivo da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 é responsável pela implementação do plano de gestão da Serra da Gardunha. (Cunha, 2023, p. 7) Esta agência visa promover o desenvolvimento territorial e cultural da região do concelho do Fundão através da realização e implementação de projetos de inovação. (*Gardunha 21*, s/d)

---

<sup>12</sup> A Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha foi criada em 16 de maio de 2014.

Um dos projetos promovidos pela Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 é o projeto autossustentável *Gado Sapador* que tem como objetivo “defender e fomentar a vigilância da floresta contra incêndios no baldio da Freguesia de Souto da Casa” através do pastoreio de rebanhos de ovelhas e cabras, permitindo simultaneamente a valorização económica desta prática ancestral através da comercialização de produtos como o leite, o queijo e a carne. O projeto Gado Sapador foi vencedor da edição 2018 do prémio AGIR [Fig.s 47 e 48] atribuído pelas Redes Energéticas Nacionais (REN). (*Gado Sapador*, 2021) A atribuição deste prémio tem como objetivo “incentivar o apoio a iniciativas que deem resposta a problemas sociais”. No ano 2018, na sua 5.<sup>a</sup> edição, esta iniciativa da REN teve como tema a preservação do património natural. (*Prémio AGIR*, 2021)



Fig. 47 - Ana Cunha na cerimónia de entrega do Prémio AGIR das Redes Energéticas Nacionais (REN) ao projeto vencedor da edição de 2018, “Gado Sapador”, da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 do Fundão, 2018, Fundão. (Arquivo pessoal de Ana Cunha) Fig. 48 – Frame de vídeo sobre o projeto “Gado Sapador” (REN Vídeos, 2021)

Desde 2013 que Ana Cunha é responsável pela submissão da candidatura do Municípios do Fundão ao Programa ECOXXI, que distingue os Municípios portugueses com a atribuição da Bandeira Verde. (Cunha, 2023, p. 8) O Programa coordenado pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE) procura distinguir, reconhecer e valorizar as práticas da sustentabilidade dos municípios e freguesias portuguesas. (*ECO XXI*, s/d)

Atualmente, a arquiteta também coordena as equipas externas que se encontram a desenvolver o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) para o concelho do Fundão e para a Aldeia Histórica de Castelo Novo. (Cunha, 2023, p. 8) O Plano “tem como missão contribuir para a concretização de medidas que visam uma progressiva diminuição da intensidade energética e carbónica da Rede de Aldeias Históricas de Portugal”. (*Ata n.º 4/2022*, 2022)

No âmbito da habitação, a arquiteta coordenou a equipa externa que desenvolveu a Estratégia Local de Habitação (ELH) do concelho do Fundão, um instrumento estruturante que definiu a estratégia de intervenção do Município “em matéria de política da habitação”. A ELH é um documento abrangente que teve como base na sua elaboração o diagnóstico das fragilidades e carências ao acesso à habitação”. Neste documento são especificados os objetivos a cumprir, as soluções habitacionais a desenvolver e identificadas as prioridades. (Cunha, 2023, p. 8; *Estratégias Locais de Habitação*, s/d) Ana Cunha encontra-se atualmente a coordenar a equipa que está a desenvolver a Carta Municipal de Habitação (CMH)<sup>13</sup>, o “instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação”.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na componente da habitação, a arquiteta assume a coordenação das candidaturas ao Programa de Apoio ao acesso à habitação - 1º Direito<sup>14</sup> - e à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT). (Cunha, 2023, p. 8)

Em janeiro de 2024, a Câmara Municipal do Fundão estabeleceu uma parceria com a Universidade da Beira Interior (UBI) e a Universidade do Porto (UP) para o desenvolvimento de ações no âmbito da BNAUT, nomeadamente a prestação de apoio por parte das duas instituições de ensino superior, na execução das candidaturas ao programa. Trata-se de uma cooperação entre entidades públicas que procura contribuir para uma maior coesão territorial. (Medeiros, 2024) Ana Cunha faz parte da equipa que coordena os trabalhos e que integra alunos finalistas dos cursos de arquitetura, no sentido de providenciar uma resposta eficaz e de qualidade aos futuros agregados que beneficiarão do BNAUT. (*DECA-UBI colabora com CMF*, 2024)

Em paralelo ao seu trabalho desenvolvido no Município do Fundão, no ano 2019 a arquiteta realizou o *Master In Business Administration* na Universidade da Beira Interior (MBA-UBI) e desde 2023 é doutoranda do Curso de Doutoramento em Arquitetura na UBI. (Cunha, 2023, p. 3)

---

<sup>13</sup> LBH - Artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação

<sup>14</sup> DL n.º 37/2018, de 4 de junho na sua atual redação (DL n.º 38/2023)

A arquiteta desenvolveu, desde a conclusão da sua formação superior, projetos de arquitetura enquanto profissional liberal. O projeto arquitetónico mais recente, que traduz a sua linha arquitetónica, nomeadamente o seu gosto pela reabilitação é o da sua habitação própria, localizada na aldeia histórica de Castelo Novo, no concelho do Fundão [Fig. 49]. O projeto data de 2019 e a obra foi executada entre os anos 2021 e 2023. O projeto designado *Casa da Ana*, é “uma reabilitação de casa de pedra”, o “exemplo de boas práticas na reabilitação” entre o “contemporâneo e a valorização do tradicional”. (*Casa da Ana*, 2023)



Fig. 49 – Conjuntos de imagens da *Casa da Ana*, projeto da autoria da arquiteta Ana Cunha. Fotografias de Susana Pereira. (*Casa da Ana*, 2023)

No trabalho que desenvolve atualmente na DOPQV, com um ambiente similar ao de um *atelier*, a arquiteta Ana Cunha lidera a equipa que desenvolve os projetos da autarquia nas mais variadas frentes. A arquiteta considera que existe uma continuidade do trabalho anteriormente desenvolvido nos GTLs. Desde sempre desempenhou as suas funções de liderança de forma muito ativa. Numa fase inicial, no papel de mulher e sem ser a mais velha da sua equipa, sentiu ter sido um pouco mais difícil, mas o seu dinamismo, a sua experiência profissional, acabaram por “pontuar bastante” no seu reconhecimento profissional. (Neto, 2023) Define a sua equipa pluridisciplinar, que já a acompanha na sua maioria há vários anos, como uma equipa coesa. Os desafios são

constantes e o facto de se conhecerem bem e se respeitarem nas diferenças, aliado ao facto de trabalharem bem em conjunto permitem que a equipa funcione bem. (Neto, 2023)

A arquiteta encontra na reabilitação de edifícios um fascínio singular, mas não deixa de ser adepta de novos desafios, das novas metodologias, da constante evolução do conhecimento e de alargar horizontes. Afirma procurar constantemente evoluir e estimular os seus colaboradores a trabalhar no mesmo sentido. (Neto, 2023) Considera que um projeto é bem-sucedido quando cumpre na íntegra a sua função e satisfaz os seus utilizadores e promotores. Refere igualmente que o projeto tem de contribuir “para a melhoria do espaço urbano e da qualidade de vida de quem usufrui”. (Cunha, 2024, p. 10)

Ana Cunha [Fig. 50] sente que a arquitetura é uma profissão que a acrescenta todos os dias, que a faz evoluir e que a desafia de forma constante. Divide o tempo útil dos seus dias entre o trabalho e a sua família passando mais tempo com os seus colegas de trabalho, pelo que considera que ter qualidade de vida no trabalho é sinónimo de qualidade de vida no global. A sua área de atuação é muito diversificada. No seu “atelier” sente-se realizada. (Neto, 2023) A arquiteta considera um privilégio a possibilidade de todos os dias participar na construção da cidade. No seu papel de arquiteta autocaracteriza-se como “dedicada, empenhada e sensível, atenta e disponível para aprender e reconhecer o que é preciso melhorar e evoluir”. (Cunha, 2024, p. 12)



Fig. 50 – A arquiteta Ana Cunha durante uma entrevista exploratória para a realização do presente trabalho, setembro de 2023, Fundão. (Ana Neto, 2023)



No universo das centenas de projetos<sup>15</sup> desenvolvidos em conjunto com a sua equipa, a arquiteta afirma que quando vê a obra concretizada sente um orgulho imenso, por ela e por todos os envolvidos. Como refere, cada obra é um objetivo concretizado. (Neto, 2023)

Durante as entrevistas falou com paixão dos seus trabalhos, dos projetos, das obras e do impacto que considera que elas representam na vida das pessoas. Ana Cunha acredita que a sua profissão de arquiteta tem o poder de transformar aldeias, de fazê-las renascer, bem como às suas gentes. Valoriza a tradição e a simplicidade e existe em si um gosto particular pelos sítios, pelos lugares e pelas gentes e pelas suas histórias dando muito valor à reabilitação, à conservação e ao património arquitetónico existente. Afirma, de igual modo, lutar diariamente por um urbanismo e planeamento de qualidade e pela defesa e promoção da arquitetura.

Das muitas obras que projetou, sentiu dificuldade em escolher apenas três ou quatro que a tenham marcado, mas refere um projeto que destacou sem qualquer dúvida: a **Casa das Tecedeiras** na aldeia de Janeiro de Cima que foi o primeiro projeto que a arquiteta concretizou em obra no concelho do Fundão. (Neto, 2023)

O projeto da Casa das Tecedeiras nasceu dentro do Plano de Aldeia de Janeiro de Cima no ano de 2003 e contemplou a reabilitação de uma edificação devoluta, inserida no núcleo primitivo da aldeia. Janeiro de Cima é uma das 27 aldeias de Portugal que integra a rede de Aldeias do Xisto. Esta aldeia pertencente à união de freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo, localiza-se na margem esquerda do rio Zêzere [Fig. 52], numa área quase plana, envolta de terrenos de carácter agrícola. O núcleo da aldeia é caracterizado pelas suas ruas sinuosas e com as casas de fachada em xisto, “ponteadas por seixos redondos e brancos”. (*Aldeias do Xisto*, s/d)

---

<sup>15</sup> A listagem completa dos projetos e obras concretizados pela arquiteta Ana Cunha no concelho do Fundão consta no apêndice desta dissertação.



Fig. 52 – Localização da Casa das Tecedeiras na Aldeia de Janeiro de Cima, Município do Fundão. (Google Earth, 2019).

Em Janeiro de Cima existe a tradição da tecelagem com o tear e a Casa das Tecedeiras [Fig. 53] caracteriza-se como sendo “um espaço onde se reinventa a tradição do linho”. (*Aldeias do Xisto | Casa das Tecedeiras, s/d*) Esta edificação de gaveto, com uma localização estratégica no núcleo primitivo da aldeia, foi reabilitada no ano 2005.

Identificada como um edifício público com um cariz de atelier museológico, é no atelier do piso superior da casa, que as tecedeiras que são todas habitantes locais, se reúnem nos seus teares e produzem os seus artigos, que são depois expostos e colocados à venda na loja existente no piso do rés-do-chão [Fig. 54]. (*Aldeias do Xisto | Casa das Tecedeiras, s/d*)



Fig. 53 – (Esq.) Tear de rua; (Dir.) Casa das Tecedeiras na Aldeia do Xisto de Janeiro de Cima, Fundão, Castelo Branco. (NM, 2014)

A casa, originalmente um edifício habitacional, apresenta três fachadas voltadas para os arruamentos e uma quarta fachada que abre para um pátio interior com um caráter semipúblico. A sua recuperação e adaptação à nova funcionalidade passou pela busca “de repor dentro do possível e razoável, a originalidade da conceção do imóvel” (Cunha, 2003a, p. 3). No seu interior foi criada uma estrutura porticada de betão permitindo uma nova configuração interior, ampla e funcional. A madeira é um dos elementos sempre presente na estrutura da cobertura e no pavimento, numa procura de recuperar e respeitar este material existente. (Cunha, 2003a, pp. 1–3)



Fig. 54 – Interior da Casa das Tecedeiras. A - Espaço expositivo e de venda no piso do rés-do-chão; B - Zona de acesso à escadaria interior com pormenor da estrutura da cobertura em madeira; C - A arquiteta Ana Cunha com uma das tecedeiras residente na aldeia. (Ana Neto, julho 2023)

A Casa das Tecedeiras é o símbolo que marca a viragem na recuperação global da aldeia. Em Janeiro de Cima as edificações localizadas no núcleo da aldeia foram construídas pelas suas gentes, com xisto e pedra rolada do rio, mas a passagem do tempo e a falta de manutenção acabou por levar à degradação das fachadas fazendo com que a sua população acabasse por desvalorizar o património arquitetónico construído daquela aldeia. (Cunha, 2003a, pp. 1–3) A recuperação da Casa das Tecedeiras veio mudar este paradigma. Durante a entrevista a arquiteta descreveu a emoção dos habitantes de Janeiro de Cima quando viram a obra concluída e a influência que a reabilitação daquele edifício teve no processo que se seguiu de recuperação das casas dos moradores da aldeia [Fig. 55]. A Casa das Tecedeiras é considerada um marco naquela povoação. (Neto, 2023)



Fig. 55 - Conjunto de imagens das habitações no núcleo da aldeia de Janeiro de Cima. (Ana Neto, julho 2023)

O plano de aldeia de Janeiro de Cima contemplou a reabilitação de três edificações estratégicas por parte do Município do Fundão: A Casa das Tecedeiras, o restaurante tradicional *Fiado* e a Casa da Pedra Rolada, um empreendimento de turismo no espaço rural. Os três edifícios, com funcionalidades distintas, tornam-se estratégicos e complementares. Curiosamente, a união geométrica da localização individual das construções forma um triângulo, com o núcleo primitivo da aldeia no seu interior [Fig. 56] (Neto, 2023).



Fig. 56 - Vista aérea do núcleo da aldeia de Janeiro de Cima. A - Casa das Tecedeiras; B - Restaurante Fiado; C - Casa da Pedra Rolada (Google Earth, 2019).

O edifício que hoje recebe o **restaurante Fiado**, intervencionado no ano de 2006, era igualmente uma antiga habitação unifamiliar, propriedade da CMF e localizada no núcleo da aldeia. Tratava-se de um imóvel devoluto, “um exemplo típico de uma casa com características rurais, de sobrado nos pisos superiores e loja e curral no piso térreo, na semi-cave”, com características da arquitetura popular e de estrutura autoportante em alvenaria de xisto. O edifício distinguia-se dos demais da envolvente pela imagem da sua fachada principal e pelas características arquitetónicas, nomeadamente o reboco e as molduras nos vãos [Fig.s 57 e 58]. (Cunha, 2003e, p. 1)



Fig. 57 - Fachada principal do edifício que recebeu o restaurante tradicional *Fiado*, 2003; Fig. 58 – Aspeto do alçado posterior antes da intervenção, 2003. (Cunha, 2017)

A filosofia inerente à intervenção neste imóvel teve por base o respeito pela fachada principal, o único elemento que se manteve [Fig. 59]. Houve então a “necessidade de o destacar, não tocar, criando na zona da entrada um pé direito duplo, afastando cerca de 1.40 m a laje do piso do primeiro andar. A definição do programa respeitou a volumetria original do edifício mantendo-se o entre piso original”. Neste espaço foi aberto “um grande vidro” que funciona “como uma janela de paisagem”. As salas de refeições encontram-se nos pisos térreo e superior. “Com a criação de um pé direito duplo no piso da entrada, com o entrepiso que mediana as salas de refeição, são espaços diferentes, em níveis diferentes, mas que dialogam entre si”. (Cunha, 2003e, p. 3)

O alçado posterior apresenta uma imagem contemporânea que se integra harmoniosamente na envolvente edificada [Fig. 60].



Fig. 59 - Alçado principal do edifício do restaurante *Fiado* na aldeia do xisto de Janeiro de Cima; Fig. 60 – Alçado posterior do restaurante enquadrado com a moradia unifamiliar contígua cujo projeto de arquitetura é da autoria da arquiteta Ana Cunha (Ana Neto, julho 2023)

A trilogia na aldeia de Janeiro de Cima fica completa com a **Casa da Pedra Rolada**. Também era um antigo edifício habitacional, em avançado estado de degradação, que foi recuperado e adaptado a uma nova funcionalidade: empreendimento de turismo no espaço rural na modalidade de casa de campo. Mais uma vez, tratava-se de um imóvel com características da arquitetura popular, de imagem simples e vernacular, de estrutura autoportante em alvenaria de xisto. A edificação composta por três pisos, era também um exemplo típico de uma casa rural de sobrado nos pisos superiores e lojas e currais no piso térreo [Fig. 61]. (Cunha, 2003d, p. 1)



Fig. 61 – Fachada principal da edificação que deu origem à Casa da Pedra Rolada. (Cunha, 2017)

O projeto visou a manutenção das suas características, a tipicidade e a originalidade, e procurou na adaptação do edifício à nova funcionalidade, o aumento dos níveis de conforto, mas mantendo a forma e a materialidade. O avançado estado de degradação de estruturas de madeira do soalho e das paredes interiores em tabique, tornou inviável a sua recuperação. A necessidade de demolição tornou “possível uma nova organização espacial, necessária à implantação do programa pretendido”. (Cunha, 2003b, p. 2) Desta forma o projeto contemplou a introdução de uma estrutura interior em betão armado, uma solução que resolveu problemas de estabilidade existentes em algumas paredes de alvenaria e melhorou os “níveis de segurança contra incêndios e os níveis de conforto quer acústico quer de comportamento térmico do edifício”. (Cunha, 2003b, p. 2) O interior e o exterior complementam-se na sua imagem de tradição e contemporaneidade [Fig.s 62 e 63].



Fig. 62 – Fachada principal da Casa da Pedra Rolada (turismo no espaço rural). (Ana Neto, agosto 2024)

Nos seus projetos, desde o início, Ana Cunha refere ter uma preocupação com a luz, seja a luz natural ou a iluminação interior dos espaços. Também neste projeto se percebe ter havido um especial cuidado com a iluminação dos espaços. (Neto, 2023)



Fig. 63 – Conjunto de fotografias no interior da Casa da Pedra Rolada - piso térreo e pormenores da escadaria interior, acabamentos, cobertura e iluminação. (Casa da Pedra Rolada, s/d)



Fig. 64 - Localização da Casa Corte Real na aldeia de Alcaide, Município do Fundão. (Google Earth, 2022)

Também com o mesmo conceito de “repor dentro do possível e razoável, a originalidade da conceção do imóvel”, surgiu o projeto da **Casa Cunha Leal**. Localizada na aldeia de Alcaide, próxima da cidade do Fundão, esta casa foi doada ao município pelo seu antigo proprietário e benemérito da aldeia, o Eng.º Cunhal Leal. A sua localização estratégica [Fig. 64] permitiu a sua “adaptação a um restaurante tradicional com o objetivo de dinamizar a aldeia”. (Cunha, 2003b, p. 1)

O antigo imóvel, com características da “arquitetura erudita e popular”, apesar do seu avançado estado de degradação, conservava vários elementos interessantes da construção original, nomeadamente as “típicas molduras em pedra de granito e os vãos com um desenho de caixilharia muito peculiar, em madeira” [Fig.s 65 e 66]. (Cunha, 2003b, p. 1)



Fig. 65 - Fotografia da fachada principal do imóvel antes da intervenção. Fig. 66 – Alçado lateral direito. (Cunha, 2017)

O projeto foi elaborado com base no levantamento exterior do edifício, em resultado do avançado estado de degradação do seu interior. Contudo, quando foram iniciados os trabalhos, a arquiteta teve acesso ao seu interior e refere ter alterado “completamente o projeto”, privilegiando mais uma vez a recuperação dos materiais existentes e empregando as técnicas tradicionais de construção. [Fig.s 67, 68 e 69] (Neto, 2023)



Fig. 67 - Fachada principal da Casa Cunha Leal, Rua Eng.º Cunha Leal. Alcaide; Fig. 68 – Alçado lateral direito na atualidade. (Ana Neto, setembro 2023)



Fig. 69 - Interior do restaurante Casa Cunha Leal. (Troncão, 2024)

Pela mesma altura, em 2003, a arquiteta recebeu como missão recuperar uma capela integrada num antigo solar localizado na aldeia de Vila Nova do Cabo [Fig. 70], pertença e sede da junta de freguesia, e adaptar o espaço à funcionalidade museológica. Surge assim a **Casa de Música**. (Cunha, 2003c, p. 4)



Fig. 70 - Localização da Casa da Música em Aldeia Nova do Cabo no Município do Fundão (Google Earth, 2022)

A Casa da Música é um projeto que marca a história, as gentes e as tradições da aldeia [Fig. 71]. Com tradição na área da música, na Aldeia Nova do Cabo existia um grupo de músicos, a Banda Filarmónica de Santa Cruz, que detinha um vasto património no que dizia respeito a instrumentos musicais e a imagem do Santo da Música. (Cunha, 2003c, p. 4)

A partir do espólio que existia, a junta de freguesia encontrou naquele espaço, que já não era utilizado como local de culto e se encontrava devoluto, o local ideal para expor e guardar a coleção de instrumentos. O edifício, de arquitetura erudita e com interesse histórico e arquitetónico, era nobre e reunia as características necessárias para a adaptação à nova funcionalidade sem alterar o existente. O projeto considerou a recuperação do imóvel e introdução dos equipamentos necessários, pelo que a intervenção de maior relevo acabou por ser no interior com a recuperação da guarda do coro [Fig. 72] e do altar, um “elemento simbólico da antiga função deste espaço” e que simultaneamente acolheu o Santo da Música. (Cunha, 2003c, p. 4)

A Casa da Música foi inaugurada a 13 de setembro de 2009. A visita a este espaço permite conhecer o espólio de instrumentos musicais assim como o historial e fotografias dos regentes que passaram pela Banda, em paralelo com a visita ao edifício recuperado.



Fig. 71 - Fachada Principal do edifício que alberga a Casa da Música em Aldeia Nova do Cabo. Fig. 72 - Interior da Casa da Música. Pormenor do mezanino para exposição dos instrumentos musicais. (Cunha, 2017)

Os cinco projetos apresentados, a **Casa das Tecedeiras**, Restaurante **O Fiado**, a **Casa da Pedra Rolada**, o restaurante **Cunha Leal** e a **Casa da Música** fazem parte do conjunto de projetos elaborados pela arquiteta Ana Cunha, no âmbito do GTL *Freguesias Tradicionais* da Câmara Municipal do Fundão e são igualmente alguns dos seus primeiros projetos e obras no Município do Fundão.

Anos mais tarde, em 2016, a Câmara Municipal do Fundão, com o objetivo de criar um espaço de atividades associadas à preservação e valorização da cereja, um ícone identitário do concelho, decidiu intervir na escola primária da aldeia de Alcongosta e ali criar a **Casa da Cereja**. Este projeto foi desenvolvido pela arquiteta na Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida (DOPQV).

A aldeia de Alcongosta [Fig. 73], localizada a sul da cidade de Fundão, em pleno coração da Serra da Gardunha, tem na sua génese a cereja e “uma grande representatividade quer ao nível de pomares de cerejas, quer nas infraestruturas do campo experimental da cereja”. A Casa da Cereja é um equipamento cuja principal função passa pela “divulgação e promoção” da cereja enquanto produto regional, de forma “científica, cultural e apelando às tradições a que a ela estão diretamente ligados”. (Cunha & Duarte, 2016, p. 8)



Fig. 73 - Localização da Casa da Cereja na aldeia de Alcongosta, no Município do Fundão. (Google Earth, 2022)

A intervenção no imóvel de dois pisos, inserido na malha urbana da aldeia, foi essencialmente de restauro e conservação havendo lugar à remoção de vários elementos dissonantes resultantes de intervenções pontuais anteriores e elementos degradados. O projeto contemplou a sua reformulação espacial e a integração de mobiliário e equipamentos novos e houve sempre uma procura de não descaracterizar o imóvel. (Cunha & Duarte, 2016, p. 11) A Casa da Cereja assume-se como um espaço museológico de partilha, aprendizagem, experiência e descoberta [Fig. 74]. A sua organização interior leva os visitantes a fazer um percurso pensado para descobrirem e conhecerem a história da cereja do Fundão e da Serra da Gardunha. (*A Casa da Cereja*, s/d)



Fig. 74 – A Casa da Cereja em Alcongosta. (Ana Neto, setembro 2023)

A materialidade dos espaços, com especial enfoque para a utilização da madeira, procura criar a sensação, aos utilizadores do espaço, de que se encontram dentro de uma caixa de cerejas. Para a arquiteta Ana Cunha, tratou-se de um projeto muito especial, quer pelo simbolismo ao ícone e à marca que distingue o Fundão, a cereja, quer pela parceria com o arquiteto Pedro Novo, que trabalhou no desenvolvimento dos conteúdos. [Fig. 75] (Cunha, 2024, p. 13; Neto, 2023)



Fig. 75 - Conjunto de imagens do interior da Casa da Cereja. (Ana Neto, setembro 2023)

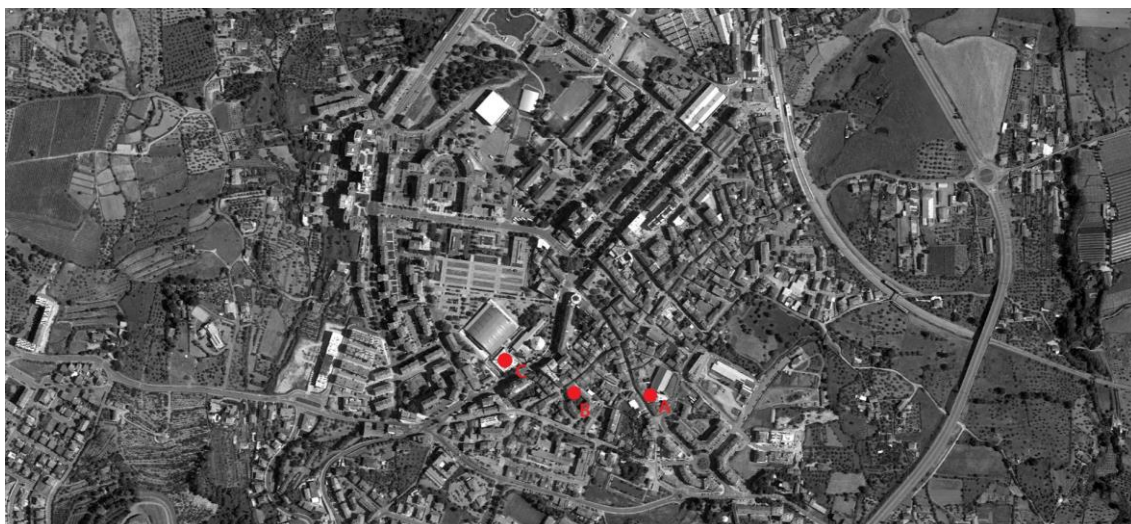


Fig. 76 - Vista aérea da cidade do Fundão com identificação dos três projetos escolhidos: A – Grémio (edifício multifamiliar); B – Colégio de Santo António (design factory); C – Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas - CAET. (Google Earth, 2022)

Os três últimos projetos escolhidos pela arquiteta Ana Cunha localizam-se no centro da cidade do Fundão [Fig. 76]. O percurso por estas obras inicia-se na Rua João Franco, com o projeto de um edifício multifamiliar. No centro da cidade, na “artéria principal do acesso sul ao centro da cidade”, existia um conjunto edificado inserido na malha urbana consolidada, de dimensões consideráveis, constituído dois imóveis e um anexo que se encontravam devolutos. (Cunha & Duarte, 2017, p. 7) Aquele conjunto edificado era conhecido como o **Grémio** [Fig. 77].

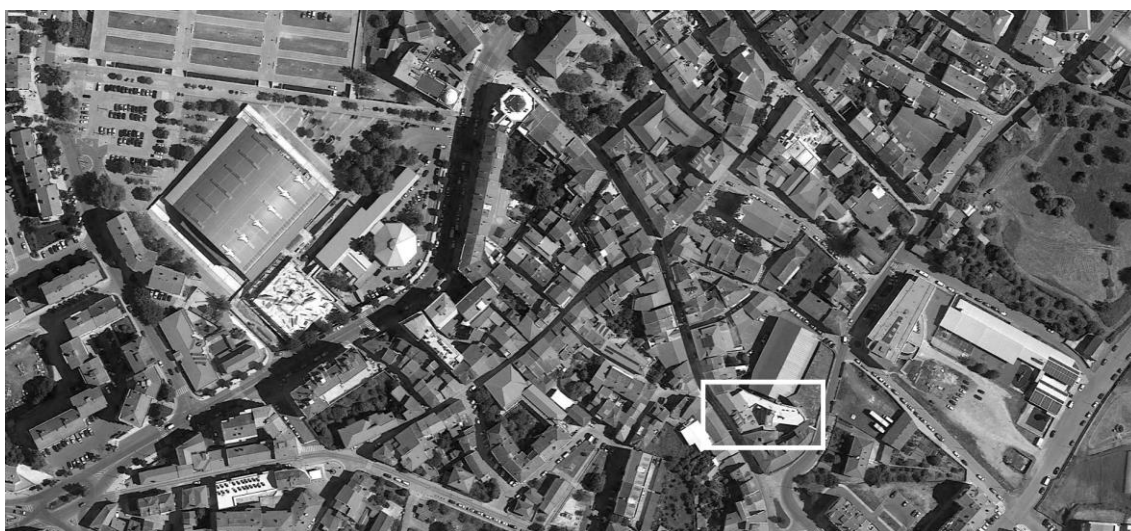


Fig. 77 - Localização do edifício Grémio na cidade do Fundão. (Google Earth, 2022)

Os dois edifícios principais confinantes com a via pública, encontravam-se unidos interiormente funcionando como um imóvel único, contudo as fachadas apresentavam características físicas distintas, o que permitia uma leitura que os diferenciava na época de construção [Fig. 78]. (Cunha & Duarte, 2017, p. 7)



Fig. 78 - Fachada principal do edifício Grémio na Rua João Franco, Fundão, situação anterior à intervenção. (Arquivo de Ana Cunha)

No âmbito da estratégia para o empreendedorismo do Município do Fundão, a autarquia sentiu necessidade de criar oferta habitacional de tipologias T0, T1 e T2 no centro da cidade. Assim, o projeto executado para este complexo contemplou a reabilitação e ampliação do conjunto e a sua adaptação à funcionalidade habitacional. (Cunha & Duarte, 2017, p. 7)

O conjunto edificado principal encontrava-se em mau estado de conservação e no que dizia respeito ao interior, destacava-se a degradação dos pavimentos, tetos e vãos. A estrutura principal encontrava-se “bastante fragilizada”. A proposta contemplou a demolição do interior do imóvel a ampliação do edifício anexo no tardoz, respeitando a “cércea e a volumetria dos edifícios preexistentes a reabilitar”. (Cunha & Duarte, 2017, p. 10) Face à exigência de programa e ao desenvolvimento do projeto enquanto edifício habitacional, a entrada principal é realizada com acesso direto através da Rua João Franco e, na ligação entre pisos, para além da colocação de elevador por questões de acessibilidade, houve um aproveitamento da escadaria em pedra, pré-existente. (Cunha & Duarte, 2017, p. 8)

Existe uma entrada lateral onde se acede à parte do edifício mais contemporânea e ao logradouro posterior que foi transformado num pátio interior, acolhedor, tendo em vista a sua fruição por parte dos futuros moradores. O programa dividiu-se pelas pré-existências identificadas como edifícios principais e pela ampliação executada no anexo, uma antiga oficina. Foram criados 19 apartamentos nas tipologias referidas [Fig.s 79, 80 e 81].

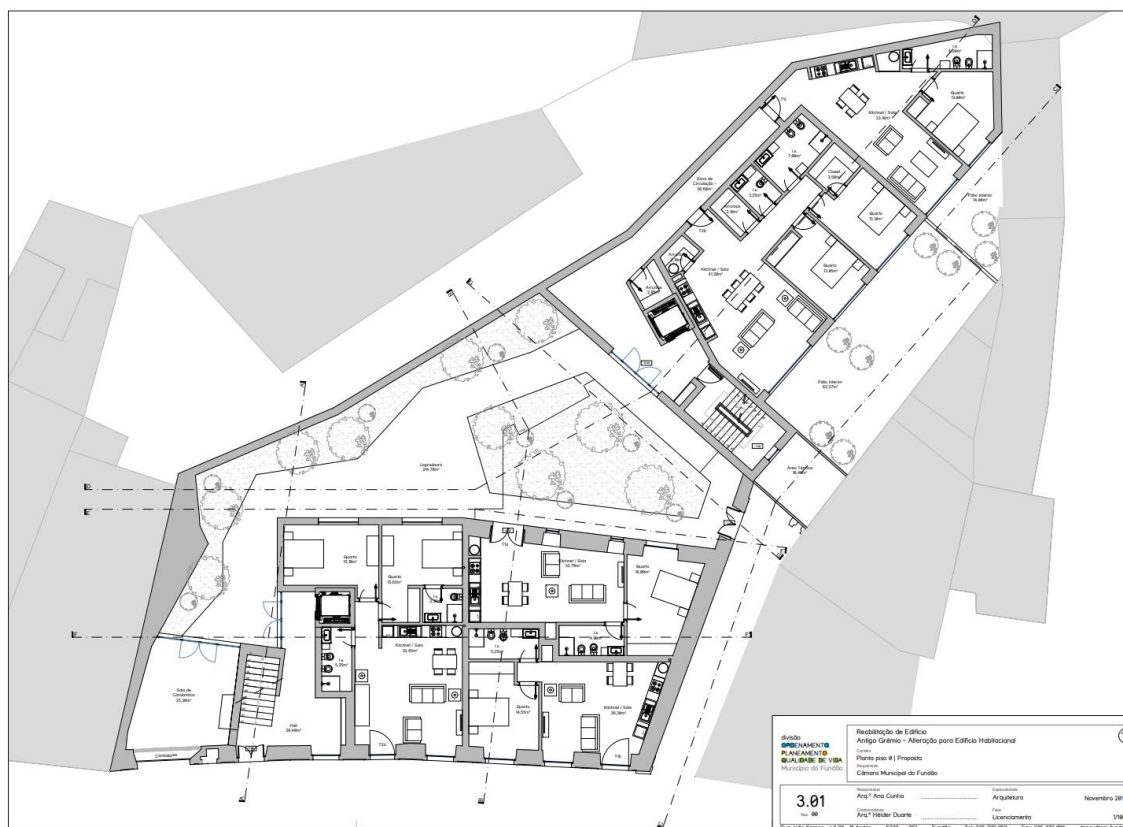


Fig. 79 - Planta do *Piso 0* do projeto de arquitetura da reabilitação do edifício do antigo Grémio e alteração para edifício multifamiliar - fase de licenciamento, 2017, Fundão. (Arquivo de Ana Cunha) <sup>16</sup>



Fig. 80 - Desenho da fachada principal na confrontação do edifício com a Rua João Franco, 2017, Fundão. (Arquivo de Ana Cunha)

<sup>16</sup> Nas peças desenhadas dos diferentes projetos de arquitetura, tratados neste capítulo, não é apresentada a escala gráfica. Face ao formato fornecido, tal como o uso indicativo, era complexa a sua colocação.



Fig. 81 – Imagem da fachada principal do edifício em julho de 2023 (em cima) e fotos de alguns acabamentos do interior do edifício. (Arquivo pessoal de Ana Cunha, 2023)

Também em 2017, e no âmbito da candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), sob a coordenação da arquiteta Ana Cunha, a DOPQV desenvolveu o projeto que contemplou as obras de alteração do Solar Vaz de Carvalho, o Antigo **Colégio de Santo António**, “com vista a reabilitar, regenerar e revitalizar o imóvel” sempre com a preocupação de conservar e recuperar os seus elementos constituintes. (Cunha et al., 2017, p. 11)

Trata-se de um edifício do século XVII, localizado na zona histórica da cidade do Fundão, mais concretamente na Rua Cale [Fig. 82]. Foi construído em 1735 pelo Desembargador do Paço, José Vaz de Carvalho. Entre 1858 e 1859 passou para a posse de Macedo Pereira Forjaz de Gusmão, que mandou picar as armas da família Vaz de Carvalho e construiu no seu interior uma capela. Já no século XX, no ano de 1935, passou a albergar o Colégio de Santo António. (Cunha et al., 2017, p. 11)

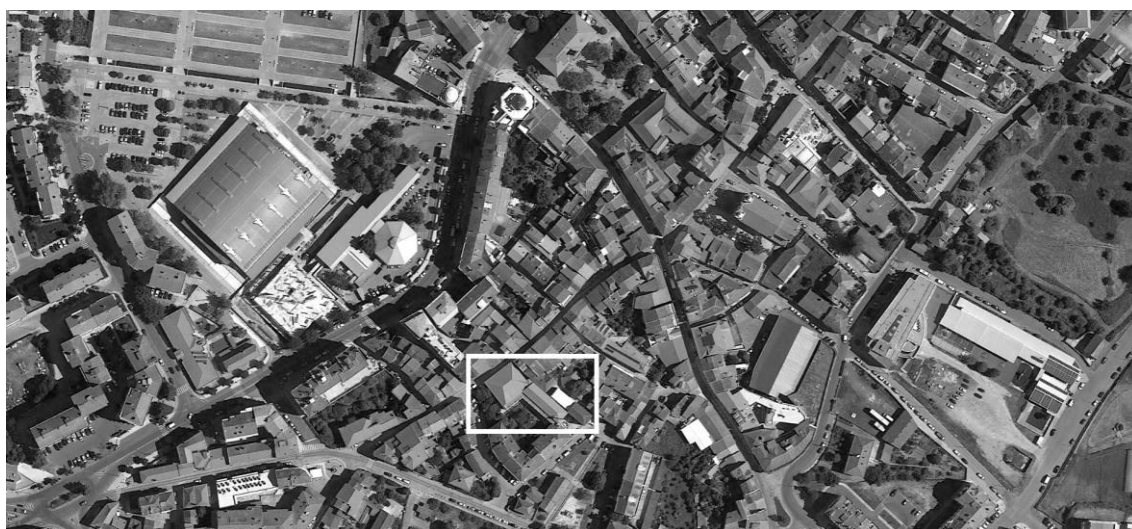


Fig. 82 - Localização do conjunto de edifícios que constituem o Colégio de Santo António na cidade do Fundão. (Google Earth, 2022)

A antiga casa nobre, um imóvel de arquitetura residencial desenvolvido em dois pisos acima da cota de soleira e “definidos por friso”, contemplava no piso térreo um espaço destinado a comércio e no piso superior uma habitação devoluta, situação que levou o imóvel a entrar num processo de degradação contínuo [Fig. 83]. (Cunha et al., 2017, p. 14)

O projeto foi pensado sempre com o pressuposto de valorização do património edificado, numa afirmação da identidade do edifício e da envolvente onde se insere. Em cada projeto de reabilitação existe sempre uma procura de conferir aos sítios qualidade

urbana e afirmação da identidade fazendo com que a diferenciação esteja na forma como se mantém os valores intrínsecos do património, uma herança. A reabilitação surge nas prioridades políticas da Câmara Municipal do Fundão que procura “melhorar e investir em arranjos de espaços sociais e motivar a recuperação dos centros urbanos potenciando o desenvolvimento socioeconómico da população e do território”. (Cunha et al., 2017, p. 11) Existe um evidente crescimento da importância atribuída à valorização patrimonial, procurando o Município manter em bom estado de conservação o edificado que integra o aglomerado urbano, numa procura do aumento da autoestima das populações e da melhoria da imagem do Centro Histórico do Fundão, que se encontra integrado na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Fundão. Pelo reconhecido valor arquitetónico, histórico e urbanístico aliados à escala e nobreza das fachadas e à riqueza dos seus pormenores interiores, o Município do Fundão pretende propor para classificação o imóvel do antigo Colégio de Santo António. (Cunha et al., 2017, p. 12)



Fig. 83 - Fachada principal do Colégio de Santo António na Rua da Cale, antes da intervenção. (Cunha et al., 2017, p. 48)

O projeto elaborado contemplou a reabilitação e refuncionalização do edifício no âmbito de um novo conceito - *Design Factory* – com o “sentido de criar um espaço de memória e partilha onde agentes com parcerias públicas/privadas, empresas, órgãos públicos, universidades, Fab Lab(s), freelancer(s), coworkers dinamizem uma nova cultura de aprendizagem e criem oportunidades de experimentação contínua”, permitindo interações casuais entre as diferentes partes interessadas e, atribuindo-lhe uma nova dinâmica e vivência através da instalação de serviços de proximidade à

população, tendo na sua essência uma base de co-criação”. (Cunha et al., 2017, p. 12)

O projeto procurou contribuir para a “promoção da regeneração de todo o tecido empresarial, para a reabilitação do espaço público envolvente e para o reforço do eixo mais importante da zona antiga da cidade, polo maior da memória do ponto de vista do comércio tradicional – a Rua da Cale”. Para a área de intervenção, constituída por um conjunto de edifícios, foram definidos três polígonos de intervenção [Fig. 84]. As ações propostas tiveram em consideração os diferentes estados de conservação dos edifícios. (Cunha et al., 2017, pp. 12–13)

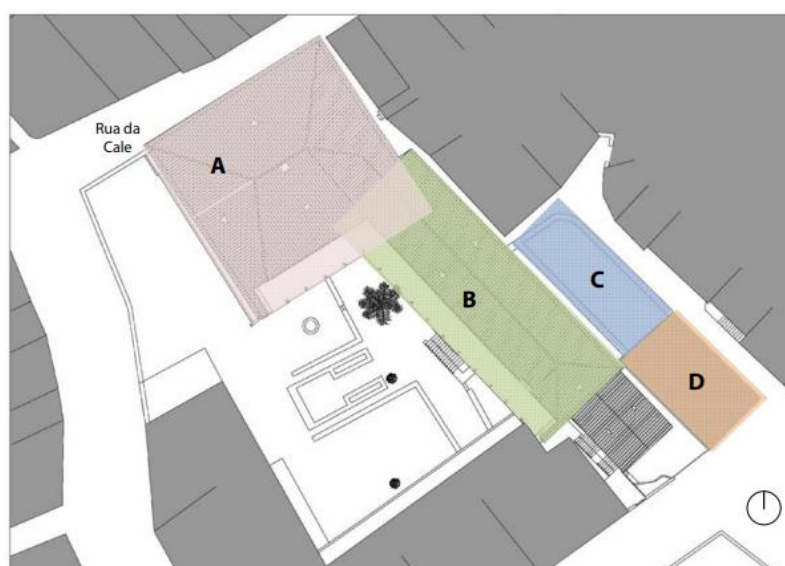


Fig. 84 - Polígonos da área de intervenção. (Cunha et al., 2017, p. 13)

Os polígonos designados A e B correspondiam ao solar. A intervenção neste conjunto implantado em “L” aberto que envolve um logradouro e é flanqueado a sul por um jardim, centrou-se essencialmente na conservação e reparação tanto ao nível interior como exterior dos edifícios, visando a regeneração e revitalização de todo o espaço. O projeto contemplou a reparação dos elementos com valor arquitetónico, originais da construção, como o restauro de tetos de caixotão, os elementos de madeira nas portas, rodapés e lambris e o emprego de técnicas e materiais tradicionais, obedecendo ao desenho original. (Cunha et al., 2017, pp. 12–14)

O polígono C correspondia a uma área em ruína que foi demolida e que deu lugar a um novo elemento contemporâneo com ligação interior ao solar e o polígono D diz respeito a uma área a intervencionar numa segunda fase. (Cunha et al., 2017, p. 12) O projeto teve sempre em consideração a compatibilidade entre o existente e o novo, privilegiando o uso de materiais originais e técnicas construtivas características daquele tipo de arquitetura, que ainda se mantém, considerando a durabilidade das soluções adotadas [Fig.s 86 e 87]. A durabilidade pretendida “é também evidenciada pela própria história do imóvel, em que diversos elementos e matérias originais, por vezes com centenas de anos, se mantêm em boas condições de utilização, sujeitos apenas a esporádicas operações de conservação.” (Cunha et al., 2017, p. 14)



Fig. 85 - Fachada principal do Colégio de Santo António na Rua da Cale na cidade do Fundão, após intervenção. (Ana Neto, agosto 2024)

A solução para este imóvel foi essencialmente de recuperação e conservação [Fig. 85], de caráter sustentável e que se prendeu com “duas questões fundamentais, mas ambíguas: a preservação e restauro da maioria dos elementos constituintes do imóvel versus a máxima eficiência expectável numa operação deste género”. Na refuncionalização do edifício procurou-se sempre que possível, respeitar a distribuição espacial original havendo, no entanto, a necessidade clara de se proceder à reformulação e redistribuição de alguns espaços e à implementação de novos. (Cunha et al., 2017, p. 27)

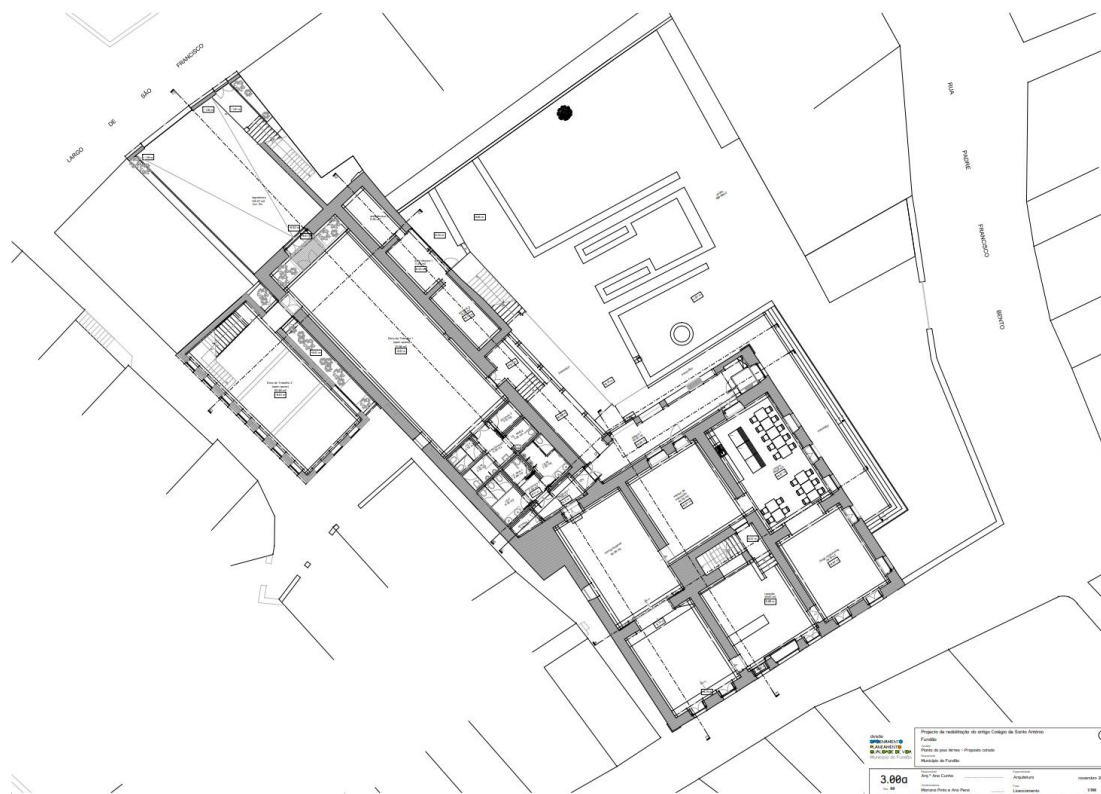


Fig. 86 - Planta do Piso 0 do projeto de arquitetura da obra de reabilitação do antigo Colégio de Santo António e adaptação a *Design Factory* – fase de licenciamento, 2017, Fundão. (Cunha et al., 2017)



Fig. 87 - Corte transversal do edifício – fase de licenciamento, 2017, Fundão. (Cunha et al., 2017)



Fig. 88 - Conjunto de imagens do exterior e interior do Colégio de Santo António – *Design Factory*. (Ana Neto, julho 2023)

O Município do Fundão apresenta como bandeira o emprego e a inovação e, nos últimos anos, tem-se afirmado social e economicamente através da instalação de várias empresas de índole tecnológica, que pelo seu *core business*, apresentam a cidade como “cidade de futuro e com futuro”. O crescimento e desenvolvimento destas empresas estabeleceu-se como um desafio para o Município na resposta ao desenvolvimento. Por isso, no ano de 2020, a DOPQV foi chamada a elaborar o projeto do **Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas (CAET)**. (Cunha et al., 2020, p. 9)

O local de implantação do edifício [Fig. 89] acaba por constituir uma charneira entre o pavilhão do *Centro de Negócios e Serviços Partilhados* onde se encontram instaladas empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o edifício da antiga Praça Municipal que atualmente se encontra integrado no *Living LAB Cova da Beira*, uma incubadora urbana polinucleada de empresas e negócio do município do Fundão como é o caso da incubadora “A Praça”, *Cowork Fundão* e *Fab Lab Aldeias do Xisto*. (Cunha et al., 2020, p. 9)

Inicialmente o local de implantação era uma área utilizada para estacionamento, mas com ocupação bastante reduzida e encontrava-se a uma cota muito inferior às ruas confinantes. (Cunha et al., 2020, p. 10)

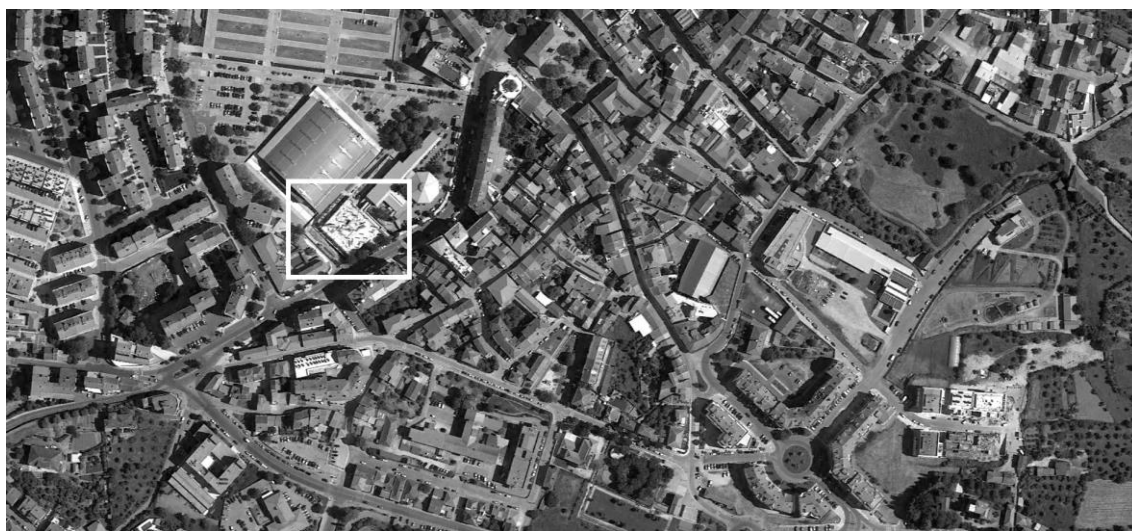


Fig. 89 - Localização do edifício do CAET na cidade do Fundão (Google Earth, 2022).

O objetivo principal do projeto foi dar continuidade à fixação de empresas possibilitando o crescimento alavancado em inovação. A envolvente já concentrava um polo ligado às novas tecnologias, mas a criação de um novo edifício que potenciase o crescimento da oferta de espaços para o acolhimento de novas empresas TIC era fundamental. O projeto foi desenvolvido no âmbito de uma candidatura de apoio à localização de empresas e teve como fio condutor a ideia do município centralizar no interior da cidade do Fundão um conjunto de empresas ligadas às novas TIC. Surge no âmbito da estratégia de captação de investimento do Município. (Cunha et al., 2020, pp. 9–10)

A implantação do edifício garante a mesma cota de acesso aos edifícios envolventes e no sentido de potenciar e afirmar o novo centro de empresas, foi criada uma ligação física entre os três edifícios. Com uma área de implantação de 1187,50 m<sup>2</sup> e uma área útil de aproximadamente 4900,00 m<sup>2</sup>, o edifício [Fig. 90] desenvolve-se num piso em cave e 4 pisos acima da cota de soleira com uma cobertura visitável que também é um espaço de contemplação da paisagem e de lazer onde existe uma pergola de sombreamento. (Cunha et al., 2020)



Fig. 90 – Fotografias do Centro de Acolhimentos de Empresas (CAET) no Fundão, em fase de acabamento. (Ana Neto, agosto 2024)

O edifício apresenta-se com linhas contemporâneas, com reentrâncias e saliências que permitiram a criação de uma galeria coberta ao nível do piso da entrada principal [Fig.s 91 e 92]. Na sua generalidade composto por espaços flexíveis. A compartimentação dos gabinetes trata-se de um misto de estruturas fixas com painéis móveis opacos. O exterior apresenta-se como um elemento puro onde sobressaem os rasgos dos vãos. O edifício encontra-se em fase de acabamento. (Cunha et al., 2020, pp. 13–17)

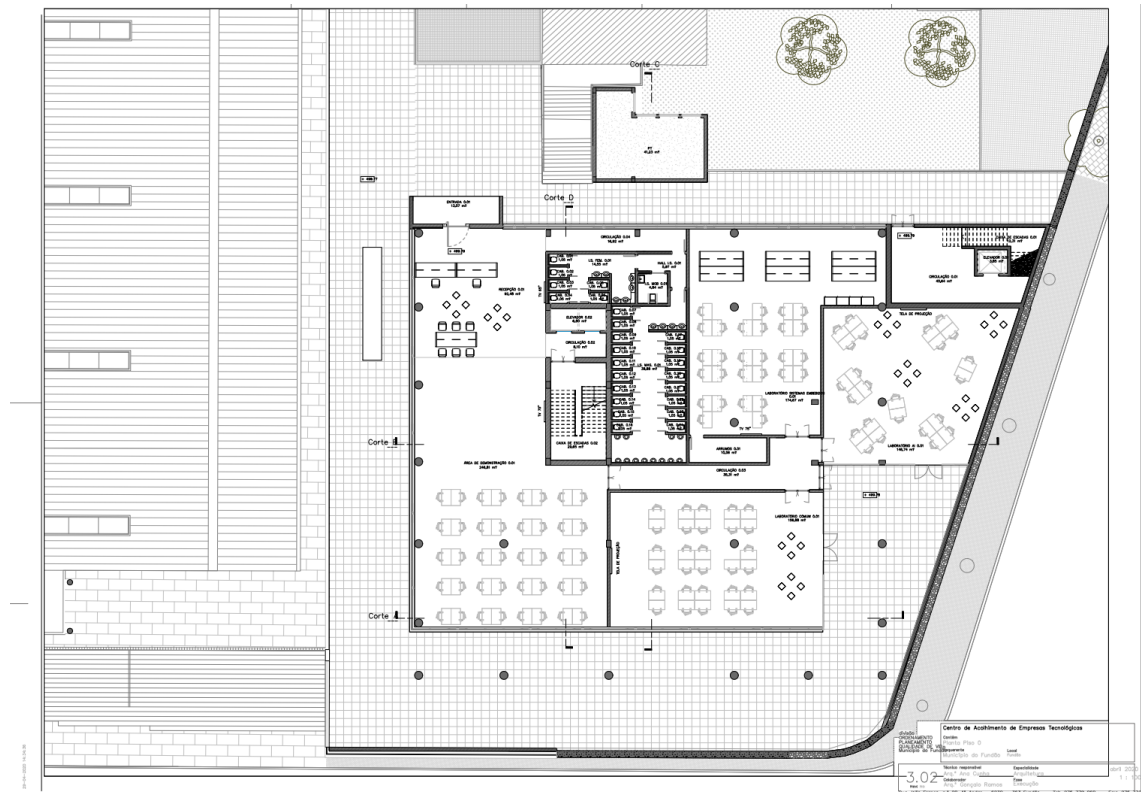


Fig. 91 - Planta do Piso 0 do projeto de arquitetura do Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas – fase de licenciamento, abril de 2020, Fundão. (Arquivo de Ana Cunha)

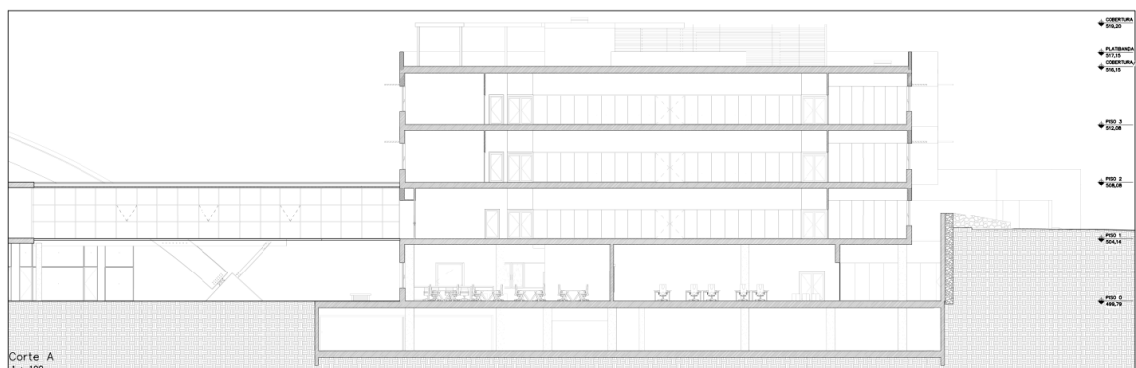


Fig. 92 - Corte transversal do edifício do CAET – fase de licenciamento, abril de 2020, Fundão. (Arquivo de Ana Cunha)

Os últimos quatro projetos selecionados foram elaborados sob a coordenação da arquiteta Ana Cunha na DOPQV. A diversidade dos projetos apresentados representa os diferentes momentos da sua carreira profissional no Município do Fundão: o início, com a coordenação dos GTL Freguesias Tradicionais e GTL Gardunha Aldeias Património, e o presente, com o seu trabalho na divisão que chefia e coordena. Os projetos selecionados são uma pequena amostra das centenas de trabalhos da sua autoria, que, como já referido, consta no apêndice do presente trabalho a listagem dos projetos e obras desenvolvidas pela arquiteta, agrupados por freguesias.

Nesta segunda parte da dissertação procurou-se dar a conhecer a história da arquiteta Ana Cunha. A arquiteta nasceu em Angola e veio para Portugal depois do 25 de abril de 1974. Viveu em Condeixa e mais tarde em Coimbra, cidade onde concluiu o ensino secundário. Antes de iniciar o seu percurso académico, trabalhou alguns anos como desenhadora num gabinete de projeto de arquitetura e urbanismo. Licenciou-se em 1998 na ARCA-ETAC em Coimbra e logo a seguir iniciou a sua colaboração com a ADIBER. Seguiram-se os GTLs de Arganil e Góis no distrito de Coimbra onde trabalhou no desenvolvimento de PP e em candidaturas ao programa Aldeias do Xisto. O reconhecimento e notoriedade do trabalho que desenvolveu levaram-na ao Município do Fundão, onde vive e trabalha atualmente. No Fundão passou pelos GTLs e desde 2006 é arquiteta na CMF. Atualmente é chefe da DOPQV, uma divisão com um amplo e pluridisciplinar campo de atuação e onde realizou centenas de projetos nas mais variadas vertentes.

## Considerações Finais

A inteligência reside na capacidade de ser feliz;  
Prefiro ser sábia do que sabedora;  
As escolhas definem caminhos;  
Aceitar para crescer;  
Tentar ser cada vez melhor pessoa.

Ana Cunha (Cunha, 2023, p. 1)

É sem dúvida longo o caminho que ainda falta percorrer para que seja uma realidade a visibilidade e reconhecimento do trabalho das mulheres na arquitetura em Portugal. É igualmente longo o caminho para a visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas arquitetas e arquitetos municipais.

Na busca dessa visibilidade, valorização e reconhecimento, na tentativa de contribuir para a escrita de uma História da Arquitetura Portuguesa diversa e mais completa, nasceu a presente dissertação que teve o seu foco direcionado para o tema das mulheres na arquitetura, em particular para a arquitetura desenvolvida em contexto municipal, onde são muito as arquitetas e arquitetos que no anonimato desenvolvem o seu trabalho, muitas vezes com espírito de missão e ao serviço da causa pública.

Numa procura de perceber algumas das particularidades do que pode ser o cruzamento entre diferentes condições como, ser arquiteta, desenvolver a atividade profissional em contexto municipal e trabalhar no interior do país, esta investigação centrou-se no trabalho e percurso profissional da arquiteta Ana Isabel Aranda e Cunha que atualmente desempenha funções na DOPQV da Câmara Municipal do Fundão, na Beira Interior.

Ao longo das conversas, mais ou menos formais tidas, surgiu-me uma arquiteta, Ana Cunha, como uma mulher de princípios e valores democráticos, uma instigadora permanente de critérios de qualidade assentes num profundo respeito pelo património edificado existente que, sem adular, gosta de reabilitar e de lhe conferir funcionalidade e modernidade. Percebe-se pelo estudo do seu trabalho que o seu posicionamento se centra na defesa dos valores culturais e patrimoniais comuns dos lugares, aldeias e vilas pertencentes ao concelho do Fundão e da própria cidade. É uma mulher que se assume “de missão” atenta à materialidade histórica, à valorização de

diversos modos de vida e à sociabilização.

O seu discurso revela um profundo conhecimento das transformações urbanas empreendidas no concelho do Fundão ao longo dos anos, mas também dos impactos dos investimentos da administração central, na mobilidade, no desenvolvimento e na transformação social da Beira Interior. Para além da sua sensibilidade, Ana Cunha é uma arquiteta com uma vasta experiência. Ao longo da sua vida desempenhou diversas funções ligadas à prática da arquitetura. Desde 2006, desempenha funções de chefe de divisão na CMF, primeiro na DIVDOT e, a partir de 2011, na DOPQV. Coordena uma equipa pluridisciplinar de dezoito pessoas, constituída por arquitetos, engenheiros, topógrafos, medidores orçamentistas, assistentes sociais e sociólogos.

O seu percurso, até chegar à cidade do Fundão, passou pelo distrito de Coimbra. Logo após a conclusão do ensino secundário, trabalhou como desenhadora num gabinete de arquitetura na cidade de Coimbra. Questões pessoais levaram-na a adiar o ingresso no ensino superior. Mas assim que terminou a licenciatura, em 1998, na Escola Universitária das Artes de Coimbra, iniciou o seu singular percurso profissional na ADIBER, a prestar apoio às obras do programa LEADER+. Naquela associação trabalhou em equipa e começou a perceber o que é a dimensão de serviço público da arquitetura e a valorizar o trabalho focado no desenvolvimento rural. Logo a seguir trabalhou em vários gabinetes técnicos locais: no GTL de Arganil na execução do PP da zona antiga de Arganil; no GTL de Góis onde desenvolveu o PP do centro histórico de Góis e de Vila Nova de Cerdeira e preparou candidaturas ao programa das Aldeias do Xisto. O trabalho que desenvolveu no distrito de Coimbra deu-lhe o reconhecimento e notoriedade para ser convidada a levar a sua experiência até ao Fundão, onde colaborou com a Associação *Pinus Verde* e ADXTUR. Em 2003, assumiu a coordenação do GTL *Freguesias Tradicionais* da CMF, que mais tarde se veio a designar GTL *Gardunha Aldeias Património*. Foi em 2006 que a CMF criou a DIVDOT, a divisão que absorveu as equipas técnicas dos GTLs do município, da qual a arquiteta assumiu a chefia e que atualmente se designa de DOPQV.

A sua ligação à arquitetura, de uma forma ininterrupta, mantém-se até aos dias de hoje e vai, de certeza, continuar, pois o entusiasmo quando fala no seu trabalho é tal, que não lhe permite esconder a paixão que sente pela profissão. A missão que desempenha é a sua prioridade. Sente-se realizada, mas não na perspetiva de já ter atingido aquilo que aspira a ser como arquiteta. Procura estar em constante evolução e faz um esforço permanente para chegar mais longe, para fazer outras coisas. A sua ação não se foca

apenas na elaboração e concretização dos projetos, mas também no planeamento. Na sua opinião, esta tarefa é fundamental para que o território evolua da maneira desejada. Questiona-se permanentemente acerca do que pode fazer, no âmbito do seu trabalho, que possa trazer mais valias para a região.

Ana Cunha possui um amplo e abrangente conhecimento do território e do património local para alicerçar as suas opções, estando sempre atenta às reações da população e às boas práticas que exige a si própria, bem como aos elementos da sua equipa. Enquanto arquiteta sente a responsabilidade de fazer evoluir o trabalho no sentido positivo, procurando sempre o envolvimento da comunidade, para que a sociedade se torne mais justa e participativa. Tem sem dúvida um papel ativo na sociedade onde se insere, com espírito de missão e pela causa pública.

A reabilitação é sem dúvida um dos seus pontos fortes, mas qualquer desafio é sempre bem-vindo e encarado como uma possibilidade de evolução para a arquiteta e para os elementos que formam a equipa que coordena, onde reina um espírito de exigência, bom entendimento e cooperação.

Depois de realizar esta investigação percebe-se que a arquiteta Ana Cunha transforma o que à partida são consideradas dificuldades, como a interioridade, a ruralidade, o território abandonado, em potencialidades. Isso encontra-se plasmado na diversidade do seu trabalho e na forma como pensa a cidade, os espaços, os edifícios. Dar a conhecer o trabalho de Ana Cunha é procurar contribuir para o aumento da visibilidade do trabalho das mulheres na arquitetura e simultaneamente das arquitetas e arquitetos municipais.

É um facto que existe uma evolução da presença das mulheres na profissão. Para a construção de uma História da Arquitetura real, é perentório e fundamental identificar, conhecer os seus percursos e as suas histórias. E o percurso profissional da arquiteta deixa claro que para estudar as mulheres arquitetas em Portugal é necessário analisar a dimensão territorial da sua presença e sair dos grandes centros urbanos e do litoral, e entrar na história dos GTLs, dos GATs e nas câmaras municipais, que são instituições onde existiram e continuam a existir muitas profissionais. Esta dissertação visa trazer para a discussão a temática das mulheres arquitetas e da arquitetura municipal, numa procura de consciencialização, de mudança e na esperança de contribuir para a superação da invisibilidade. Este trabalho é uma ínfima parte dessa tarefa. O caminho já foi iniciado, mas é urgente continuar a investigar e a dar a conhecer os contributos

das arquitetas para a construção da história real. Este pode ser um ponto de partida para outras investigações. A partir daqui é possível abrir portas para a realização de outros trabalhos comparativos ou não, sobre outras/os profissionais, em outros contextos, noutros territórios, por exemplo. É também possível aprofundar a dimensão e relevância da profissão no contexto municipal.

O facto da arquiteta Ana Cunha ainda se encontrar no ativo, num contexto em que diariamente tem de agir e tomar decisões, dependentes de múltiplos fatores por vezes imprevisíveis, dificultou em certa medida a investigação. O percurso da arquiteta é tão amplo e diversificado, que neste contexto académico não era possível aprofundar todos os momentos do seu percurso profissional. Estou consciente de que muitos dos temas abordados mais profundamente, bem como aqueles que foram apenas referidos, merecem uma investigação mais aprofundada, seja a sua passagem pelas diferentes associações, pelos GTLs, seja o próprio trabalho desenvolvido na CMF.

Termino referindo que realizar esta investigação foi muito importante para o meu percurso enquanto aluna do curso de arquitetura na UBI e trabalhadora – enquanto engenheira civil – em contexto municipal, numa outra região do interior do país. Foi um trabalho complexo, uma vez que os assuntos desenvolvidos são pouco tratados, existindo ainda escassa informação. Na verdade, a história das arquitetas portuguesas e a arquitetura desenvolvida em contexto municipal são temas muito pouco abordados também durante a própria formação no curso de arquitetura. Fiquei sensibilizada para a problemática das mulheres arquitetas e para muitas questões complexas que a arquitetura encerra, sobre as quais nunca tinha refletido. Reforcei o meu pensamento sobre a importância da construção de uma história da arquitetura completa, real, para a qual mulheres arquitetas, os arquitetos e arquitetas municipais contribuíram, contribuem e continuarão a contribuir. Apesar das dificuldades que senti, mereceu a pena o esforço. Fiquei muito motivada para prosseguir os meus estudos nesta área e dessa forma ajudar a encurtar o caminho que ainda nos separa da emancipação plena das mulheres.

## Bibliografia

*A Casa da Cereja.* (s/d). <https://www.casadacereja.pt/>

*Agência de Desenvolvimento Gardunha 21.* (s/d). Gardunha 21. <http://gardunha21.pt/>

Agência Lusa. (2007, maio 10). *Fundão revela projetos para remodelar a cidade.* RTP Notícias. [https://www.rtp.pt/noticias/pais/fundao-revela-projectos-para-remodelar-a-cidade\\_n44253](https://www.rtp.pt/noticias/pais/fundao-revela-projectos-para-remodelar-a-cidade_n44253)

*Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.* (s/d). 1986-1988, QCA I, II, III e QREN. <https://www.adcoesao.pt/fundos/1986-1988-qca-i-ii-iii-e-qren/>

AICA Portugal. (s/d). *AICA Portugal | Prémios.* AICA - Associação Internacional de Críticos de Arte. <https://aica.pt/awards/aica-mc-millennium-bcp>

*Aldeias do Xisto.* (s/d). Aldeias do Xisto. <https://www.aldeiasdoxisto.pt/>

*Aldeias do Xisto | ADXTUR.* (s/d). Aldeias do Xisto. <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/quem-somos/adxtur/>

*Aldeias do Xisto | Casa das Tecedeiras.* (s/d). Aldeias do Xisto. <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/quem-somos/directorio/casa-das-tecedeiras/>

*Aldeias do Xisto | Lojas.* (s/d). Aldeias do Xisto. <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/lojas/>

*Aldeias do Xisto | Projetos.* (s/d). Aldeias do Xisto. <https://www.aldeiasdoxisto.pt/>

Alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, Lei n.º 12/2024, 14 Diário da República 147 (2024). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/12-2024-836437684>

*Árvore escola artística e profissional.* (s/d). árvore. <https://www.arvore.pt/escola/>

*Ata n.º 4/2022 (reunião ordinária pública da CMF)* (Município do Fundão). (2022).

Baía, P. (2017, novembro 14). O arquiteto municipal. *Público - Ipsilon.*

- Bispo, M. (s/d). *O Arquiteto Municipal e a garantia da sua imparcialidade*.  
[https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2020/11/TIAC\\_O-Arquitecto-Municipal2013.pdf](https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2020/11/TIAC_O-Arquitecto-Municipal2013.pdf)
- Carvalho, F. (2020). *Maria José Marques da Silva. Uma arquiteta Pioneira em Portugal*. [Dissertação, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/92537>
- Carvalho, P. (2009). A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: Novos caminhos e atores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 185–191.  
[https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos\\_Geografia/Numeros\\_publicados/CadGeo28\\_29/PC\\_185-191\\_A\\_AIBT.pdf](https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo28_29/PC_185-191_A_AIBT.pdf)
- Casa da Ana*. (2023, fevereiro 6). Espaço de arquitetura.  
<https://espacodearquitetura.com/projetos/casa-ana/>
- CiAUD Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa. (s/d). *Africa Habitat* [Gestual - grupo de estudo sócio-territoriais urbanos e de ação local]. *Africa Habitat*.  
<http://africahabitat.gestual.fa.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2019/12/IsabelRaposo.jpg>
- Colectiva. (2020, julho 5). *É arte que espreita desta janela em Miranda do Corvo*. Coimbra Colectiva. <https://coimbracolectiva.pt/historias/temas/cultura/e-arte-que-janela-em-miranda-do-corvo/>
- Cunha, A. (2003a). *Memória descritiva e justificativa do projeto da Casa das Tecedeiras*.
- Cunha, A. (2003b). *Memória descritiva e justificativa do projeto Casa Cunha Leal*.
- Cunha, A. (2003c). *Memória descritiva e justificativa do projeto de recuperação da capela e adaptação a Casa da Música em Aldeia Nova do Cabo*.
- Cunha, A. (2003d). *Memória descritiva e justificativa do projeto de recuperação/remodelação do edifício da Casa da Pedra Rolada*.
- Cunha, A. (2003e). *Memória descritiva e justificativa do projeto de recuperação/remodelação de edifício para restaurante tradicional*.
- Cunha, A. (2017). *[Apresentação Obras Fundão]*.

Cunha, A. (2023). *CV de Ana Cunha*.

Cunha, A. (2024). *Entrevista | arquiteta Ana Cunha*.

Cunha, A., & Duarte, H. (2016). *Memória descritiva e justificativa do projeto de alteração de escola primária pars Casa da Cereja*.

Cunha, A., & Duarte, H. (2017). *Memória descritiva e justificativa do projeto de edifício habitacional (Antigo Grémio)*.

Cunha, A., Pena, A., & Pinto, M. (2017). *Memória descritiva do projeto de reabilitação do antigo Colégio de Santo António*.

Cunha, A., Ramos, D., Batista, D., & Zacarias, C. (2020). *Memória descritiva e justificativa do projeto de edifício para Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas*.

*Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura colabora com Câmara do Fundão*. (2024, janeiro 18). UBI - Notícias. <https://www.ubi.pt/Noticia/7703>

DN/Lusa. (2019, maio 9). Helena Roseta quer «requisição temporária» de casas devolutas. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/pais/helena-roseta-propoe-autoridade-para-as-condicoes-do-arrendamento-habitacional-10879184.html>

Duarte, A. (2020). *As (in)Visibilidades das Mulheres Arquitetas*. [Dissertação, Universidade Beira Interior]. <http://hdl.handle.net/10400.6/10973>

*ECO XXI*. (s/d). ABAAE - Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação. <https://ecoxxi.abaae.pt/>

Estatuto da Ordem dos Arquitectos, Lei n.º 113/2015, 168 DRE (2015).

*Estratégias Locais de Habitação*. (s/d). Portal da Habitação. <https://www.portaldahabitacao.pt/estrategias-locais-de-habitacao>

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. (s/d). *Ana Tostões*. Universidade do Porto. [https://sigarra.up.pt/faup/pt/func\\_geral.formview?p\\_codigo=533927](https://sigarra.up.pt/faup/pt/func_geral.formview?p_codigo=533927)

*Gado Sapador: Vencedor do Prémio AGIR 2018 incentiva modelo à escala regional e nacional.* (2021, novembro 25). Redes Energéticas Nacionais. <https://www.ren.pt/pt-pt/media/noticias/gado-sapador-vencedor-do-premio-agir-2018-incentiva-modelo-a-escala-regional-e-nacional>

Henriques, G. (2023, setembro). Entrevista: Patrícia Santos Pedrosa. *Activa*, 394, 84–88.

Leal, R. (2022). *Arquitetura de compromisso social—Experiência de estágio na Câmara Municipal de Coimbra* [Dissertação, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/104678>

Medeiros, C. (2024, fevereiro 9). FAUP colabora com municípios do interior em programas de habitação. *Notícias UP*. <https://noticias.up.pt/2024/02/09/faup-colabora-com-municipios-do-interior-em-programas-de-habitacao/>

menos é mais arquitectos. (s/d). *Menos é mais arquitectos*. menos é mais arquitectos. [menosemais.com](http://menosemais.com)

Milheiro, A. V. (2011). Maria Carlota Quintanilha, uma arquitecta em África. *Jornal Arquitectos*, 20–25. [https://arquitectos.pt/ja\\_arquivo/JA\\_242.pdf](https://arquitectos.pt/ja_arquivo/JA_242.pdf)

Milheiro, A. V., & Fiúza, F. (2020, julho 30). Women Architects in Portugal: Working in Colonial Africa before the Carnation Revolution (1950-1974). *Arts*, 9(86), 18.

Monteiro, P. (2015). Mulheres invisíveis. Princípios para uma reconstrução do discurso em arquitetura. *Rev. Eletrónica Interdisciplinar Estudos da Cidade*, 7(2).

*Movimento Democrático de Mulheres*. (s/d). Movimento Democrático de Mulheres. <https://www.mdm.org.pt/mdm/>

Neto, A. (2023). *Reunião introdutória | Ana Cunha [notas pessoais]*.

*Olga Quintanilha*. (2020, novembro 11). Wiki Editoras Lx. <https://www.facebook.com/WikiEditorasLx/photos/a.115648876695756/190604819200161/?type=3>

Ordem dos Arquitectos. (2011, setembro 22). *Cristina Salvador 1947-2011* [Ordem dos Arquitectos]. Notícias da OA. <https://arquitectos.pt/?no=2020492882,154>

- Ordem dos Arquitectos. (s/d). *Membros Honorários / OA—Ordem dos Arquitectos*. Ordem dos Arquitectos. [ordemdosarquitectos.org](http://ordemdosarquitectos.org)
- Pedrosa, P. (2013a). Maria José Estanco. Em *Le Dictionnaire Universel des Créatrices* (Vol. 1, p. 1457). [https://www.academia.edu/9266431/Maria\\_Jos%C3%A9\\_Estanco](https://www.academia.edu/9266431/Maria_Jos%C3%A9_Estanco)
- Pedrosa, P. (2013b). Maria José Marques da Silva. Em *Le Dictionnaire Universel des Créatrices* (Vol. 2, p. 2794).
- Pedrosa, P. (2019). Cidade e arquitectura no contexto das diversidades. *Traço*, 22–23. [https://www.academia.edu/38973449/Cidade\\_e\\_arquitectura\\_no\\_contextos\\_das\\_diversidade](https://www.academia.edu/38973449/Cidade_e_arquitectura_no_contextos_das_diversidade)
- Pedrosa, P. (2024). *Curriculum Vitae Patrícia Alexandra Dias Santos Pedrosa*. CiênciaVitae. <https://www.cienciavitae.pt/B710-3848-0310>
- Pedrosa, P., & Antunes, L. G. (2023). Plural Existences: Feminists' Epistemologies and the History of Architecture. Em *Género, Conhecimento, Resistências e Ação* (Vol. 12, pp. 205–219). Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.
- Pedrosa, P. S., & Antunes, L. G. (2020). Architect Luz Valente-Pereira: Architecture, Research, and Life in a Changing Country. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 42, 175–193. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.10>.
- Pinheiro, M. J. (2021). *Olga Quintanilha: Um percurso arquitetónico e associativo* [Dissertação, Universidade Beira Interior]. <http://hdl.handle.net/10400.6/11796>
- Pinho, A. C. (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana / Análise da experiência portuguesa dos gabinetes técnicos locais* [Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10400.5/1439>
- Pinus Verde*. (2010). Pinus Verde | Associação de desenvolvimento. <http://www.pinusverde.pt/>
- Portela, R. C. (2012). *Mundo Novo: Feminino tropical: Maria Emília Caria e o urbanismo no ultramar* [ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/7943>

*Prémio AGIR*. (2021, novembro 25). Redes Energéticas Nacionais. <https://www.ren.pt/pt-pt/sustentabilidade/iniciativas/premio-agir>

*Prémio Pritzker*. (2023, março 7). Wikipédia. [pt.wikipedia.org/wiki/Prémio\\_Pritzker](http://pt.wikipedia.org/wiki/Prémio_Pritzker)

Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitetos, Lei n.º 113/2015, 168 Diário da República 6649 (2015). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/113-2015-70133805>

Programa de Reabilitação Urbana, Despacho n.º 4/SEHU/85, 29 Diário da República 1158 (1985). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/4-1985-936358>

Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), Despacho n.º 1/88, 16 Diário da República 493 (1988). <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/2s/1988/01/2S016A0000S00.pdf>

*Projeto W@ARCH.PT*. (2020, abril 1). <https://www.youtube.com/watch?v=CYm0OydBK1k&t=77s>

*PROVERE*. (s/d). CCDRC. <https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/desenvolvimento-regional/inov-e-competitividade/provere/>

Ramos, C. (2022, outubro). Maria José Abrunhosa de Castro (1949-1999): Arquitetura, planeamento, política, cidade e controvérsia democrática. *Cidades, Comunidades e Territórios*. [https://www.academia.edu/96171462/Maria\\_Jos%C3%A9\\_Abrunhosa\\_de\\_Castro\\_1949\\_1999\\_arquitetura\\_planeamento\\_pol%C3%ADtica\\_cidade\\_e\\_controv%C3%A9rsia\\_democr%C3%A1tica](https://www.academia.edu/96171462/Maria_Jos%C3%A9_Abrunhosa_de_Castro_1949_1999_arquitetura_planeamento_pol%C3%ADtica_cidade_e_controv%C3%A9rsia_democr%C3%A1tica)

Reg. de Org. Serviços Municipais | Município do Fundão, 17425, 172 Diário da República 306 (2022).

Regulamento do Prémio de Mérito Carlota Quintanilha, 148/2020, 37/2020 DRE 321 (2020).

REN Vídeos (Diretor). (2021, julho 6). *Prémio AGIR 2018—Projeto ‘Gado Sapador’*. <https://youtu.be/HOo0xjbGOyM?si=6j8YN7K0wuRbEIIQ>

- Roxo, J. (2016). *A senhora arquiteto—Maria José Estanco. A cidade, o Porto e as artes: Residências artísticas em Sines* [Dissertação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/13160>
- Santos, A., Ferreira, M. J., Negrão, M., Catarino, M., & Bandeirinha, R. (2010, março). Maria Carlota Quintanilha: Uma architecta portuguesa na África moderna. *Joelho, 01*, 69–71.
- Santos, E. (Diretor). (2023, maio 4). *Urbanista & Arquiteto nas autarquias—Da política ao projeto e obra*.
- Secil. (s/d). *Prémios Secil*. Secil. [secil-group.com/pt/a-secil/premios-secil](http://secil-group.com/pt/a-secil/premios-secil)
- Sigarra - UP. (2009). *Arquiteta Maria José Marques da Silva*. Sigarra U.Porto. [https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=p%20est%20gen%20a9rica%202170](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=p%20est%20gen%20a9rica%202170)
- Tavares, D. (2016). *António Correia da Silva: Arquiteto Municipal*. Dafne Editora/CEAU.

## Apêndice

### A. Entrevista com Ana Isabel Aranda e Cunha

[4 de abril de 2023, Fundão]

**Ana Cunha** - O meu nome é Ana Isabel Aranda e Cunha, nasci a 13 de dezembro de 1961 em Angola, nacionalidade portuguesa. Vim para Portugal em 1974 com 12 anos de idade.

**Ana Neto** - Pode falar um bocadinho sobre a sua infância e adolescência?

**Ana Cunha** - Sim. A infância foi em Angola, na cidade de Nova Lisboa, agora Huambo. Havia a intenção do Governo português, na altura de Salazar, descentralizar a capital numa das colónias ultramarinas. Seria Nova Lisboa, como se reflete em termos de toponímia. Nasci em 61 quando Angola estava em guerra, uma guerra diferente do 25 de abril de 74, pelo mesmo motivo, o da Independência dos africanos. Nesta altura essa revolta era chamada de «terrorismo», que deu origem a uma guerra civil. Eu nasci nessa altura e lembro-me do meu pai ter uma pistola na mesinha de cabeceira. Era permitido ter licença de uso e porte de arma para defesa pessoal. Eventualmente, quando somos crianças, sobretudo com a idade que eu tinha, estes factos não ficam na memória, mas alguma coisa pode ter ficado entranhada, sem ter consciência disso. Nunca me senti traumatizada por estes acontecimentos. Fui sempre muito protegida pois nunca aconteceu nada de especial com a minha família.

Estudei num colégio de raparigas, o colégio Ateniense, que tinha princípios rígidos e uma disciplina muito regrada. Incluía aulas de música e piano. No espaço exterior havia uns jardins fantásticos. A diretora, de nome Zaidinha, era bastante austera, solteira, pouco afetiva, mas uma excelente profissional. Não sendo a minha professora primária, fazia um acompanhamento em todas turmas que ia ao pormenor de nos observar quando estávamos a fazer os exercícios, se estávamos concentrados e se demonstrávamos dificuldade de aprendizagem. Não deixei de levar «reguadas», muito comuns na época, só porque estava a olhar para o lado ou porque errei o exercício. Mas o que é facto é que aquele colégio me marcou no sentido positivo

Quando entrei no liceu, após terminar a 4<sup>a</sup> classe, notei bastante diferença; sobretudo na liberdade que passei a ter. Estávamos nesta altura em 1972 e foi no meu 2<sup>o</sup> ano do liceu, quando aconteceu o golpe de estado e se deu a revolta do 25 de abril. Nesse mesmo ano vim para Portugal.

[1]

A minha mãe era do distrito da Guarda, do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, mais especificamente da aldeia de Freixo de Numão. Foi nesta aldeia que viveu com a minha avó e dois irmãos. A minha avó, divorciada já naquela altura, optou por levar a minha mãe para o Porto para aprender a arte da costura, após ela ter terminado a escola primária. Era mais fácil criar só dois filhos em vez de três e a minha mãe era a mais velha. O que fez da minha mãe a pessoa mais infeliz do mundo, por sair do aconchego familiar e estar longe da sua aldeia natal.

O meu pai nasceu na Anobra, concelho de Condeixa. Nasceu numa quinta, Quinta da Anobra, que na altura era um lugar que tinha além desta quinta, onde trabalhava a minha avó, um pequeno aglomerado de casas que nem sequer lhe conferia um estatuto aldeia. O sítio mais próximo era a freguesia do Sebal, concelho de Condeixa, no distrito de Coimbra, onde fez a escola primária.

Quer a família de um, quer a família de outro, por questões de pessoas próximas, com alguma influência, conseguiram ir para Angola com emprego garantido. A maior parte da família, quer da minha mãe quer do meu pai, também migrou para Angola, para a cidade de Luanda, capital de Angola. A minha mãe tinha 17 anos e o meu pai 18. A minha mãe era mais velha que o meu pai 7 anos, o que significa que foi 7 anos antes. E conheceram-se em Nova Lisboa. A minha mãe foi trabalhar para Luanda e o meu pai foi diretamente para Nova Lisboa. O meu pai trabalhava no Grémio do Milho e a minha mãe era enfermeira numa clínica em Luanda. No entanto, o tio da minha mãe, que foi a pessoa com quem ela foi para lá, era muito bem relacionado e conseguiu-lhe um emprego na função pública, que era na altura muito prestigiado. Este tio da minha mãe que já vivia razoavelmente bem em Portugal, constituiu em Angola uma empresa de táxis. A minha mãe ingressou nos CTT em Nova Lisboa, como telefonista. Esta mudança de cidade coincidiu com o ano de chegada do meu pai. Foram ambos viver para uma pensão e assim se conheceram. A minha mãe continuou a fazer um trabalho por turnos, modalidade que já fazia em Luanda como enfermeira na clínica Paiva Nazaré, onde trabalhava. Nos CTT a modalidade era igual. O meu pai ofereceu-se para a ir buscar, sempre que os turnos eram à noite, para que ela se sentisse mais segura. Foi assim que nasceu uma paixão entre eles, que acabou em casamento. Depois nasci eu e sou filha única. A minha mãe teve um bebé antes de mim que correu mal.

Quando se dá o 25 de abril em 74, a minha tia que era afilhada, tal como o meu pai, do Sá Viana Rebelo, na altura o Governador Civil de Angola, tem conhecimento no próprio dia do que tinha acontecido. A maior parte dos portugueses em Angola só souberam do

[2]

golpe de estado alguns dias depois. A minha tia optou por voltar a Portugal o mais rápido possível. O meu pai, pelo contrário, não se imaginava a abandonar Angola, porque a vida dele estava toda ali e assim queria que continuasse. Alegava que nunca tinha feito mal a ninguém. No *Grémio do Milho*, tinha sido amigo de todos e que todos o estimavam. A minha mãe fica com o meu pai e eu vim no final do ano letivo, por uma questão de segurança, ter com a minha tia, que no entretanto já estava em Portugal.

Nós tínhamos uma casa em Portugal, que partilhávamos nas férias. Esta casa era alugada pelo padrinho do meu pai e da minha tia. Quem trabalhava em Angola, ao fim de 5 anos, tinha uma licença graciosa. Os portugueses nas colónias tinham um mês de férias por ano, sensivelmente um mês, mas ao fim de 5 anos, tinham 5 meses o que lhes permitia vir a Portugal, caso quisessem. O meu pai vinha e eu vinha com ele; a minha mãe nunca veio. As minhas primeiras férias em Portugal foram quando eu tinha 4 anos e depois tornei a vir com 9 anos. Não imaginava que dois anos depois já cá estava a viver definitivamente. A casa era um pequeno solar em Condeixa, localizado na Praça da República, no centro da vila. Uma casa lindíssima, que foi demolida para dar origem a um novo edifício onde se sediou a Caixa Geral de Depósitos. Na década de 70, a preservação do património não era uma prioridade. Condeixa tinha um património e ainda tem, digno de referência. Por incrível que pareça, vinha de Angola, Nova Lisboa, um país com um clima fantástico, de uma cidade grande e desenvolvida, mas adorei viver nesta vila. Na altura tinha muitos jovens que me receberam de braços abertos. Atualmente foi alvo de uma grande expansão e tornou-se uma zona dormitório de Coimbra.

E foi para essa casa que vim viver com os meus tios e dois primos. A minha mãe acabou por vir em novembro do mesmo ano, o meu pai regressou no Natal. Ele conseguiu embalar e despachar, pelo porto de Moçâmedes todos os bens materiais, mas nunca chegaram a Portugal. Com uma personalidade mais aventureira e confiante, o meu pai conheceu um paquistanês e um italiano que o desafiaram, pelas competências dele, a abrir uma fábrica de detergentes, de tecnologia inovadora. Concordou, despediu-se da função pública e investiu todo o dinheiro que tinha na fábrica, em sociedade com eles. Iria ser a pessoa responsável em Angola, uma vez que os sócios iriam voltar aos seus países de origem, após darem o apoio necessário em toda a montagem da fábrica, formação e capacitação. Estávamos em 1972 e em 1974 aconteceu o 25 de abril. Coincidindo com a conclusão da fábrica, que ficou pronta para abrir.

Ainda há dias, um amigo meu que esteve em Angola a trabalhar, a meu pedido, foi tirar umas fotografias da casa e da fábrica. Está tudo como o meu pai deixou, mas completamente degradado. A fábrica de detergentes, *Sodete*, nunca chegou a funcionar, por falta de pessoas com conhecimentos específicos da tecnologia instalada.

Em Condeixa havia um colégio de freiras onde estudei dois anos. Gostei imenso e ainda hoje tenho amigas dessa altura. A seguir fui para Coimbra, para o liceu D. Duarte, frequentar o primeiro ano do ensino complementar. Nesta altura os meus pais mudaram a residência para Coimbra, onde a minha mãe também trabalhava. Foi onde vivi a fase da minha adolescência, casei e foi onde nasceram os meus dois filhos, Francisca e João.

**Ana Neto** - Como é que foi a decisão de estudar Arquitetura?

**Ana Cunha** - Eu tinha uma avó, embora adotiva, cujo filho era engenheiro civil, que teve bastante influência na escolha do meu curso, por ouvir falar tanto de projetos e obras. Mais tarde a arquitetura fez-me todo o sentido, face à minha evolução pessoal. No sentido de subir as notas do 2º ano do curso complementar ingressei no colégio S. Pedro. Transitei para o Liceu José Falcão para o 12º ano, que surgiu nesse preciso ano letivo. Quando acabei o 12º ano, concorri para o Porto, na altura para a *Árvore*, porque adorava aquela escola. Não aconteceu ficar por razões de ordem familiar.

Como tinha algum tempo livre, tirei um curso profissional de desenho técnico de construção civil num Instituto no Porto. Quando voltei a Coimbra comecei a trabalhar num gabinete de arquitetura como desenhadora. Tinha algumas responsabilidades nos projetos que se estavam a desenvolver e isso motivou-me imenso.

Nesta altura comecei a namorar. Reunidas as circunstâncias favoráveis, sobretudo no campo financeiro, resolvemos casar. Eu adiei a entrada na faculdade, sem perder este objetivo. Nasceram os meus e durante 4 anos não pensei sequer em voltar. Só voltei à faculdade quando o João, o meu filho mais novo tinha 2 anos. No entanto mudei de empresa, para outro gabinete de arquitetura; *PLARQ- Estudos de Arquitetura e Urbanismo, LDA*. Tínhamos imenso trabalho. Um dos projetos em que estive envolvida foi o de uma fábrica em Aveiro, Fábrica Jerónimo Pereira Campos, que me entusiasmou imenso. Na altura as revistas de arquitetura *Aujourd'hui*, faziam-nos chegar as tendências da arquitetura moderna e as grandes obras que se estavam a concretizar em todo o mundo. Foi nesta fase que me apaixonei pela reabilitação de edifícios antigos com valor arquitetónico. Angola tinha-me deslumbrado com a imagem de um urbanismo

[4]

moderno e a construção de cidades completamente novas. Grandes e famosos arquitetos que trabalharam em Angola, davam asas à sua criatividade, no âmbito dos movimentos modernos que estavam a surgir. Estava tudo por fazer. As cidades eram fantásticas em termos quer da arquitetura de edifícios, num novo conceito de urbanismo, quer ao nível dos espaços verdes. Os cinemas e as lojas, aliás todo o comércio era muito inovador. Lembro-me perfeitamente da Livraria Lello que era absolutamente fantástica, onde o meu pai ia ouvir Pink Floyd e comprar-me lápis de cor da Carand'Ache

**Ana Neto** - Ingressou no curso em que ano?

**Ana Cunha** - O meu filho nasceu em 90. Iniciei em 92.

**Ana Neto** - Em Coimbra?

**Ana Cunha** – Sim. Coimbra tinha uma nova Escola Superior de arquitetura, muito inspirada na Faculdade de Belas artes da Universidade do Porto e foi essa a minha opção. Também porque era a cidade onde vivia.

**Ana Neto** - E depois como é que entra no mercado de trabalho?

**Ana Cunha** - No final do terceiro ano da faculdade, saí da *PLARQ*, com a expectativa, dos arquitetos com quem trabalhava, de quando eu acabasse o curso, regressaria. Não aconteceu! Faltavam dois anos para terminar o curso e candidatei-me para dar aulas na Escola Preparatória de Tábua e saí deste gabinete. Fiquei com a disciplina de educação visual e tecnológica que em conjunto com a minha colega Margarida, dávamos aulas muito dinâmicas e criativas. A escola de Tábua passou a ser para mim uma referência. Esta fase permitiu-me manter a minha independência financeira. Mantive-me nesta escola os dois anos seguintes. Continuei com este gosto por dar aulas e já depois do curso terminado continuei a ser professora na Escola de Góis, em acumulação com a atividade de arquiteta.

Um amigo do meu marido, Mário Vale, na altura a candidatar-se como vereador à Câmara de Arganil, combinou comigo que quando acabasse o curso, fosse trabalhar com ele. Nesta altura estavam no início a formalização do GTL – Gabinete Técnico Local a ser instalado na camara de Arganil. Iniciei a minha atividade na ADIBER - *Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra*, em Góis. Nesta altura divorciei-me e fui viver para Góis. Foi uma experiência muito marcante. O meu trabalho consistia em dar apoio

às obras no âmbito do programa *LEADER*. Implicava um conhecimento dos locais, conhecer os promotores e avaliar o sucesso da operação candidatada. Havia um espírito de missão e ter essa consciência foi muito importante para mim. Ajudou-me a perceber que o desenvolvimento rural está muito alicerçado nas pessoas e na melhoria da sua qualidade de vida. Começou a haver nesta altura, por parte de estrangeiros e também portugueses, muito interesse por estes territórios sobretudo no âmbito dos turismos rurais e artesanato. Os municípios e estas Associações tinham meios e dinâmica para concretizar estes projetos inseridos numa estratégia de desenvolvimento para o território.

Surge um ano depois o GTL em Arganil, e eu integro esta equipa.

**Ana Neto** - Foi assim que passou da ADIBER para o GTL de Arganil?

**Ana Cunha** – Sim, até ser constituído o GTL de Góis, para onde transito a seguir.

**Ana Neto** - Então, passou da associação ADIBER para o GTL de Arganil? E depois do GTL de Arganil para o GTL de Góis? Como foi a experiência no GTL de Arganil? Qual era o trabalho desenvolvido? Era idêntico ao da associação?

**Ana Cunha** - Não, nada. Esse trabalho da Associação foi muito singular. Era um trabalho de proximidade às pessoas e havia uma comunicação muito fluida com todos os colaboradores e um espírito de entajuda muito forte, em todas as atividades que se desenvolviam, face aos poucos recursos existentes.

Os GTLs tinham um propósito muito bem definido que consistia no desenvolvimento de planos de pormenor. Os ordenados das equipas eram assegurados pela CCDR e os municípios disponibilizavam instalações e todos os equipamentos necessários à sua operacionalização. Eram equipas técnicas pluridisciplinares que integravam profissionais nas áreas da arquitetura, engenharia, sociologia, geografia, topografia e de apoio administrativo. O objetivo era o desenvolvimento de planos de pormenor, documentos essenciais de ordenamento que previam a proteção de zonas especiais. Desenvolviam-se em várias fases: a caracterização (efetuada no terreno de forma exaustiva), diagnóstico e propostas de intervenção, onde se incluíam os projetos de arquitetura. A execução financeira e a calendarização das intervenções concluíam o plano.

Rapidamente se evoluiu para planos estratégicos de intervenção, que preconizavam execução física dos projetos, em prol dos planos de pormenor. Surgem desta forma, os planos de aldeia nas Aldeias do Xisto, no âmbito do Programa Aldeias do Xisto.

**Ana Neto** - É aí que nasce o programa Aldeias do Xisto?

**Ana Cunha** – Sim. No GTL de Arganil, elaborámos o plano de aldeia da Benfeita. O Eng. Armando Carvalho, funcionário da CCDRC e gestor do eixo, Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal do Interior, pretendia implementar um programa de regeneração das aldeias serranas. Assim se evolui para as Aldeias do Xisto, como uma marca mais forte e transversal ao território abrangido por este programa. No Programa das Aldeias Históricas, implementado numa fase anterior, reabilitaram-se as aldeias históricas, cujo património com valor arquitetónico e histórico se afirmava como uma prioridade no âmbito das obras de reabilitação. Não se envolveram as comunidades residentes nas aldeias e por este facto não teve o sucesso pretendido, não sendo por isso acarinhado pela maioria dos residentes. A estratégia para o desenvolvimento dos planos das Aldeias do Xisto, assentou num projeto participativo, envolvendo a comunidade residente nas aldeias, concentrando as intervenções nas suas necessidades e aspirações.

Com esta experiência de sucesso, fomos convidados, eu e o meu companheiro e colega de profissão, a desenvolver o plano de aldeia de Janeiro de Cima no Fundão, onde criei muitos laços afetivos. Costumo dizer muitas vezes que escolhi esta aldeia para ser a minha terra em Portugal.

Na altura, o presidente atual, era o vereador do desenvolvimento regional, que nos tinha convidado para a elaboração do plano de aldeia e a quem competia decidir sobre estas matérias. Convidou-nos a vir para o Fundão para implementar o plano, prevendo a realização das obras num curto prazo. E foi assim que viemos para o Fundão. Numa 1ª fase eu ingressaria na camara, através da constituição de um GTL e o Carlos permanecia em Gois.

**Ana Neto** - Veio para o GTL freguesias?

**Ana Cunha** - Eu vim coordenar o GTL freguesias. Passado dois meses é aprovada uma candidatura para outro GTL, para a zona antiga da cidade, que o Carlos veio coordenar.

A equipa do GTL freguesias era fantástica e tornámo-nos uns especialistas em planos estratégicos de intervenção para as aldeias, em várias freguesias do concelho.

Ainda se deu continuidade ao GTL freguesias que passou a ser GTL Gardunha, não perdendo o foco no desenvolvimento dos planos, regulamentos municipais e elaboração de projetos de arquitetura de execução, que o município entendia serem importantes para o desenvolvimento do concelho, valorizando o território de cariz mais rural e também abandonado. Neste último GTL a serra da Gardunha também foi alvo de um plano de ordenamento de paisagem.

Na reorganização do organigrama da Câmara, é criada a Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do território, DIVDOT, onde assumo a chefia. O GTL Zona Antiga extingue-se e o Carlos volta para Góis. Houve forçosamente um afunilamento das equipas dos 2 GTLs, que veio dar origem à equipa técnica que integrou a nova Divisão.

**Ana Neto** - Entretanto a divisão muda de designação? Passou de DIVDOT e para Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida?

**Ana Cunha** - Sim. Sobretudo por novas competências ligadas ao ambiente. O centro ambiental que funcionava autonomamente, integrou também esta Divisão.

**Ana Neto** - Qual é o trabalho desenvolvido pela Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida?

**Ana Cunha** - No fundo deu continuidade ao trabalho desenvolvido pela DIVDOT.

**Ana Neto** - Quais os projetos que são aqui desenvolvidos?

**Ana Cunha** – Uma lista imensa de projetos para todas as freguesias do concelho e também para a cidade do Fundão. A experiência acumulada e que acabou por ser um contínuo da atividade desenvolvida pelos GTLs, acabou por ser vital na capacidade de resposta que conseguíamos prestar. A equipa foi sempre crescendo nomeadamente com técnicos que se dedicaram à elaboração do PDM e que são neste momento as pessoas que dominam a área do ordenamento e dos regulamentos municipais. O SIG que também está na Divisão é um serviço transversal a toda a Câmara.

**Ana Neto** - Neste momento a equipa de trabalho é constituída por quantos técnicos?

**Ana Cunha** - Somos dezoito.

**Ana Neto** - Como é liderar esta equipa?

**Ana Cunha** - É estimulante e desafiador. Torna-se mais fácil quando os colegas reconhecem valor em quem lidera. É muito gratificante quando a equipa se sente a evoluir e gosta do que faz. Um ambiente sereno é muito importante.

**Ana Neto** - Porque a arquiteta também não para. Pede aos outros que melhorem, mas também procura melhorar sempre.

**Ana Cunha** - Estou sempre nessa busca de aprendizagem. Estou atenta e disponível para a mudança.

**Ana Neto** - Neste momento, quantas mulheres e quantos homens estão aqui a trabalhar?

**Ana Cunha** - Equilibrado. Neste momento tenho 8 mulheres e 10 homens, sendo 2 deles da área da topografia.

**Ana Neto** - A produção, a elaboração de um projeto desenvolve-se em várias fases. A arquiteta participa em todas? Em quais?

**Ana Cunha** - Sim. Após a indicação do executivo para a elaboração do projeto, é despoletada uma metodologia que se inicia pelo reconhecimento no terreno do projeto a executar onde eu estou sempre presente e comigo pelo menos um arquiteto. Desenvolve-se a ideia através do esboço de um primeiro esquiço que vai sendo encorpado à medida que o projeto vai amadurecendo. Há sempre uma articulação com o beneficiário direto do projeto, para cruzamento da nossa proposta, que se pretende que vá ao encontro das suas necessidades e expectativas. A próxima fase é a elaboração do projeto de execução da arquitetura. O Eng.º responsável pelas medições e orçamentos faz o rastreio do projeto até à elaboração do caderno de encargos, fase final, para se proceder à adjudicação da empreitada. As especialidades são normalmente de empresas externas.

**Ana Neto** - O que é que considera mais importante para que um projeto seja bem-sucedido?

**Ana Cunha** – Um projeto que cumpra a sua função e satisfaça os utilizadores, os promotores e contribua para a melhoria do espaço urbano e da qualidade de vida de quem usufrui. Cada caso é um caso. Existe uma linha condutora ao nível das soluções construtivas, mas dependem muito de cada projeto e da sua integração na envolvente. Existe uma sensibilidade muito grande para a reabilitação, havendo lugar a soluções contemporâneas, sempre que o projeto o exija ou seja uma obra de raiz. As questões ligadas à sustentabilidade são sempre equacionadas quando estamos a desenvolver um projeto.

**Ana Neto** - O que é que sente quando vê a obra concretizada?

**Ana Cunha** - É um sentimento de dever cumprido. Geralmente com bastante orgulho, para mim e também para a equipa que trabalhou comigo. Há sempre uma aprendizagem que se retira, através do que correu bem e do que correu menos bem, para não voltarmos a repetir os erros demonstrados.

**Ana Neto** - Das muitas obras que realizou consegue destacar 3 ou 4 que a tenham efetivamente marcado?

**Ana Cunha** - Uma delas, a primeira de todas, é a Casa das Tecedeiras em Janeiro de Cima. A Casa das Tecedeiras foi o primeiro projeto que concretizei em obra. Também nesta aldeia o Restaurante Fiado. E o terceiro, o Restaurante Cunha Leal no Alcaide. Muitos outros, mas escolho estes talvez por terem sido marcantes para o desenvolvimento destes sítios. Representam equipamentos que criaram ofertas diferenciadoras e no caso da casa das tecedeiras foi permitir dar palco às mulheres que teciam em casa e que não consideravam esta atividade como um trabalho digno de evidência.

Na cidade elegia o Antigo Colégio Santo António que foi transformado na *Design Factory* e também um edifício habitacional a custos controlados, no âmbito do Programa ProHabita.

Depois os projetos das casas temáticas que evidenciam a identidade dos lugares. A casa da Cereja, a Casa do Barro, a Casa do Bombo e agora em obra, a Casa da Barca.

**Ana Neto** - O que é que significa para si ser arquiteta?

**Ana Cunha** - Foi sempre uma profissão que contribui para que me tornasse numa pessoa melhor, muito através da realização pessoal e profissional. Passamos muito tempo a trabalhar e é muito importante e a meu ver inteligente, ser feliz no nosso dia a dia e a arquitetura traz-me isso.

**Ana Neto** - Já trabalhou em gabinete. Já fez arquitetura em termos particulares e trabalha em arquitetura em contexto municipal, certo? Sente que a arquitetura em contexto municipal é valorizada? Considera que o trabalho dos arquitetos municipais é devidamente reconhecido?

**Ana Cunha** – Falando no meu caso, sou uma sortuda. O presidente Paulo Fernandes não tem um perfil só político. Trabalhar com ele é muito estimulante e desafiador. Aprendi a desvalorizar o reconhecimento de terceiros e a valorizar o meu trabalho pelo cumprimento digno e consciente das minhas ações.

**Ana Neto** - E ao longo do seu percurso profissional, sentiu alguma vez algum constrangimento pelo facto de ser mulher?

**Ana Cunha** - Nas obras talvez. Sobretudo quando em 2003 comecei a fazer obras nas aldeias com empreiteiros locais.

**Ana Neto** - Na sua opinião, por exemplo, a divisão ganhou pelo facto de ter à frente uma mulher?

**Ana Cunha** – Sim, pelas ligações afetivas que se estabelecem. A sensibilidade dum mulher é diferente e também a capacidade de entendimento dos problemas menores que possam surgir e que se não forem sanados possam vir a destabilizar uma equipa.

**Ana Neto** - Que conselhos daria a uma arquiteta no início da sua atividade profissional, mas em contexto municipal?

**Ana Cunha** – Entender o espírito de missão, que se foi perdendo ao longo dos anos. Delinear objetivos e metas, aprofundando e investigando todas as matérias inerentes ao desenvolvimento do trabalho. procurar estar atualizado e consciente da evolução na nossa área que é muito dinâmica. Empenhamento e dedicação são os melhores aliados num serviço público.

[11]

**Ana Neto** - Em termos de projeto, a solução arquitetónica, qual é a sua preferência?

**Ana Cunha** - A reabilitação é definitivamente o meu ponto forte.

**Ana Neto** - Sente que existem limitações externas ao seu trabalho? Quais?

**Ana Cunha** – Por vezes, quando o executivo municipal não está em sintonia entre si e alinhado com os objetivos da Divisão.

**Ana Neto** - O que é que significa para si desenvolver a sua atividade profissional em contexto municipal? Que importância tem para si ser arquiteta camarária?

**Ana Cunha** – Poder desenvolver projetos para entidades publicas ou publico/privadas que de outro modo teriam dificuldade em contratar arquitetos para a elaboração dos seus projetos. Ser um agente de desenvolvimento e poder melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Acrescentar profissionalismo e dedicação aos quadros das autarquias.

**Ana Neto** - Sente que desenvolver arquitetura em contexto municipal é um trabalho desvalorizado? Os próprios pares da profissão muitas vezes não reconhecem os colegas de igual forma...

**Ana Cunha** – Atualmente não é bem assim. Depende dos projetos que se desenvolvem e da capacidade de comunicação desses mesmos projetos.

**Ana Neto** - A maioria dos trabalhos de arquitetura, os projetos, são realizados aqui na divisão. Mas existem também muitos projetos que são elaborados por equipas exteriores?

**Ana Cunha** - Sim. Quando internamente não há recursos técnicos disponíveis para a sua elaboração dentro dos prazos. Os prazos estão muito condicionados pelas candidaturas onde se pretende ir buscar o financiamento.

**Ana Neto** - Como é que se caracteriza como arquiteta?

**Ana Cunha** – Dedicada, empenhada e sensível. Atenta e disponível para aprender e reconhecer o que preciso melhorar e evoluir. Sempre com um horizonte longínquo que me imprime alguma utopia e uma energia muito positiva, que me confere muita

estabilidade. Manter a minha essência. Talvez aqui referisse um lema «a mulher sonha e a obra nasce»

**Ana Neto** - Na primeira entrevista, referiu alguns projetos desenvolvidos aqui na divisão ou pela divisão que mais a tinham marcado. Pode falar sobre o desenvolvimento da produção desses projetos? No fundo, contar a história desses projetos: Como surgiram, como correu a sua criação? As influências, o impacto nas pessoas ou até mesmo na região?

**Ana Cunha** – Ao que nós já falámos só acrescentaria a influência que esses projetos tiveram na melhoria da auto estima das populações.

**Ana Neto** - Na primeira entrevista também referiu a Casa da Cereja.

**Ana Cunha** - Sim, a Casa da Cereja por ser um projeto muito associado ao ícone da aldeia e à marca que distingue o Fundão, que é a cereja. Trabalhar com equipas diferentes que fazem os conteúdos, neste caso a equipa do Arq. Pedro Novo, também contribui para que seja um projeto diferenciador.

**Ana Neto** - O Grémio é atualmente um edifício multifamiliar?

**Ana Cunha** – Sim, com dezanove apartamentos.

**Ana Neto** - O edifício CAET surge em que âmbito?

**Ana Cunha** – Surge no âmbito de uma estratégia apoiada por um dossier de captação de investimento, muito direcionada para as TIC.

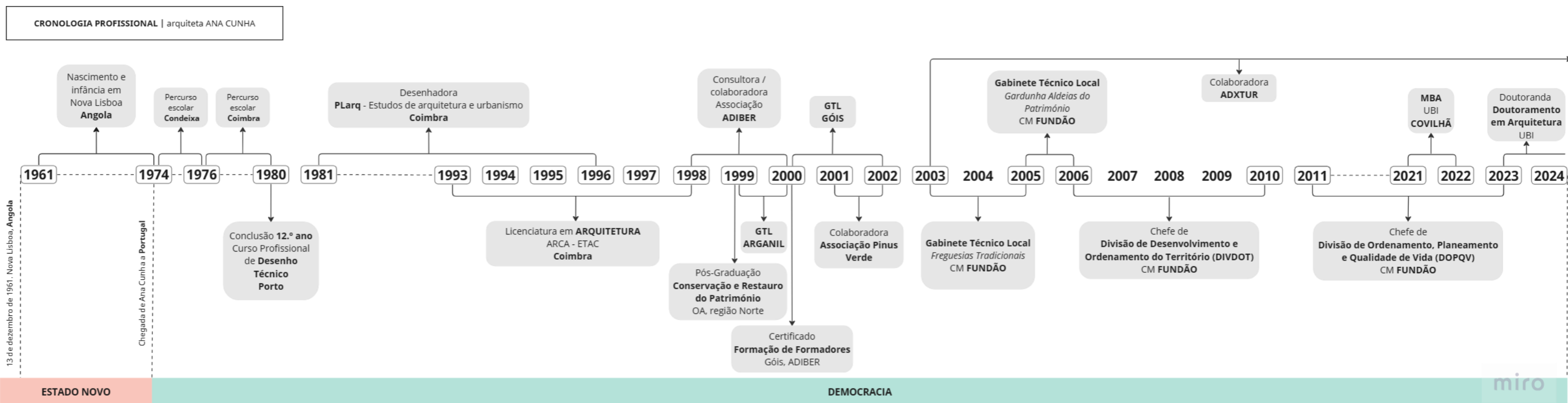
**Ana Neto** - O trabalho que desenvolve no município acaba por ter uma forte carga política.

**Ana Cunha** - Sim, por ter muita visibilidade e ser espelho da iniciativa e capacidade de investimento do executivo municipal.

**Ana Neto** - E de que forma é que esse fator se encontra presente nas decisões ou influencia?

**Ana Cunha** – Quando se dá cumprimento às solicitações por parte das juntas de freguesia e entidades publicas do território para quem a Câmara disponibiliza os nossos serviços.

## B. Cronologia Profissional



## C. Listagem de Projetos e Obras realizadas

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **ALCAIDE**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Parque de estacionamento	2005	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Praça Gil Pinheiro	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Rua Conselheiro João Franco	2007	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Restaurante Tradicional <i>Cunha Leal</i>	2009	Reabilitação   adaptação	restauração	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Mobiliário urbano para a Praça Gil Pinheiro	2013	desenho	espaço público   mobiliário urbano	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Ampliação do cemitério do Alcaide	2022	ampliação	cemitério	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **ALCARIA**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Centro Social N. Senhora das Necessidades	2011	construção	equipamento social	Ana Cunha   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira
Casa Paroquial de Alcaria	2017	reabilitação (estudo prévio)	equipamento social	Ana Cunha   Filipe Atanásio
Espaço do cidadão de Alcaria	2022	reabilitação (estudo prévio)	edifício público	Ana Cunha   Ricardo Sousa

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **ALCONGOSTA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Casa do Guarda	2006	reabilitação   recuperação	turismo	Ana Cunha   Paulo Borges   Célia Real
Casa da Cereja	2020	Reabilitação   adaptação	espaço cultural museológico	Ana Cunha   Hélder Duarte   Pedro Novo   Hugo Domingues

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **ALPEDRINHA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Largo de Santo António	2013	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Mobilidade no Palácio do Picadeiro	2014	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Assadores do Anjo da Guarda	2015	construção	equipamento de apoio	Ana Cunha   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira
Escola EB1 de Alpedrinha	2017	reabilitação	equipamento escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira
Casa dos Embutidos	2021	reabilitação	espaço cultural museológico	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **BARROCA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>TIPO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Antiga Capela Mortuária	2005	reabilitação	capela mortuária	Ana Cunha   Luís Antão   Ana Lúcia Marques
Largo António Rodrigues Fabião	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Largo da Amoreira	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia Marques
Casa Mortuária	2007	reabilitação	casa mortuária	Ana Cunha   Luís Antão   Ana Lúcia Marques
Balneários e instalações sanitárias	2007	construção	balneários e i.s.   equip. apoio	Ana Cunha   Gonçalo Fonseca   Ana Lúcia Marques
Loja Aldeias do Xisto	2007	reabilitação	espaço museológico e comercial	Ana Cunha   Gonçalo Fonseca   Ana Lúcia Marques
Edifícios particulares (fachadas e coberturas)	2008	reabilitação	habitação	Ana Cunha   Marco Marques   Ana Lúcia Marques
Parque fluvial	2015	requalificação	lazer e recreio	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Santuário Senhora da Rocha	2015	reabilitação   requalificação	edifício religioso	Ana Cunha   Vanda Ruivo   Ana Lúcia Marques
Área de apoio <i>Grande Rota do Zêzere</i>	2016	construção   requalificação	edifício público   espaço público	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira
Sede da Liga dos Amigos da Barroca	2018	construção	edifício associativo	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **BOGAS DE CIMA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Centro Social Nossa Sra. de Fátima	2012	construção	edifício de apoio social	Ana Cunha   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira
Junta de freguesia e CTT	2013	reabilitação	edifício público	Ana Cunha   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **CASTELEJO**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Casa mortuária em Castelejo	2009	reabilitação	casa mortuária	Ana Cunha   Luís Antão   Ana Lúcia Marques
Casa Mortuária em Enxabarda	2010	reabilitação	casa mortuária	Ana Cunha   Marco Marques   Ana Lúcia Marques
Santuário de Santa Luzia	2012	reabilitação   requalificação	edifício religioso   espaço público	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **CASTELO NOVO**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Caminho histórico	2013	requalificação	espaço público	Ana Cunha   André Soares   Rogério Duarte
Praia Fluvial	2015	requalificação	turismo e lazer	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Galeria Manuel Justino	2016	reabilitação	Edifício cultural   atelier	Ana Cunha   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira
Terreiro da Misericórdia	2016	requalificação	espaço público	Ana Cunha
Capela de São Brás	2022	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ricardo Sousa   Ricardo Ferreira
Espaço cowork	2022	reabilitação	espaço cowork	Ana Cunha   Ricardo Sousa   Ricardo Ferreira
Centro social	2021	reabilitação	equipamento de apoio social	Ana Cunha   Hélder Duarte
Faixa de mobilidade	2020		espaço público - acessibilidade	Ana Cunha   Daniel Batista   Ricardo Ferreira
Forno comunitário	2017	reabilitação	equipamento comunitário	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio
Parque Alardo	2022	requalificação	edifício público	Ana Cunha   Inês Marques
Sinalética	2017		mobiliário urbano	Ana Cunha   Daniel Batista

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de JANEIRO DE CIMA E BOGAS DE BAIXO  
**JANEIRO DE CIMA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Casa das Tecedeiras	2005	reabilitação	espaço socio cultural	Ana Cunha   Marco Marques
Casa da Pedra Rolada	2005	reabilitação	turismo em espaço rural	Ana Cunha   Marco Marques
Parque Fluvial da Lavandeira	2005	requalificação	lazer	Ana Cunha   Marco Marques
Restaurante <i>Fiado</i>	2006	reabilitação	restauração	Ana Cunha   Marco Marques
Largo da Igreja Velha	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Largo da Igreja Nova	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Miradouro da Sardanela	2008	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Reabilitação de fachadas e coberturas	2004-2008	reabilitação	habitação	Ana Cunha   Marco Marques
Faixa de mobilidade	2015	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Casa da Barca		reabilitação	espaço cultural	Ana Cunha   Marco Marques

Obras e projetos realizados  
 União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
 DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (1)**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Edifício ADF	2007	recuperação e adaptação	edifício público   serviços	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Igreja Matriz	2009	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Casino Fundanense	2009	reabilitação	edifício público   serviços	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira
Edifícios particulares POLIS XX	2009	reabilitação		Ana Cunha   Dora Brito   Marco Marques   Filipe Atanásio
Espaço público POLIS XX	2009-2013	requalificação	espaço público	Ana Leonor   Leonor Robalo   Ana Pena
Jardim de infância Cantinho do Mimo	2010	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Pedro Leitão
Capela do Espírito Santo	2011	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Rogério Duarte
Capela do Calvário	2011	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Rogério Duarte
Capela de N. Senhora da Conceição	2011	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Rogério Duarte
Igreja da Misericórdia	2011	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Rogério Duarte
Edifício ISMAG	2011	reabilitação		Ana Cunha   Ana Pena   Rogério Duarte
Quiosque Gardunha	2012	reabilitação	comércio	Ana Cunha   Leonor Robalo
Quiosques no Fundão	2011	reabilitação	comércio	Ana Cunha   Leonor Robalo

Obras e projetos realizados  
 União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
 DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (2)**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Edifício PROHABITA	2012	reabilitação	habitação	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques
Antiga Praça	2013	reabilitação e adaptação	equipamento   serviços	Ana Cunha   Ana Pena
Parque Verde do Fundão	2013	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena
Parque do Convento	2013	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena
Edifícios particulares FZA	2013-2016	reabilitação	habitação	Ana Cunha   Hélder Duarte   Victor Antunes
Centro de Negócios	2016	reabilitação	equipamento   serviços	Ana Cunha   Daniel Batista   Gonçalo Ramos   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Jardim das Tílias	2017	requalificação	lazer	Ana Cunha   Mariana Pinto   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira
Edifício da antiga ERES	2017	reabilitação	equipamento	Ana Cunha   Ana Pena   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
EB1 Nossa Sra. da Conceição	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Victor Antunes
EB1 Santa Teresinha	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Victor Antunes
Jardim de Infância Porta Aberta	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio   Carlos Fatela
Estacionamento Rua do registo	2018		espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista

Obras e projetos realizados  
 União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
 DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (3)**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Praça do Município		estudo prévio	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena
Praça Amália – estacionamentos sensoriais	2023	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Inês Marques   Cecília Zacarias   Hélder Duarte   Daniel Batista   Ricardo Sousa   Ricardo Ferreira
Modos suaves nas áreas periurbanas	2017	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista
Faixa modos suaves - Rua Cidade da Covilhã	2017	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Hélder Duarte   Carlos Fatela
Horto Municipal (estudo prévio)	2021		habitação	Ana Cunha   Inês Marques   Ricardo Ferreira
Estacionamento Espírito Santo		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista   Gabriela Ribeiro   Ricardo Ferreira
Envolvente ao mercado municipal		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Encosta Parque Verde		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista   Ana Pena
Ciclovia Fundão-Covilhã		construção	espaço público	Ana Cunha   Inês Marques   Hélder Duarte
Avenida da Liberdade (estudo prévio)		requalificação   alteração	espaço público	Ana Cunha   Inês Marques
Campo de Padel (estudo prévio)		construção	equipamento desportivo	Ana Cunha   Inês Marques
Parque estacionamento da E. Secundária		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Hélder Duarte   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
APPCDM Unidade Residencial	2018		equipamento social	Ana Cunha   Hélder Duarte   Carlos Fatela   Victor Antunes

Obras e projetos realizados  
 União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
 DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (4)**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Parque estacionamento da E. Secundária		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Hélder Duarte   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
APPCDM Unidade Residencial	2018		equipamento social	Ana Cunha   Hélder Duarte   Carlos Fatela   Victor Antunes
Unidade de Medicina Nuclear	2023	reabilitação	equipamento hospitalar	Ana Cunha   Ana Leitão   Filipe Atanásio   Hélder Duarte   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Blocos habitacionais Sítio do Vale		Estudo prévio	habitação	Ana Cunha   Gabinete externo
Silo Auto Escola Secundária		Construção   estudo prévio	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista
Pavilhão REFER – Sede ESTE			equipamento	Ana Cunha   Cecília Zacarias   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Pavilhão CUF – Empresas Tecnológicas				Ana Cunha   Hélder Duarte   Inês Marques   Ricardo Ferreira
Mercado Abastecedor – Ed. CerFundão		ampliação	equipamento	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Mercado abastecedor – Loteamento		alteração	loteamento urbano	Ana Cunha   Hélder Duarte   Daniel Batista
IHome4You – Rua da Cale		reabilitação   adaptação	habitação	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Edifício PCP_ID115 e 116 – BNAUT	2024	construção	habitação	Ana Cunha   Daniel Batista   Filipe Atanásio   Ricardo Sousa   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Edifícios Entrelaçados_ID65 – BNAUT		construção	habitação	Ana Cunha   Cecília Zacarias   Ricardo Sousa   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio

Obras e projetos realizados  
 União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
 DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (5)**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Centro de formação Esc. Sec. do Fundão	2024		equipamento	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira
<i>Design Factory</i>	2023		equipamento	Ana Cunha   Ana Pena   Mariana Pinto   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes   Filipe Atanásio   Carlos Fatela
Cineteatro Gardunha	2024	reabilitação	edifício cultural	Ana Cunha   José Castanheira   Daniel Batista   Gonçalo Ramos   Ricardo Ferreira   Victor Antunes   Filipe Atanásio   Hélder Duarte
CAET Centro de Acolhimento de Empresas	2024	construção	equipamento	Ana Cunha   Gonçalo Ramos   Hélder Duarte   Daniel Batista   Cecília Zacarias   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
CAV – Centro de Apoio à Vítima				Ana Cunha   Hélder Duarte
Casa da Catequese				Ana Cunha   Filipe Atanásio   Rogério Duarte   Cecília Zacarias
Casa Amália				Ana Cunha   Cecília Zacarias   Filipe Atanásio
Ampliação de canil municipal				Ana Cunha   Ana Pena   Daniel Batista   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Espaço cowork / área de trabalho – piso 0 antiga Praça do Município		reabilitação   adaptação	equipamento	Ana Cunha   Hélder Duarte
Academia de Música e Dança do Fundão		estudo prévio	equipamento cultural	Ana Cunha   Hélder Duarte

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**FUNDÃO (6)**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Telheiro exterior da Escola Santa Teresinha		construção	edifício escolar	Ana Cunha   Cecília Zacarias
Quinta da Ciência Viva – Edifício 1			equipamento / laboratório	Ana Cunha   Cecília Zacarias   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Quinta da Ciência Viva – Edifício 2			equipamento / laboratório	Ana Cunha   Cecília Zacarias
Quinta da Ciência Viva – Edifícios 4 e 5			equipamento / laboratório	Ana Cunha   Cecília Zacarias
Sede Sapadores Florestais – Edifício			equipamento	Ana Cunha   Cecília Zacarias   Victor Antunes   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**VALVERDE**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Igreja Matriz	2015	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Ana Pena   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira
Casa das Memórias	2014	reabilitação   adaptação		Ana Cunha

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**DONAS**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Casa das Memórias Donas	2014	reabilitação   adaptação		Ana Cunha   Ana Pena   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira
Espaço multimédia dos Chãos	2015	reabilitação   adaptação	edifício público   serviços	Ana Cunha
EB1 Donas	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Victor Antunes
Centro Paroquial de Assistência de Donas		alteração	equipamento social	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes Cecília Zacarias

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**ALDEIA DE JOANES**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Largo do Chafariz da Rua da Igreja	2005	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques   Ana Lúcia
Casa mortuária	2007	reabilitação	casa mortuária	Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia   Vítor Antunes
Largo de S. Tiago	2008	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges
Forno comunitário	2013	reabilitação		Ana Cunha   Paulo Borges   Ana Lúcia
Acessibilidade na Aldeia de Joanes		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Daniel Batista
Os Olivais				Ana Cunha   Inês Marques   Ricardo Ferreira   Cecília Zacarias   Hélder Duarte   Vítor Antunes

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de FUNDÃO, VALVERDE,  
DONAS, ALDEIA DE JOANES E ALDEIA NOVA DO CABO  
**ALDEIA NOVA DO CABO**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Largo de Santa Cruz	2004	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Victor Antunes   Ana Lúcia   Marco Marques
Parque infantil	2004	construção	equipamento de recreio	Ana Cunha   Paulo Borges   Victor Antunes   Ana Lúcia
Capela de Santo António	2005	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Paulo Borges   Victor Antunes   Ana Lúcia
Casa da Música	2009	reabilitação   adaptação	espaço museológico   cultural	Ana Cunha   Paulo Borges   Victor Antunes   Ana Lúcia
Loteamento do Serrado			loteamento urbano	Ana Cunha   Cecília Zacarias

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **LAVACOLHOS**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Balneários do polidesportivo		construção	equipamento desportivo (apoio)	Ana Cunha   Leonor Robalo   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Casa do Bombo		Reabilitação   adaptação	edifício cultural	Ana Cunha   Paulo Borges   Victor Antunes   Ana Lúcia
Mercacolhos			mercado   comércio	Ana Cunha   Ricardo Sousa   Inês Marques

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **ORCA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Edifício da Junta de Freguesia	2006	construção	edifício público	Ana Cunha   Marco Marques
Santuário Nossa Sra. de Fátima	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Largo da Escola das Martianas	2006-2008	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques
Instalações sanitárias públicas	2007	reabilitação	equipamento público	Ana Cunha   Marco Marques
Largo do Olival	2007-2017	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Marco Marques   Cecília Zacarias
Edifício de arrumos do Centro de Dia	2016	reabilitação	edifício apoio a equipamento social	Ana Cunha   Filipe Atanásio   Carlos Fatela
Cozinha do recinto das festas		construção	edifício de apoio	Ana Cunha   Cecília Zacarias

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de PÓVOA DA ATALAIA E  
ATALAIA DO CAMPO  
**ATALAIA DO CAMPO**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Pontão	2016	construção	via pública   espaço público	Ana Cinha   Victor Antunes   Ricardo Ferreira
Ampliação do Centro de Dia para ERPI	2016	ampliação   adaptação	equipamento social	Ana Cunha   Leonor Robalo   Carlos Fatela   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Filipe Atanásio

Obras e projetos realizados  
União de Freguesias de PÓVOA DA ATALAIA E  
ATALAIA DO CAMPO  
**PÓVOA DA ATALAIA**

PROJETO	ANO (intervenção)	DESIGNAÇÃO	PROGRAMA	AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA
Centro de apoio social	2017	construção	via pública   espaço público	Ana Cunha   Leonor Robalo   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Casa da Poesia de Eugénio de Andrade	2017	reabilitação   adaptação	espaço museológico   cultural	Ana Cunha   Hélder Duarte   Ricardo Ferreira   Carlos Fatela

Obras e projetos realizados  
 Freguesia de **SILVARES**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Santuário de Santa Luzia	2005	requalificação	edifício religioso	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Instalações sanitárias públicas	2005	requalificação	equipamento de apoio	Ana Cunha   Pedro Leitão   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Largo do Cabecinho	2006	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Casa-Museu D. Ilda Valentim Mesquita	2006	reabilitação   adaptação	edifício museológico   cultural	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Largo da Capela de Nossa Sra. de Fátima	2016	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Mariana Pinto   Carlos Fatela   Ricardo Ferreira
Capela Mortuária	2007	reabilitação	Edifício religioso	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Rua João Sanches Rolão Preto Luzia Soalheira	2007	requalificação	via pública   espaço público	
Cemitério – Soalheira	2017	ampliação	equipamento	
Envolvente cap. mortuária e Igr. Matriz - Soalheira		requalificação	espaço público	

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **SOALHEIRA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Rua João Sanches Rolão Preto Luzia	2007	requalificação	via pública   espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Victor Antunes   Ana Lúcia Marques
Cemitério	2017	ampliação	equipamento	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Envolvente cap. mortuária e Igreja Matriz		requalificação	espaço público	Ana Cunha   Ana Pena   Carlos Fatela   Ricardo Ferreira   Victor Antunes

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **SOUTO DA CASA**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Largo e Capela de S. Gonçalo	2006-2008	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges
Casa do Povo	2016	reabilitação	edifício associativo   serviços	Ana Cunha   Daniel Batista
Praia Fluvial e Bar	2016	requalificação   construção	turismo e lazer	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
EB1 de Souto da Casa	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
Casa do Ganhão				Ana Cunha   Cecília Zacarias
Posto Médico				Ana Cunha   Daniel Batista
Quinta de S. Gonçalo				Ana Cunha   Cecília Zacarias   Inês Marques   Ricardo Ferreira

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **TELHADO**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Espaço de lazer “Casa da Eira”	2010	reabilitação	espaço público	Ana Cunha   Paulo Borges   Marco Marques   Ricardo Ferreira
TECTO Centro Social	2012		equipamento social	Ana Cunha   Leonor Robalo   Victor Antunes
Casa do Barro	2014	requalificação   adaptação	espaço museológico   cultural	Ana Cunha   Ana Pena   Ricardo Ferreira   Victor Antunes
EB1 Telhado	2017	reabilitação	edifício escolar	Ana Cunha   Mariana Pinto   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Ricardo Ferreira   Victor Antunes

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **TRÊS POVOS**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Largo das Festas de S. Bartolomeu	2005	requalificação	espaço público	Ana Cunha   Hélder Duarte   Carlos Fatela
Solar das Quintãs	2016	reabilitação	equipamento público	Ana Cunha   Ana Pena   Filipe Atanásio   Carlos Fatela   Ricardo Ferreira
Igreja Matriz de Escarigo	2017	reabilitação	edifício religioso	Ana Cunha   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira
Cemitério de Escarigo	2015	construção	equipamento	Ana Cunha   Victor Antunes

Obras e projetos realizados  
Freguesia de **VALE DE PRAZERES**

<b>PROJETO</b>	<b>ANO (intervenção)</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTORIA e COORDENAÇÃO DE EQUIPA</b>
Capela Mortuária	2013	reabilitação	capela mortuária	Ana Cunha   Leonor Robalo   Filipe Atanásio   Ricardo Ferreira

## Anexo

### Currículo da arquiteta Ana Cunha

O perfil estará disponível até 09 Abril 2024



A inteligência reside na capacidade de ser feliz;  
Prefiro ser sábia do que sabedora;  
As escolhas definem caminhos;  
Aceitar para crescer;  
Tentar ser cada vez melhor pessoa.

**Data de nascimento:** 13/12/1961 | **Nacionalidade:** Portuguesa

1

Ocultar contactos ^

**Telemóvel:** (+351) 961572661

**Endereço de email:** anaranda.cunha@gmail.com **Whatsapp Messenger:** Ana Cunha

**Sítio Web:** [https://espacodearquitetura.com/projetos/casa-ana/?fbclid=IwAR0rBJf9aAv1hhldZBvL\\_kSAK73LIN7F5oKSu-q4T\\_3vtd17aHL44efSCb8](https://espacodearquitetura.com/projetos/casa-ana/?fbclid=IwAR0rBJf9aAv1hhldZBvL_kSAK73LIN7F5oKSu-q4T_3vtd17aHL44efSCb8)

**Facebook:** <https://www.facebook.com/ana.arandaecunha/>

**Casa:** Calçada do Vale nº 15, 6230-160 Castelo Novo, Portugal

#### EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

**ARCA - ETAC**  
Licenciatura  
1993 – 1998

Coimbra, Portugal  
Nível no QEQ: **Nível 6 QRQ**

---

anexo 1

**Ordem dos Arquitectos da Região Norte**  
Pós Graduação - Conservação e Restauro Património  
1999

2

Porto, Portugal

anexo 1

### ADIBER

Certificado Formação Formadores

2000

Góis, Portugal

anexo 1

### CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica

Curso de Gestão Pública na Administração Local

2008 – 2009

Coimbra, Portugal

Nível no QEQ: **Nível 4 QRQ**

anexo 1

### UBI

MBA

10/09/2019 – 13/07/2020

3

### Arquiteta

Gabinete Técnico Local - Câmara Municipal de Góis.

2000 – 2002

### Colaboradora

Associação Pinus Verde

2001 – 2002

Responsável pela Conceptualização e materialização de Rede de Lojas Aldeias do Xisto e Loja Móvel Aldeias do Xisto;

Elaboração de Candidatura aos fundos da EAGRANTS e implementação do projeto Património do Xisto, Projeto em parceria com a Noruega, cidade de Roros, cidade mineira, Património da Humanidade.

### Colaboradora

Associação para o Desenvolvimento Sustentável das Aldeias do Xisto - ADXTUR

2003 – Atual

Coordenação de departamentos da Agência e responsável pelo Departamento de Ordenamento;

Co elaboração de candidatura ao PROVERE - "Aldeias do Xisto";

Conceptualização e acompanhamento do Projecto Lojas Aldeias do Xisto numa vertente de complementaridade sócio económica nas aldeias da rede, bem como agregação de público jovem da áreas do design.

5

Covilhã

### INCURSO

Curso de UNIDADES DE EXECUÇÃO, como operacionalizar.

29/04/2021

Guimarães

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

### Consultora / Colaboradora

Associação de Desenvolvimento de Gois e da Beira Serra - ADIBER

1998 – 2000

Portugal

Responsável pela apreciação de projetos de obras no âmbito do Programa Comunitário LEADER II;

Autora dos projetos de arquitetura, Restauo da Igreja Matriz de Góis e Adaptação de um antigo solar para casa do artista no âmbito do Projeto Comunitário RECITE II.

### Arquiteta

Gabinete Técnico Local - Câmara Municipal de Arganil.

1999 – 2000

4

### Arquiteta Coordenadora

Gabinete Técnico Local - Freguesias Tradicionais da CM do Fundão.

2003 – 2005

### Arquiteta Coordenadora

Gabinete Técnico Local - Gardunha Aldeias Património da CM do Fundão.

2005 – 2006

### Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do Território

Câmara Municipal do Fundão

2006 – 2010

Orgânica da Câmara Municipal que integra o Gabinete das Freguesias, Gabinete Zona Antiga, Centro de Informação Ambiental, Gabinete Florestal, Agenda 21, Gabinete de Topografia e Gabinete de Sig, uma equipa pluridisciplinar de 17 técnicos.

Tem como responsabilidades a elaboração de planos de ordenamento estratégicos por todo o concelho, planos de salvaguarda, bem como o acompanhamento do Plano Diretor Municipal em revisão. Elaboração de projetos de arquitetura, implementação da Agenda 21 Gardunha, concentrar toda a informação em SIG disponibilizado na intranet e Internet.

1. 1. Concentrou a elaboração de candidaturas ao III QCA - Quadro Comunitário de Apoio;
2. 2. Concentrou a elaboração de candidaturas ao QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, nomeadamente, ao Programa Operacional da Região Centro – Parcerias para Regeneração Urbana – POLIS 21, APROVADO;
3. 3. Como elemento da direção - vogal - da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, elaboração de candidatura PROVERE, em parceria com o ICNB - "BuY Nature", turismo sustentável em áreas classificadas, tendo assumido a coordenação técnica.

6

## Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida

Câmara Municipal do Fundão

2011 – Atual

Orgânica da Câmara Municipal que integra o Gabinete das Freguesias, Gabinete Zona Antiga, gabinete de Ambiente e Floresta, Agenda 21, Gabinete de Topografia, Gabinete de Sig e Fiscalização; uma equipa pluridisciplinar de 17 técnicos.

Tem como responsabilidades a elaboração de planos de ordenamento estratégicos por todo o concelho, planos de salvaguarda, bem como o acompanhamento do Plano Diretor Municipal em revisão. Elaboração de projetos de arquitetura, implementação da Agenda 21 local nas aldeias da serra da Gardunha, concentra a coordenação de toda a informação em Sig disponibilizada na intranet e Internet, nomeadamente na construção do Geo Portal.

1. 1. Concentrou a elaboração de candidaturas ao III QCA - Quadro Comunitário de Apoio;
2. 2. Concentrou a elaboração de candidaturas ao QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, nomeadamente a elaboração da candidatura e coordenação da sua aprovação da ARU – Área de Reabilitação Urbana. Implementação do FZA – Fundo Zona Antiga; fundo municipal de apoio e incentivo à reabilitação urbana promovendo a ORU – Operação de Reabilitação urbana sistemática;
3. 3. Concentrou a coordenação da candidatura PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - que integram ações estratégicas de reabilitação urbana ao nível do edificado e espaço público incluindo um plano de mobilidade para a cidade do Fundão e freguesias periurbanas.
4. 4. Concentrou o desenvolvimento de classificação de imóveis e zonas históricas em articulação direta com a DGPC - Direção Geral do Património Cultural.
5. 5. Elaboração da Candidatura e coordenação da sua aprovação da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha;
6. 6. Como elemento do Conselho Diretivo da Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, é responsável pela implementação do plano de Gestão da Serra da Gardunha.
7. 7. Elaboração de candidaturas para a constituição de Áreas de Reabilitação Urbana - ARU Zona Antiga do Fundão; ARU Janeiro de Cima; ARU Barroca, ARU Alpedrinha; ARU Castelo Novo
8. 8. Elaboração de candidaturas para a constituição de Áreas de Reabilitação Urbana para todas as freguesias do concelho.

7

Ampliação do Canil Municipal (licenciamento)

Casa Amália (licenciamento)

Casa da Catequese (estudo prévio)

CAV - Centro de Apoio à Vida (licenciamento)

CAET - Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas (licenciamento)

Cineteatro Gardunha (licenciamento)

Design Factory (licenciamento)

Escola Santa Teresinha – Telheiro Exterior

Escola Secundária do Fundão – Centro de Formação (licenciamento)

Escola Serra da Gardunha – Reabilitação de Cobertura (licenciamento)

Escola Serra da Gardunha – Alteração e Ampliação (licenciamento)

Escolas do Concelho – Jardim de Infância Porta Aberta

Escolas do Concelho – EB1 Telhado; EB1 Nossa Senhora da Conceição

Escolas do Concelho – EB1 com Pré-Escola Alpedrinha; EB1 Souto da Casa; EB1 Donas

Escolas do Concelho – Rede de Escolas do Fundão – Acompanhamento de Obra 2016

Escolas do Concelho – Tílias

Escolas do Concelho – EB1 Santa Teresinha

Edifício Entrelaços\_ID65 – BNAUT (licenciamento)

9

9. 9. Elaboração de ORU sistemática para Zona Antiga do Fundão; Janeiro de Cima; Barroca, Alpedrinha; Castelo Novo e Alcaide.

10. 10. Responsável pela submissão da candidatura ECOXXI, bandeira verde dos municípios, desde o ano 2013 até à presente data.

11. 11. Coordenação da equipa externa que desenvolveu a Estratégia Local de Habitação.

12. 12. Coordenação da equipa externa que se encontra a desenvolver o PAESC- Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima para a aldeia Histórica de Castelo Novo.

13. 13. Coordenação da equipa externa que se encontra a desenvolver o PAESC- Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima para o concelho do Fundão.

14. 14. Coordenação da equipa externa que se encontra a desenvolver a Carta Municipal de Habitação.

15. 15. Coordenação das candidaturas 1º Direito e BNAUT integradas no Programa PRR Habitação

16. 16. Coordenação da equipa interna da DOPQV que desenvolveu a revisão do PDM do Fundão.

## Arquiteta coordenadora - Projetos

Município do Fundão

01/01/2017 – Atual

Concelho do Fundão, Portugal | <https://www.cm-fundao.pt/>

Endereço de email da organização: [anacunha-divdot@cm-fundao.pt](mailto:anacunha-divdot@cm-fundao.pt)

Nome da unidade ou departamento: **Divisão de Ordenamento Planeamento e Qualidade de Vida**

Atividade ou setor: **Outras Actividades De Serviços**

### PROJETOS DE ARQUITETURA DESENVOLVIDOS COMO COORDENADORA

Academia de Música e Dança do Fundão (estudo prévio)

Espaço de cowork/ Áreas e trabalho – Piso 0 antiga praça do Fundão (licenciamento)

8

Edifício PCP\_ID115 e 116 – BNAUT (licenciamento)

Ihome4you – Loja Rua da Cale (licenciamento)

Mercado Abastecedor – Alteração de Loteamento (licenciamento)

Mercado Abastecedor – Ampliação de Edifício CerFundão (licenciamento)

Pavilhão CUF – Empresas Tecnológicas (licenciamento)

Pavilhão REFER – Sede ESTE (licenciamento)

SiloAuto Escola Secundária (estudo prévio)

Blocos Habitacionais Sítio do Vale (estudo prévio)

Unidade de Saúde Familiar (licenciamento)

Unidade de Medicina Nuclear (licenciamento)

APPACDM Unidade Residencial (licenciamento)

espaços públicos Fundão:

Parque de Estacionamento Escola Secundária (licenciamento)

Campo de Padel (estudo prévio)

Alteração da Av. da Liberdade (estudo prévio)

Ciclovia Fundão\_Covilhã (licenciamento)

Encosta Parque Verde (licenciamento)

Envolvente ao Mercado (licenciamento)

10

Estacionamento - Espírito Santo (licenciamento)  
Horto Municipal (estudo prévio)  
Faixa de Modos Suaves – Rua Cidade da Covilhã (licenciamento)  
Modos Suaves Áreas Periurbanas (licenciamento)  
Praça Amália-Estacionamentos Sensoriais (licenciamento)  
Praça do Município (estudo prévio)  
Estacionamento Rua do Registo (licenciamento)  
(Freguesias)  
Ampliação do cemitério do Alcaide (licenciamento)  
Espaço do Cidadão de Alcaria (estudo prévio)  
Casa Paroquial de Alcaria (estudo prévio)  
Área de Lazer Casa do Guarda Alcongosta (estudo prévio)  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 1 (licenciamento)

<https://www.cm-fundao.pt/index.php/home/pdm>

11

Sede do Clube da Barroca (licenciamento)  
Alteração do Centro de Dia do Castelejo (licenciamento)  
Capela de S. Brás – Castelo Novo (licenciamento)  
Levantamento e Caracterização da Edificações AHP  
Cowork Castelo Novo (estudo prévio)  
Centro Social de Castelo Novo (licenciamento)  
Faixa de mobilidade de Castelo Novo (licenciamento)  
Forno Comunitário de Castelo Novo (licenciamento)  
Parque Alardo Castelo Novo (estudo prévio)  
Sinalética Castelo Novo (licenciamento)  
Centro Paroquial de Assistência das Donas -Alteração (Licenciamento)  
Ampliação do Cemitério da Fatela (licenciamento)  
Área de Lazer da Fatela (estudo prévio)  
Casa da Barca – Janeiro de Cima (licenciamento)  
Faixa de Mobilidade de Janeiro de Cima  
Forno Restaurante Fiado (licenciamento)  
MercaColhos -Lavacolhos (licenciamento)  
ERPI Mata da Rainha (estudo prévio)

13

## Arquiteta

Município do Fundão  
01/01/2017 – 11/10/2023

 Fundão, Portugal

### Projetos

Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 2 (licenciamento)  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 4 e 5 (licenciamento)  
Sede Sapadores Florestais \_ Edifício 6 (licenciamento)  
Largo envolvente ao Forno Comunitário – Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Os Olivais – Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Acessibilidades Igreja Matriz da Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Forno Comunitário Aldeia Nova do Cabo (licenciamento)  
Loteamento do Serrado – Aldeia Nova do Cabo (estudo prévio)  
Casa dos Embutidos Alpedrinha (licenciamento)  
Jardim de Santo António Alpedrinha (licenciamento)  
Área de Lazer Atalaia do Campo (licenciamento)

ERPI da Barroca (estudo prévio)

12

Cozinha do recinto de festas da Orca (licenciamento)  
Largo do Olival Orca (estudo prévio)  
Parque de estacionamento Silvares (estudo prévio)  
Rota do Mineiro (licenciamento)  
Assadores Praia Fluvial do Souto da Casa (licenciamento)  
Azenha da Figueira Souto da Casa (licenciamento)  
Casa da Tecedeira e Latoeiro Souto da Casa (licenciamento)  
Casa do Ganhão Souto da Casa (licenciamento)  
Posto Médico Souto da Casa (licenciamento)  
Quintal de S. Gonçalo Souto da Casa (licenciamento)  
Centro de Assistência Social dos Três Povos (licenciamento)  
Alteração da antiga escola das Quintas da Torre BNAUT ID87 (licenciamento)

## Arquiteta

Município do Fundão  
01/01/2017 – Atual

 Fundão, Portugal

OBRAS EXECUTADAS E EM EXECUÇÃO

14

Acompanhamento de obra – Reabilitação do Antigo Grémio  
CAET - Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas  
Cineteatro Gardunha  
Design Factory  
Unidade de Medicina Nuclear  
Faixa de Modos Suaves – Rua Cidade da Covilhã  
Estacionamento Rua do Registo  
APPACDM Unidade Residencial  
Ampliação do cemitério do Alcaide  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 1  
Casa dos Embutidos Alpedrinha  
Área de Lazer Atalaia do Campo  
Sede do Clube da Barroca  
Faixa de mobilidade de Castelo Novo  
Ampliação do Cemitério da Fatela  
Casa da Barca – Janeiro de Cima  
Academia de Música e Dança do Fundão (estudo prévio)  
Espaço de cowork/ Áreas e trabalho – Piso 0 antiga praça do Fundão (licenciamento)

15

Edifício PCP\_ID115 e 116 – BNAUT (licenciamento)  
Ihome4you – Loja Rua da Cale (licenciamento)  
Mercado Abastecedor – Alteração de Loteamento (licenciamento)  
Mercado Abastecedor – Ampliação de Edifício CerFundão (licenciamento)  
Pavilhão CUF – Empresas Tecnológicas (licenciamento)  
Pavilhão REFER – Sede ESTE (licenciamento)  
SiloAuto Escola Secundária (estudo prévio)  
Blocos Habitacionais Sítio do Vale (estudo prévio)  
Unidade de Saúde Familiar (licenciamento)  
Unidade de Medicina Nuclear (licenciamento)  
APPACDM Unidade Residencial (licenciamento)  
espaços públicos Fundão)  
Parque de Estacionamento Escola Secundária (licenciamento)  
Campo de Padel (estudo prévio)  
Alteração da Av. da Liberdade (estudo prévio)  
Ciclovía Fundão\_Covilhã (licenciamento)  
Encosta Parque Verde (licenciamento)  
Envolvente ao Mercado (licenciamento)

17

Ampliação do Canil Municipal (licenciamento)  
Casa Amália (licenciamento)  
Casa da Catequese (estudo prévio)  
CAV - Centro de Apoio à Vida (licenciamento)  
CAET - Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas (licenciamento)  
Cineteatro Gardunha (licenciamento)  
Design Factory (licenciamento)  
Escola Santa Teresinha – Telheiro Exterior  
Escola Secundária do Fundão – Centro de Formação (licenciamento)  
Escola Serra da Gardunha – Reabilitação de Cobertura (licenciamento)  
Escola Serra da Gardunha – Alteração e Ampliação (licenciamento)  
Escolas do Concelho – Jardim de Infância Porta Aberta  
Escolas do Concelho – EB1 Telhado; EB1Nossa Senhora da Conceição  
Escolas do Concelho – EB1 com Pré-Escola Alpedrinha; EB1 Souto da Casa; EB1 Donas  
Escolas do Concelho – Rede de Escolas do Fundão – Acompanhamento de Obra 2016  
Escolas do Concelho – Tílias  
Escolas do Concelho – EB1 Santa Teresinha  
Edifício Entrelaços\_ID65 – BNAUT (licenciamento)

16

Estacionamento - Espírito Santo (licenciamento)  
Horto Municipal (estudo prévio)  
Faixa de Modos Suaves – Rua Cidade da Covilhã (licenciamento)  
Modos Suaves Áreas Periurbanas (licenciamento)  
Praça Amália-Estacionamentos Sensoriais (licenciamento)  
Praça do Município (estudo prévio)  
Estacionamento Rua do Registo (licenciamento)

### Arquiteta

Município do Fundão

01/01/2017 – Atual

 Fundão, Portugal

Projetos (Freguesias)

Ampliação do cemitério do Alcaide (licenciamento)  
Espaço do Cidadão de Alcaria (estudo prévio)  
Casa Paroquial de Alcaria (estudo prévio)  
Área de Lazer Casa do Guarda Alcongosta (estudo prévio)

18

Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 1 (licenciamento)  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 2 (licenciamento)  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 4 e 5 (licenciamento)  
Sede Sapadores Florestais \_ Edifício 6 (licenciamento)  
Largo envolvente ao Forno Comunitário – Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Os Olivais – Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Acessibilidades Igreja Matriz da Aldeia de Joanes (licenciamento)  
Forno Comunitário Aldeia Nova do Cabo (licenciamento)  
Loteamento do Serrado – Aldeia Nova do Cabo (estudo prévio)  
Casa dos Embutidos Alpedrinha (licenciamento)  
Jardim de Santo António Alpedrinha (licenciamento)  
Área de Lazer Atalaia do Campo (licenciamento)  
ERPI da Barroca (estudo prévio)  
Sede do Clube da Barroca (licenciamento)  
Alteração do Centro de Dia do Castelejo (licenciamento)  
Capela de S. Brás – Castelo Novo (licenciamento)  
Levantamento e Caracterização da Edificações AHP  
Cowork Castelo Novo (estudo prévio)

19

Azenha da Figueira Souto da Casa (licenciamento)  
Casa da Tecedeira e Latoeiro Souto da Casa (licenciamento)  
Casa do Ganhão Souto da Casa (licenciamento)  
Posto Médico Souto da Casa (licenciamento)  
Quintal de S. Gonçalo Souto da Casa (licenciamento)  
Centro de Assistência Social dos Três Povos (licenciamento)  
Alteração da antiga escola das Quintas da Torre BNAUT ID87 (licenciamento)  
OBRAS EXECUTADAS E EM EXECUÇÃO  
Acompanhamento de obra – Reabilitação do Antigo Grémio  
CAET - Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas  
Cineteatro Gardunha  
Design Factory  
Unidade de Medicina Nuclear  
Faixa de Modos Suaves – Rua Cidade da Covilhã  
Estacionamento Rua do Registo  
APPACDM Unidade Residencial  
Ampliação do cemitério do Alcaide  
Quinta da Ciência Viva \_ Edifício 1

21

Centro Social de Castelo Novo (licenciamento)  
Faixa de mobilidade de Castelo Novo (licenciamento)  
Forno Comunitário de Castelo Novo (licenciamento)  
Parque Alardo Castelo Novo (estudo prévio)  
Sinalética Castelo Novo (licenciamento)  
Centro Paroquial de Assistência das Donas -Alteração (Licenciamento)  
Ampliação do Cemitério da Fatela (licenciamento)  
Área de Lazer da Fatela (estudo prévio)  
Casa da Barca – Janeiro de Cima (licenciamento)  
§Faixa de Mobilidade de Janeiro de Cima  
Forno Restaurante Fiado (licenciamento)  
MercaColhos -Lavacolhos (licenciamento)  
ERPI Mata da Rainha (estudo prévio)  
Cozinha do recinto de festas da Orca (licenciamento)  
Largo do Olival Orca (estudo prévio)  
Parque de estacionamento Silvares (estudo prévio)  
Rota do Mineiro (licenciamento)  
Assadores Praia Fluvial do Souto da Casa (licenciamento)

20

Casa dos Embutidos Alpedrinha  
Área de Lazer Atalaia do Campo  
Sede do Clube da Barroca  
Faixa de mobilidade de Castelo Novo  
Ampliação do Cemitério da Fatela  
Casa da Barca – Janeiro de Cima

## COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

### Língua(s) materna(s)

português

### Outra(s) língua(s)

inglês

#### Compreensão oral



B2

22

Leitura



B2

Interação oral



B2

Produção oral



B2

Escrever



B2

espanhol

Compreensão oral



B2

Leitura



23

A2

Interação oral



A2

Produção oral



A2

Escrever



A2

25

## COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE COMUNICAÇÃO

### Competências sociais e de comunicação

Boa capacidade de comunicação adquirida através da experiência profissional, não só pelo facto de liderar equipas como também na maleabilidade que advém de coordenar equipas multidisciplinares, bem como ter integrado equipas técnicas em projectos transnacionais como foi o caso de Espanha, França e Noruega.

Enquanto coordenadora técnica da área do ordenamento e planeamento cabe-me a articulação com entidades que se pronunciam sobre os projectos que obrigam a um discurso objectivo e eficaz.



B2

Interação oral



B2

Produção oral



B2

Escrever



B2

francês

Compreensão oral



A2

Leitura



24

Enquanto coordenadora de candidaturas cabe-me a articulação com as entidades que as regulam e aprovam.

Na implementação dos planos de intervenção estratégicos, estes obrigam a um processo de bottom /up que aprofunda relações de proximidade e de reconhecimento de ambas as partes envolvidas, técnicos e comunidades locais, com objectivos concretos da construção de propostas sustentáveis adequadas a cada sítio.

Aquando da implementação da Agência Gardunha 21 dinamização de fóruns aldeia e um fórum geral onde foram apresentados e articulados com as comunidades todas as questões inerentes à elaboração de um plano de ordenamento da Serra da Gardunha, que visava a protecção deste território serra e simultaneamente a sua valorização e dinamização, tendo como foco a qualidade de vida dos residentes em primeiro lugar e também promover a atracção de visitantes.

## COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

### Competências de organização

Boa capacidade de liderança (actualmente responsável por uma equipa de 17 pessoas).

Coordenação de equipas multidisciplinares em gabinete e em trabalhos de campo. Na motivação da equipa que coordeno por objectivos, cumpre a existência de um planeamento eficaz datado no tempo e que vá ao encontro de um plano estratégico municipal.

## COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O TRABALHO

### Competências relacionadas com o trabalho

Através da transversalidade e da multidisciplinaridade das áreas que integram a divisão que actualmente chefo, desenvolvi capacidades que me permitiram ter uma leitura do território abrangente, nas suas mais diversas vertentes, que englobam o plano social,

26

económico, ambiental, urbanístico e patrimonial. No exercício da minha função planear e projectar de uma forma estratégica, é sempre num desafio no sentido de apelar à sustentabilidade, tanto no que diz respeito ao ambiente, como à economia, ao património, tirando sempre partido da reabilitação em detrimento das construções de raiz. Para isso foram criadas diversas ferramentas que ajudam a implementar e a concretizar as acções previstas para o desenvolvimento do território como sendo a Área de Reabilitação Urbana da Zona Antiga do Fundão, complementada com um Regulamento Municipal para a mesma área e um Fundo municipal para incentivar as operações de reabilitação urbana; A Área protegida de âmbito Regional da Serra da Gardunha, tendo como base candidaturas ligadas ao turismo natureza e os programas PROVERES que alimentam de forma integrada os projetos de toda uma região.

A fiscalização que desempenha um papel essencial e preponderante no que respeita à conservação dos recursos e ambiente urbano, permite ter uma atenção redobrada no que se pretende implementar, em acções pro activas, preventivas e de acompanhamento.

O gabinete de SIG gere instrumentos e ferramentas de ajuda à decisão política sucessivamente apoiada numa plataforma técnica devidamente actualizada.

Os projectos transnacionais dos quais fiz parte quer como responsável técnica quer como técnica especializada na área do ordenamento e com experiência na área da reabilitação, conferiram-me uma clareza e um saber fazer, traduzido, no trabalho que desenvolvo no dia a dia, num modus operandi muito valioso e pro activo.

## ELABORAÇÃO DE EXPOSIÇÕES

### Elaboração de Exposições

- Chocalhos | Festival dos Caminhos da Transumância "matérias de solidão" no Salgueiro
- "Memória, património, identidade de um povo" em Aldeia Nova do Cabo no solar dos Tondela
- Exposição Dia das Crianças | Elementos cruciformes da aldeia, desenhados pelas crianças no Largo da Igreja Matriz em Aldeia Nova do Cabo
- "Memórias de um povo | portas com fé. A Aldeia e o projeto" no Fundão, Casino Fundanense
- Gardunha 21, Paisagens com Futuro com Colunas Literárias no hall da biblioteca municipal Eugénio de Andrade

27

- Viagens direccionadas com a procura de elementos arquitectónicos por todo o Portugal
- Participação a convite do Prof. Arq. José Manuel Pedreirinho, no "PRÉMIO SECIL DE ARQUITECTURA" – «Concurso»

## APRESENTAÇÕES

### Apresentações

- "Práticas" no 2º encontro de GTL (s) da região centro | 20 de Junho de 2004
- "Espaço aldeia e as novas ruralidades" no IX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico em Mértola sob o tema Centro Histórico: Tradição e Inovação | 21 a 23 de Outubro de 2004
- Study case "Casa das tecedeiras na aldeia de xisto de Janeiro de Cima" no IX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico em Mértola sob o tema Centro Histórico: Tradição e Inovação | 21 a 23 Outubro 2004
- Trabalhos do GTL Gardunha, aldeias património no núcleo no núcleo regional da Ordem dos Arquitectos de Castelo Branco | 4 de Março de 2005
- "Elementos cruciformes do concelho do fundão " | jornadas do património judaica da beira interior em Trancoso | 14 de Junho de 2005
- "Práticas" no 3º encontro de GTL (s) da região centro subordinado ao tema desenvolvimento sustentável que futuro? | 15 de Junho de 2005
- II Fórum Património e Turismo no espaço rural – aldeias do xisto, recuperação e dinamização – Oliveira de Azeméis | 23 e 24 de Setembro de 2005
- "Crescer sem devorar as raízes" no XI Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico em Lamego | 16 a 18 de Novembro de 2006
- "Dinamização de percursos de Arquitectura quinhentista com presença judaica no Fundão, Aldeia Nova do Cabo e Capinha Judaísmo e Arquitectura quinhentista na Beira Interior na Ordem dos Arquitectos Secção regional sul | 15 de Janeiro de 2007
- "Arquitetura como um processo de desenvolvimento" – UBI – Covilhã
- Interior e Turismo La Red "Aldeias do Xisto" no XII Congresso

28

Internacional de antropologia Ibero-americana, Turismo, Cultura e Desenvolvimento - Salamanca | 25 a 27 de Abril 2007

## FORMAÇÕES

### Formações

- Acção de Formação. Rotring – Portugal | 26/11/1997
- Jornadas Pedagógicas Autónomas | 27/3/1998
- Seminário. Desenvolvimento Rural, Estratégias para o novo Milénio | 3/12/1999
- Acção de Formação. Sensibilização da População Escolar Com o Tema "A Floresta": do artesanato à Indústria | 30/5/1999
- Seminário. Ambiente e Desenvolvimento Local | 7/8/1999
- Acção de Formação. Lançamento de empresas para mulheres empreendedoras | 21/12/1999
- Acção de Formação. Técnica geral de gestão e administração de P.M.E. (s)
- Seminário. Florestas em Movimento: Regresso à Floresta | 17/3/2000
- I Congresso da Beira Serra
- Conferência com o tema "O Património Histórico - Cultural a Debate
- II Jornadas de Lagos – "Cidade Histórica, Cidade Única"
- Seminário "Estratégias e Instrumentos de Intervenção na Luta contra a Desertificação" | 17 de Junho 2002
- Seminário "Os territórios de montanha: Espaços para viver ou locais de fruição?" | 8 de Agosto 2002
- Colóquio de Museologia Industrial | 17 e 18 Outubro 2002
- Organização de Encontro dos Planos de Aldeia do Xisto. Fase de implementação | 24 de Janeiro de 2003
- 2º Congresso da ordem dos arquitectos – direito à arquitectura | 27 a 29 de Novembro de 2003
- Colóquio Eco museus – que perspectivas em Portugal, na Europa | 30 de Abril 2004
- Organização de Encontro dos Planos de Aldeia do Xisto. Fase de implementação | 24 de Janeiro de 2003
- 2º Congresso da ordem dos arquitectos – direito à arquitectura | 27 a 29 de Novembro de 2003
- Colóquio Eco museus – que perspectivas em Portugal, na Europa | 30 de Abril 2004
- Jornadas de Turismo do Fundão " À descoberta das terras de mistério" | 25 de Junho de 2004
- Conferência «Ambiente e desenvolvimento sustentável» um desafio para o século XXI | 7 e 8 de Abril de 2005
- Quinto Colóquio de Geografia de Coimbra "Coimbra: os patrimónios e os lugares" | 28 e 29 de Abril de 2005
- 2º Encontro Nacional de dinamizadores da sustentabilidade local | 1 de Junho de 2005

29

- 1º Encontro Internacional "Território, Memória e Futuro | 9 e 10 de Setembro de 2005
- 1ª Grande conferência do jornal Arquiteturas – Reabilitação urbana: políticas e mercado | 1 de Fevereiro de 2006
- Trabalhos em rede e construção de parcerias na comunidade – rede europeia contra a pobreza |
- Novo Regime do Arrendamento Urbano | 28 de Fevereiro de 2007
- "Representantes da Ordem dos Arquitectos nas Comissões Arbitrais Municipais, NRAU" | Setembro 2007
- 3ª Grande conferência do jornal Arquiteturas – o que podemos fazer pelas nossas cidades | 31 de Janeiro de 2008
- Política de cidades POLIS XXI – Acções inovadoras para o Desenvolvimento Urbano | 23 de Maio de 2008
- Freqüência do curso de Gestão Pública na Administração Local, GPAL, no CEFA | Julho - Dezembro 2008
- Ciclo de seminários «Revisão do PDM – Guia Orientador» | Junho de 2012
- Ciclo de Encontros Património e Reabilitação urbana – Reabilitação Urbana: Os centros Históricos | Outubro de 2012
- Curso de Introdução à Permacultura | Março de 2014
- Debate Público sobre Estratégia Nacional para a Habitação | Dezembro de 2013
- Promoção da Eficiência Energética de Edifícios, sustentabilidade e conforto interior – Otimização de Soluções Construtivas | Janeiro de 2014
- Sistemas Urbanos e territoriais de baixo carbono | Março 2014-05-19

## OUTRAS INFORMAÇÕES

### Outras Informações

- Professora de Educação Visual no 2º e 3º ciclo do ensino básico de 1992-1998
- Formadora de dois cursos de Literacia Tecnológica das Acções Saber Mais – UEFA – cada um de 50 horas. 1998-2000
- Formadora de três cursos de pedreiros do xisto no âmbito do programa Aldeias do Xisto. 2004 - 2006
- Autora do conceito da loja Aldeia do Xisto e coautora da identificação dos produtos que hoje fazem parte do espólio da loja. 2006 – 2008
- Coorganizadora do 3º encontro regional de gtl's Fundão «desenvolvimento sustentável: que futuro?» Publicação Artigo «GTL Aldeias Tradicionais do Fundão» - anexo 6

30

- Responsável pela apresentação da Candidatura da Câmara Municipal do Fundão a município ECO XXI 2013 – anexo 4
- Representante da Agência Gardunha 21 no Conselho Diretivo da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha.
- Responsável técnica pelo projeto Património do Xisto – projecto desenvolvido no território das Aldeias do Xisto, de parceria entre a Associação de Desenvolvimento Local Pinus Verde, e o Museu de Røros, uma cidade classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, na Noruega. Teve como base a transferência de conhecimentos entre os artesãos noruegueses e portugueses, através da intervenção em edifícios nas Aldeias do Xisto de acordo com a filosofia de preservação (conservação e reparação) do património implementada em Røros. Conceção do blog - <http://patrimoniodoxisto.blogspot.pt/>

[Comunicar conteúdo inadequado](#)